

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2014

Volume 8 | Número 1



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2014
Volume 8 | Número 1



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 8	n. 1	jan.	2014	p. 1-96
---	----------	------	------	------	------	---------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1022

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 8, n. 1.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-1898
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Deati/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	20
Ceará _____	25
Pernambuco _____	29
Região Centro-Oeste	35
Região Sudeste	41
Minas Gerais _____	47
Rio de Janeiro _____	53
São Paulo _____	58
Região Sul	63
Paraná _____	70
Rio Grande do Sul _____	76
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	83
Boxes	
Diferenciais Regionais de Níveis de Preço e de Bem Estar no Brasil _____	87
Economia Paranaense _____	90
Evolução do Emprego Formal: uma análise regional _____	100
Apêndice	103

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

O ritmo de crescimento da economia brasileira se intensificou no trimestre encerrado em novembro, quando o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-BR) cresceu 0,3%, na comparação com o trimestre encerrado em agosto. O maior dinamismo da atividade no país refletiu, em especial, o desempenho das economias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Delineiam-se, para os próximos trimestres, perspectivas de continuidade de expansão da atividade, em ambiente de perspectivas mais favoráveis ao cenário econômico global.

A expansão da economia do Norte arrefeceu no trimestre encerrado em novembro, quando o Índice de Atividade Econômica Regional – Região Norte (IBCR-N) cresceu 0,5%, na comparação com o trimestre anterior (2,9% no trimestre finalizado em agosto), dados dessazonalizados. Ressalte-se que, embora tenha moderado, a atividade no Norte cresceu mais acentuadamente do que a média para o país, com destaque para o desempenho da indústria extrativa, da construção civil, do comércio varejista e das operações de crédito.

A atividade do Norte nos próximos trimestres tende a ser favorecida pelos impactos de um ritmo mais intenso da economia mundial, sobre as exportações de produtos básicos; e pela manutenção do dinamismo do mercado de trabalho. O setor industrial, após desempenho negativo em 2013, tende a ser estimulado pelo aumento da demanda por produtos fabricados na zona franca de Manaus.

O ritmo moderação de expansão da atividade econômica do Nordeste persistiu nos meses recentes, como expresso nas variações de -0,3% e 0,3% do IBCR-NE, nos trimestres encerrados em novembro e em agosto, na comparação trimestral. Nesse contexto, as vendas do comércio varejista aumentaram 2,4% e 2,9%, respectivamente, nos períodos mencionados e na mesma base de comparação.

As perspectivas para 2014 deverão ser favorecidas pela recuperação da agropecuária, negativamente impactada pela seca dos últimos dois anos que atingiu a região, e pelos impactos de investimentos públicos e privados.

A economia do Centro-Oeste acelerou o retorno do crescimento no trimestre encerrado em novembro. Nesse cenário, o IBCR-CO expandiu 0,9% no período, na comparação com o trimestre anterior (0,2% no trimestre terminado em agosto), evolução associada, em especial, ao desempenho da agricultura (dado o aumento anual de 10,8% da safra de grãos). Por outro lado, ressaltou-se a moderação, principalmente na segunda metade do ano, na atividade industrial e na varejista.

As perspectivas indicam expansão da economia do Centro-Oeste em 2014, com manutenção da renda agrícola e seus efeitos sobre o mercado interno da região.

No Sudeste, a evolução recente da atividade econômica foi impulsionada pela recuperação do setor industrial e pelo crescimento do setor de serviços e das vendas do comércio. Nesse cenário, o IBCR-SE aumentou 0,7% no trimestre encerrado em novembro, na comparação com o anterior, acumulando crescimento 1,4% no intervalo de doze meses até novembro.

Para 2014, as perspectivas incorporam impactos da depreciação cambial sobre exportações e competitividade da indústria regional, em cenário de manutenção do dinamismo da demanda doméstica, para o que deverá contribuir os investimentos em infraestrutura em andamento.

A economia do Sul cresceu 0,5% no trimestre encerrado em novembro, na comparação com o trimestre anterior, de acordo com o IBCR-S. A recuperação em relação ao recuo de 3,0% no trimestre finalizado em agosto refletiu, em especial, resultados positivos na atividade varejista e industrial (com destaque para os segmentos de metalurgia básica, 8,1% e máquinas e equipamentos, 7,4%).

O maior ritmo de expansão da atividade econômica no Sul em 2013 decorreu, principalmente, do crescimento da produção agrícola, com impactos positivos sobre renda, investimento e demanda local. Para 2014, as expectativas quanto ao nível de atividade devem considerar expansão modesta da atividade agrícola e, por outro lado, o impacto da recuperação das economias desenvolvidas sobre as exportações da região.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados
2002 = 100

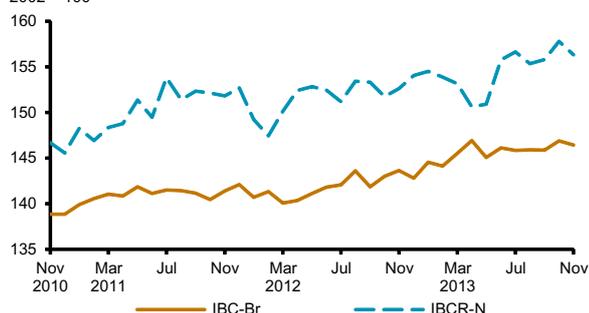
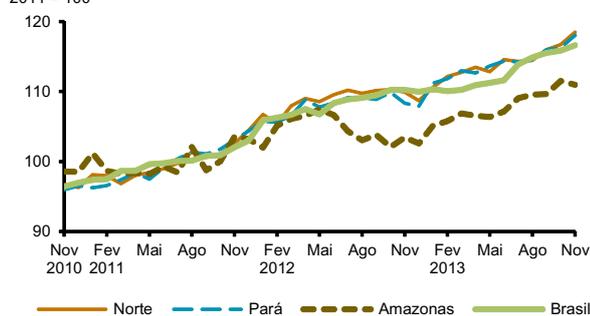


Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 1.1 – Receita nominal de serviços – Norte

Índice geral

UF	2012		2013		Var. %
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 Meses	
Região Norte	11,0	9,3	8,9	8,9	
Acre	5,7	9,2	5,8	7,9	
Amapá	21,5	3,5	3,3	6,2	
Amazonas	9,1	12,1	10,3	10,1	
Pará	12,0	6,4	8,7	7,9	
Rondônia	11,5	12,4	8,0	8,6	
Roraima	17,1	5,6	3,4	7,1	
Tocantins	9,2	15,4	9,4	13,0	

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A atividade econômica no Norte manteve-se em expansão, na margem, no trimestre encerrado em novembro, destacando-se o dinamismo da indústria extrativa, da construção civil, do comércio varejista e das operações de crédito. Nesse cenário, o IBCR-N cresceu 0,5% em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando crescera 2,9%, dados dessazonalizados. O indicador variou 1,7% no período de doze meses até novembro (1,1% em agosto), em relação a igual intervalo de 2012.

As vendas do comércio varejista cresceram 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, período em que expandiram 1,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Nos dois maiores estados, Pará e Amazonas, as vendas aumentaram 2,1% e 2,0%, respectivamente, destacando-se, ainda, o crescimento de 7,9% em Tocantins. O comércio ampliado, que inclui as vendas de automóveis e motocicletas e de materiais de construção, variou 2,2% no trimestre finalizado em novembro (estável em agosto).

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 4,6% em novembro (5,1% em agosto), em relação ao mesmo período do ano anterior, com aumentos de 8,1% e 5,7% em Rondônia e Tocantins, respectivamente. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado cresceu 3,5%.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 132,5 pontos em dezembro (130,1 pontos em setembro e 133,4 pontos em dezembro de 2012). Cabe notar que o componente que avalia as perspectivas sobre investimentos aumentou 1,5 ponto no trimestre.

A receita nominal do setor de serviços cresceu 8,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2012 (9,3% em agosto), de acordo com a Pesquisa

Gráfico 1.3 – Produção industrial – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

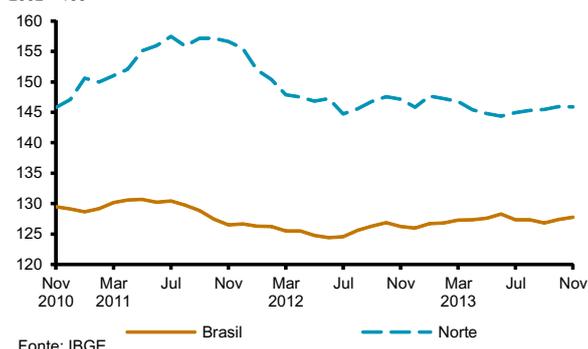


Tabela 1.2 – Produção industrial – Amazonas
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,5	-1,9	0,9
Indústria extrativa	2,4	-5,9	-0,0	-4,6
Indústria de transformação	97,6	-2,3	-1,2	1,0
Material eletrônico	26,6	6,4	3,3	-6,2
Alimentos e bebidas	21,6	-9,5	1,0	-0,3
Equipamentos transporte	13,3	-2,3	7,2	-2,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

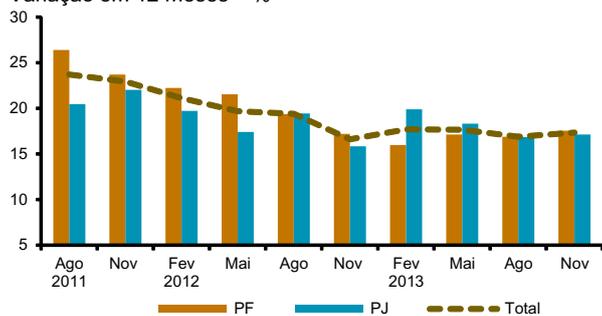
Tabela 1.3 – Produção industrial – Pará
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	7,2	1,8	-5,5
Indústria extrativa	49,5	14,3	1,7	-3,0
Indústria de transformação	50,5	0,6	2,4	-8,0
Metalurgia básica	28,6	0,2	6,7	-7,9
Alimentos e bebidas	10,1	7,3	-7,0	-1,9
Minerais não metálicos	5,0	-6,3	5,0	3,3
Celulose e papel	4,8	-7,0	8,4	-32,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo IBGE, com destaque para as elevações no Amazonas, 10,3%; Tocantins, 9,4%; e Pará, 8,7%. Em doze meses, o indicador variou 8,9% em novembro (9% em agosto), comparativamente a igual período do ano anterior, com ênfase nos aumentos em Tocantins, 13,0%; Amazonas, 10,1%; e Rondônia, 8,6%.

A produção industrial do Norte aumentou 0,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A produção da indústria extrativa cresceu 1,4% e a da indústria de transformação, 0,4%, no período.

A produção da indústria recuou 1,3% no intervalo de doze meses até novembro, em relação a igual intervalo de 2012, reflexo de retrações de 3,2% na produção da indústria extrativa e de 0,8% na da indústria de transformação.

O faturamento da indústria amazonense variou, na ordem, 0,1% e -3,6% nas mesmas bases de comparação, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria do Amazonas atingiu 80,8% em novembro (82,9% em agosto e 81,1% em novembro de 2012).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 57,2 pontos em dezembro, mesmo patamar de setembro (55,5 pontos em dezembro de 2012).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizaram R\$102 bilhões em novembro, elevando-se 4,6% no trimestre e 17,3% em doze meses. Os empréstimos no segmento de pessoas físicas atingiram R\$56 bilhões (aumentos respectivos de 3,6% e 17,5% nas mesmas bases de comparação), com destaque para as modalidades financiamento habitacional, crédito consignado e financiamento de veículos. O estoque de contratações no segmento de pessoas jurídicas atingiu R\$45,9 bilhões, elevando-se 5,9% no trimestre e 17,1% em doze meses, com destaque para os empréstimos nos segmentos serviços públicos (exceto saúde e educação), comércio e construção.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 4,25% em novembro (4,37% em agosto e 4,54% em novembro de 2012). A evolução trimestral refletiu retrações de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,4 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência situou-se em 5,48% e 2,83%, respectivamente.

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Set
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
	2012	Nominal	Juros	Total ^{3/}		
	Dez	Primário				
Total	5 895	-156	663	507	375	6 778
Governos estaduais	6 547	428	666	1 094	346	7 987
Capitais	-279	-779	11	-768	29	-1 019
Demais municípios	-372	195	-14	181	0	-191

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

Região Norte	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Dez
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros ^{4/}	
	2012	Primário	Juros	Nominal ^{3/}		
	Dez					
Acre	1 794	233	183	417	39	2 251
Amazonas	1 289	41	196	237	183	1 708
Amapá	-463	53	25	79	1	-384
Pará	741	-329	175	-155	96	683
Rondônia	1 257	678	186	864	129	2 250
Roraima	623	-233	119	-114	2	510
Tocantins	655	165	81	245	88	988
Total (A)	5 895	608	965	1 573	538	8 007
Brasil^{5/} (B)	541 717	-20 256	60 211	39 955	4 485	586 158
(A/B) (%)	1,1	-3,0	1,6	3,9	12,0	1,4

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimentos de dívidas e privatizações.

5/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2013/2012
		Produção ^{2/}		
		2012	2013	
Grãos ^{3/}	36,3	4 775	4 966	4,0
Soja	19,8	2 154	2 606	21,0
Milho	7,9	1 636	1 356	-17,1
Arroz (em casca)	5,6	820	877	7,0
Outras lavouras				
Mandioca	25,3	7 750	7 379	-4,8
Banana	5,0	820	911	11,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte somou R\$156 milhões nos nove primeiros meses do ano (R\$2,3 bilhões em igual período de 2012). A retração refletiu, principalmente, a reversão de *superavit* de R\$2,3 bilhões para *deficit* de R\$428 milhões, na esfera dos governos estaduais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$663 milhões (R\$949 milhões nos nove primeiros meses de 2012) e o *deficit* nominal totalizou R\$507 milhões (*superavit* de R\$1,4 bilhão no mesmo período de 2012).

A dívida líquida dos estados, da capital e dos principais municípios do Norte atingiu R\$6,8 bilhões em setembro (aumento de 15% em relação a dezembro de 2012), passando a representar 1,2% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país (1,1% em dezembro de 2012).

Considerando dados preliminares até dezembro de 2013 para esses três segmentos subnacionais, conjuntamente, registrou-se *deficit* primário de R\$608 milhões no ano, comparativamente a *superavit* de R\$1,7 bilhão em 2012. Os juros nominais, por sua vez, alcançaram R\$965 milhões em 2013, recuando 14,6% em relação ao valor registrado no ano anterior, evolução influenciada pela menor variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). O endividamento líquido alcançou R\$8 bilhões em dezembro, segundo os dados preliminares para o mês, crescimento de 35,8% em relação ao ano anterior. A participação do endividamento da Região no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país, alcançou 1,4% em 2013, aumentando 0,3 p.p. em relação ao valor registrado em 2012.

A safra de grãos do Norte totalizou cinco milhões de toneladas, em 2013, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) divulgado pelo IBGE em dezembro. O aumento anual de 4,0% refletiu elevações nas safras de soja (21,0%) e arroz (7%) e recuos nas de feijão (21,9%) e milho (17,1%). Entre as demais culturas, registrem-se as variações nas colheitas de banana, 11,1%; cacau, 11,4%; abacaxi, 4%; e mandioca, -4,8%, nas mesmas bases comparativas.

De acordo com prognóstico do IBGE, a produção de grãos da região deverá decrescer 3% em 2014, destacando-se as estimativas de recuos para as colheitas de milho (28,3%), arroz (11,7%) e feijão (8,5%) e de aumento de 11,1% para a safra de soja.

Tabela 1.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

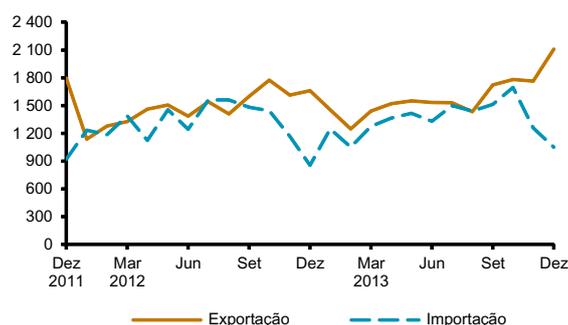
Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	17 693	19 089	7,9	-0,2
Básicos	13 198	15 097	14,4	-0,4
Industrializados	4 495	3 991	-11,2	0,0
Semimanufaturados	1 809	1 536	-15,1	-7,6
Manufaturados ^{1/}	2 686	2 455	-8,6	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Gráfico 1.5 – Balança comercial – Norte

US\$ milhões



Fonte: MDIC/Aliceweb

Tabela 1.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	15 701	16 144	2,8	7,4
Bens de capital	4 100	4 274	4,2	6,2
Matérias-primas	6 208	6 819	9,8	6,7
Bens de consumo	4 553	4 505	-1,1	4,0
Duráveis	4 208	4 208	0,0	0,0
Não duráveis	346	297	-14,2	9,2
Combustíveis e lubrificantes	839	546	-34,9	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.9 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	3,1	-32,1	2,6	18,3	18,9
Extrativa mineral	-0,2	-0,4	0,1	-0,1	0,0
Indústria de transformação	-1,0	-7,1	-0,3	4,6	6,6
Comércio	6,5	-5,8	0,1	1,4	8,7
Serviços	1,8	-8,5	1,2	4,4	1,7
Construção civil	-2,6	-7,5	2,1	7,4	2,6
Agropecuária	-0,9	-2,0	-0,9	1,0	-0,8
Outros ^{2/}	-0,4	-0,9	0,4	-0,4	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

Os abates de bovinos realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) cresceram 12,5% em 2013, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas cresceram 41,9% no ano, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O *superavit* da balança comercial do Norte totalizou US\$2,9 bilhões em 2013 (US\$2 bilhões em 2012), segundo o MDIC. As exportações somaram US\$19 bilhões e as importações, US\$16,1 bilhões, elevando-se, na ordem, 7,9% e 2,8% no ano.

O comportamento das exportações, evidenciando aumentos de 5,7% no *quantum* e de 2,3% nos preços, refletiu, principalmente, a elevação de 14,4% nos embarques de produtos básicos (79,1% da pauta), destacando-se minério de ferro. As vendas de semimanufaturados contraíram 15,1% no ano, e as de manufaturados, 8,6%. As exportações direcionadas a China, Japão, Alemanha, Venezuela e Coreia do Sul corresponderam a 57,6% das vendas externas da região em 2013.

O desempenho das importações refletiu variações de -0,3% no *quantum* e de 3% nos preços. Houve aumentos de 9,8% nas compras de bens intermediários e de 4,2% nas de bens de capital, responsáveis em conjunto por 68,7% da pauta. Por produtos, ressaltam-se os aumentos nas aquisições de microprocessadores, 68,6%, e de outras partes para aparelhos receptores de transmissão/recepção de voz, imagem e dados, 49,8%. As importações originárias da China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), Japão e Taiwan representaram 77,6% das aquisições externas do Norte em 2013.

O mercado de trabalho da região gerou 18,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (3,1 mil no mesmo período de 2012), dos quais 8,7 mil postos no comércio, 6,6 mil na indústria de transformação e 2,6 mil na construção civil, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE).

O nível de emprego formal variou 0,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando recuara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Destacaram-se os aumentos de 0,8% no Amazonas e de 0,5% no Pará.

Tabela 1.10 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

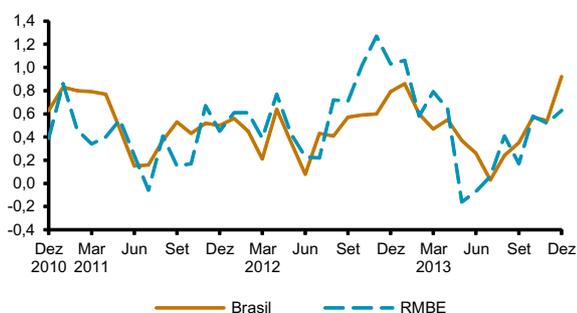
UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Região Norte	3,1	-32,1	2,6	18,3	18,9
Acre	-0,9	-2,5	0,7	0,3	0,3
Amapá	0,7	-0,7	1,0	0,3	0,7
Amazonas	2,0	-7,6	1,3	7,8	9,1
Pará	4,4	-12,1	0,8	8,7	11,0
Rondônia	-2,0	-5,0	-0,5	0,7	-3,0
Roraima	1,2	-1,1	-1,3	0,0	0,3
Tocantins	-2,2	-3,1	0,5	0,6	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Gráfico 1.6 – IPCA - Norte

Variação (%)



Fonte: IBGE

Tabela 1.11 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	8,30	0,64	1,74	5,33
Livres	79,7	8,69	0,22	1,87	6,32
Comercializáveis	44,9	5,33	0,82	1,97	5,58
Não comercializáveis	34,7	13,45	-0,53	1,73	7,31
Monitorados	20,3	6,87	2,34	1,24	1,59
Principais itens					
Alimentação	33,9	14,30	-1,53	1,50	5,70
Habitação	11,9	7,89	5,24	2,60	3,49
Artigos de residência	5,4	2,01	2,12	1,28	5,74
Vestuário	9,2	3,92	0,92	3,81	7,34
Transportes	12,9	3,59	0,95	1,93	4,03
Saúde	10,4	6,09	0,54	0,76	5,49
Despesas pessoais	8,1	9,88	2,26	2,05	7,17
Educação	4,6	7,35	0,90	0,10	7,61
Comunicação	3,7	1,01	-0,18	0,33	0,25

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

A inflação na Região Metropolitana de Belém (RMB), medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 1,74% no quarto trimestre do ano (0,64% no terceiro), reflexo de aceleração nos preços livres, de 0,22% para 1,87%, e de desaceleração nos monitorados, de 2,34% para 1,24%.

A trajetória dos preços livres decorreu de aumentos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de -0,53% para 1,73% (pescados, 11,58%; tubérculos, raízes e legumes, 5,80%; e frutas, 3,23%), e dos bens comercializáveis, de 0,82% para 1,97% (carnes e peixes industrializados, 4,61%; carnes, 4,31%; e panificados, 2,68%). O índice de difusão atingiu 61,91% no quarto trimestre do ano (60,31% no terceiro).

O IPCA da RMB aumentou 5,33% em 2013 (8,30% no ano anterior). A variação anual dos preços livres se deslocou de 8,69% para 6,32%, destacando-se os menores aumentos nos preços dos grupos alimentação (de 14,30% para 5,70%), habitação (de 7,89% para 3,49%) e despesas pessoais (de 9,88% para 7,17%), e nos de itens monitorados, de 6,87% para 1,59%, em parte reflexo do recuo de 7,84% na tarifa de energia elétrica residencial.

A atividade do Norte nos próximos trimestres tende a ser favorecida pela intensificação do ritmo da economia mundial e suas repercussões favoráveis sobre as exportações de produtos básicos; e pela continuidade da expansão do setor de serviços (especialmente do comércio varejista). O setor industrial, após desempenho negativo em 2013, tende a ser favorecido pelo aumento da demanda por produtos fabricados na zona franca de Manaus, em períodos de eventos esportivos.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

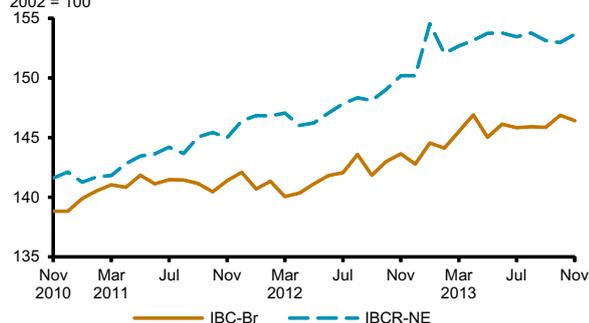
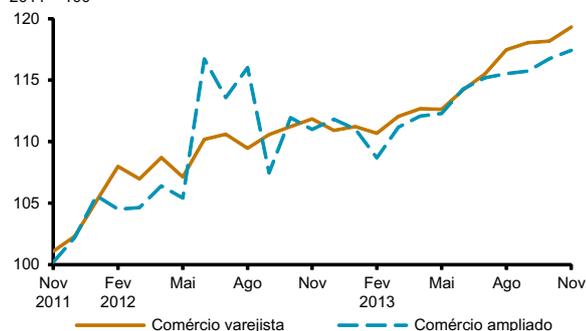


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,3	2,9	2,4	5,3
Combustíveis e lubrificantes	9,1	0,9	3,4	2,4
Híper e supermercados	7,4	3,2	2,2	1,2
Móveis e eletrodomésticos	14,4	4,9	4,3	8,9
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	15,9	3,7	-9,5	-9,0
Comércio ampliado	9,8	2,8	1,4	4,0
Automóveis e motocicletas	8,9	2,8	-0,3	-2,6
Material de construção	10,9	0,8	7,3	9,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O nível da atividade no Nordeste, em linha com a evolução da economia do país, moderou no terceiro trimestre de 2013. Nesse contexto, considerados dados dessazonalizados, os PIBs da Bahia, Pernambuco e Ceará variaram -0,2%, -0,8% e 1,1%, respectivamente, no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, quando cresceram, na ordem, 1,5%, 1,2% e 2%. Ainda de acordo com dados dessazonalizados, o IBCR-NE, decresceu 0,3% no trimestre terminado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando crescera 0,3%, no mesmo tipo de comparação.

As vendas do comércio varejista aumentaram 2,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevaram 2,9%, na mesma base comparativa, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as elevações nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, 5,2%, e móveis e eletrodomésticos, 4,3%. O comércio ampliado, incluindo variações respectivas de -0,3% e 7,3% nos segmentos veículos, motos, partes e peças e material de construção, cresceu 1,4% no trimestre encerrado em novembro (2,8% no finalizado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 5,3% em novembro, em relação a igual período do ano anterior (6,2% em agosto), ressaltando-se os aumentos nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 16,5%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,7%. O comércio ampliado, refletindo variações respectivas de 9,1% e -2,6% nos segmentos material de construção e veículos, motos, partes e peças, expandiu-se 4% no período (5% em agosto).

A receita nominal do setor de serviços cresceu 7,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2012, segundo a PMS do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos serviços prestados às famílias,

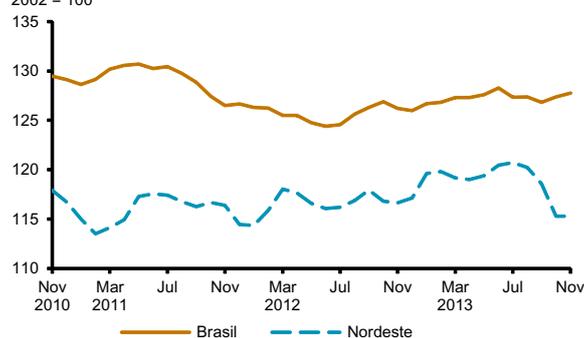
Tabela 2.2 – Receita nominal de serviços – Nordeste

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2013		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	10,6	7,9	9,5
Serviços prestados às famílias	10,8	9,6	9,6
Serviços de informação e comunicação	6,0	4,8	5,4
Serviços profissionais e administrativos	14,4	8,3	12,0
Transportes e correio	13,8	8,8	12,2
Outros serviços	4,9	17,6	8,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,7	-4,1	1,6
Indústria extrativa	5,0	-1,8	2,8	0,5
Indústria de transformação	95,0	0,8	-5,3	1,6
Alimentação e bebidas	28,8	-0,1	-8,3	-6,8
Produtos químicos	19,7	2,0	-9,8	3,5
Refino de petróleo e álcool	13,1	5,1	0,2	14,0
Metalurgia básica	7,3	0,3	-2,1	5,8

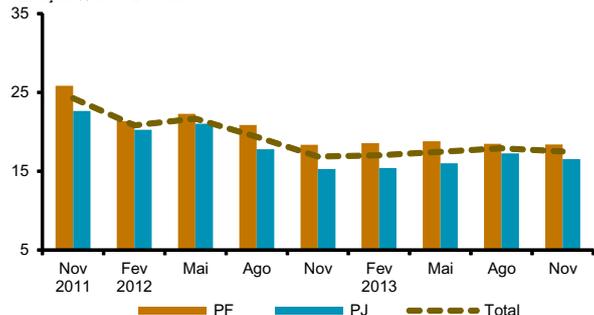
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

9,6%; e serviços auxiliares aos transportes e correios, 8,8%. Considerados períodos de doze meses, a receita nominal do setor aumentou 9,5% em novembro, em relação a igual período de 2012, com destaque para os segmentos serviços auxiliares aos transportes e correios (12,2%), serviços profissionais, administrativos e complementares (12%) e serviços prestados a famílias (9,6%).

A produção industrial nordestina recuou 4,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando crescera 0,7%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Ocorreram, no trimestre, aumentos da produção em seis das onze atividades pesquisadas, com destaque para têxtil (3,5%) e vestuário (3,3%).

A análise em doze meses indica que a produção industrial do Nordeste aumentou 1,6% em novembro (1,8% em agosto), em relação a igual intervalo do ano anterior, resultado da alta de 0,5% na produção da indústria extrativa e crescimento de 1,6% na da indústria de transformação, com destaque para os segmentos de refino petróleo e álcool (14%) e vestuário (13,7%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região atingiu R\$345 bilhões em novembro, elevando-se 3,9% no trimestre e 17,5% em doze meses. Os créditos às pessoas físicas totalizaram R\$181 bilhões, aumentos de 4% no trimestre e 18,4% em doze meses, sobressaindo as modalidades crédito consignado, empréstimos habitacionais e financiamento a veículos. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$164 bilhões, expandindo-se 3,9% e 16,5% respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com destaque para os recursos destinados às atividades transmissão e distribuição de energia elétrica e gás; serviços públicos (exceto educação e saúde); construção e refino de petróleo.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,8% em novembro, recuando 0,14 p.p. no trimestre e 0,43 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções respectivas de 0,2 p.p. e 0,1 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a taxa situou-se, na ordem, em 5,4% e 2,3%.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Nordeste totalizaram R\$5,1 bilhões no trimestre finalizado em outubro, recuando 22,8% em relação a igual período do

Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-3 434	-3 287	3 998	2 517
Governos estaduais	-3 592	-2 048	3 819	2 383
Capitais	-84	-1015	71	54
Demais municípios	242	-224	109	80

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste^{1/}

Composição

Região Nordeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	10 309	12 427	14 801
Renegociação ^{2/}	23 313	23 000	20 077
Dívida externa	5 080	8 715	13 493
Outras dívidas junto à União	101	62	41
Dívida reestruturada	805	817	870
Disponibilidades líquidas	-6 759	-7 497	-11 428
Total (A)	32 848	37 524	37 854
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	558 105
(A/B) (%)	6,7	6,9	6,8

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
	Total	37 524	-3 287	2517	-770	1101
Governos estaduais	36 088	-2048	2383	335	978	37 400
Capitais	803	-1015	54	-961	119	-39
Demais municípios	633	-224	80	-144	4	493

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

ano anterior. Os desembolsos somaram R\$27,1 bilhões no período de doze meses encerrado em outubro (acréscimo de 34,3% em relação a igual período de 2012).

O *superavit* primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$3,3 bilhões nos nove primeiros meses do ano. A redução de 4,3% em relação a igual período de 2012 refletiu a retração de 43% no *superavit* dos governos estaduais; o aumento, de R\$84 milhões para R\$1 bilhão, no *superavit* das capitais; e a reversão, de *deficit* de R\$242 milhões para *superavit* de R\$224 milhões, na esfera dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,5 bilhões no período, dos quais R\$2,4 bilhões na esfera dos governos estaduais, resultando em *superavit* nominal de R\$770 milhões nos nove primeiros meses do ano.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$37,9 bilhões em setembro de 2013 (6,8% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 0,9% em relação a dezembro do ano anterior. As representatividades das dívidas renegociadas/reestruturadas com a União, bancária e externa atingiram, 55,3%; 39,1% e 35,6%, no período. A posição credora em disponibilidades líquidas somou 30,2% da dívida líquida nordestina.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os três segmentos subnacionais, considerados de forma conjunta, indicam *superavit* primário de R\$2,6 bilhões, com recuo de 11,5% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por outro lado, alcançaram R\$3,6 bilhões em 2013, recuando 25% em relação ao valor registrado em 2012, evolução influenciada pela menor variação do IGP-DI. Ainda de acordo com dados preliminares, o endividamento líquido alcançou R\$40,4 bilhões em dezembro, apontando crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior. A participação do endividamento da Região no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país, alcançou 6,9% em 2013, mesmo percentual registrado em 2012.

A produção de grãos do Nordeste totalizou 12 milhões de toneladas em 2013 (6,3% da safra nacional, ante 7,3% em 2012), segundo o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 0,7% refletiu, em parte, elevações nas culturas de feijão (88,5%) e milho (23,3%); e redução de

Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

Região	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Dez
	Dívida 2012 Dez	Fluxos acumulados no ano				
Nordeste		Primário	Juros	Nominal ^{3/}	Outros ^{4/}	
Alagoas	6 821	-164	821	656	60	7 538
Bahia	11 239	-1 661	941	-720	769	11 289
Ceará	3 313	-445	325	-120	1 506	4 698
Maranhão	3 094	-840	303	-538	157	2 713
Paraíba	2 137	61	174	235	24	2 395
Pernambuco	5 425	757	626	1 383	318	7 126
Piauí	1 730	-19	96	77	117	1 923
Rio G. Norte	1 160	-86	112	26	-1 109	77
Sergipe	2 605	-233	219	-15	45	2 636
Total (A)	37 524	-2 630	3 616	986	1 886	40 396
Brasil^{5/} (B)	541 717	-20 256	60 211	39 955	4 485	586 158
(A/B) (%)	6,9	13,0	6,0	2,5	42,1	6,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimentos de dívidas e privatizações.

5/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		Var. % 2013/2012
		Produção ^{2/} 2012	2013	
Produção de grãos		11 885	11 969	0,7
Soja	15,08	6 096	5 268	-13,6
Milho	8,42	3 901	4 808	23,3
Caroço de algodão (herbáceo)	8,15	855	631	-26,1
Feijão	5,01	258	487	88,5
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	17,56	68 137	69 200	1,6
Mandioca	5,54	5 976	4 810	-19,5
Banana	5,43	2 428	2 362	-2,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Tabela 2.9 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	18 773	17 270	-8,0	-0,2
Básicos	5 078	3 558	-29,9	-0,4
Industrializados	13 695	13 712	0,1	0,0
Semimanufaturados	4 924	4 767	-3,2	-7,6
Manufaturados ^{1/}	8 771	8 945	2,0	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

13,6% na safra de soja. Em relação às demais culturas, ressaltam-se o aumento de 40,7% na produção de castanha de caju e o recuo de 19,5% na de mandioca. Adicionalmente, o IBGE divulgou prognóstico de crescimento anual de 30,9% para a safra de grãos da região em 2014, destacando-se os acréscimos previstos para as safras de soja, 38,7%; feijão, 37%; e milho 22,1%.

A balança comercial do Nordeste apresentou déficit de US\$10,5 bilhões em 2013 (US\$7,2 bilhões no ano anterior), de acordo com o MDIC. O aumento anual decorreu de variações respectivas de -8% e 6,7% nas exportações e nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$17,3 bilhões e US\$27,8 bilhões.

O desempenho das exportações, reflexo de recuos de 6,6% nos preços e 1,6% no *quantum*, decorreu de retrações nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Destaque para o recuo de 29,9% nos embarques de produtos básicos, impactados pelos decréscimos respectivos de 12,3% e 53,2% nas vendas de soja – principal item da categoria – e de algodão em bruto. China, EUA, Argentina, Holanda e Panamá adquiriram, em conjunto, 52,3% das exportações do Nordeste em 2013.

O crescimento das importações, decorrente de variações de -1,9% nos preços e 8,8% no *quantum*, refletiu, em especial, expansões de 16,4% nas compras de bens de capital (motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes, 66,8%; veículos de carga, 87,2%) e de 12,2% nas de matérias-primas (minérios de cobre e seus concentrados, 88,1%). As importações provenientes dos EUA, China, Argentina, Índia e Chile representaram, em conjunto, 51,4% do total adquirido, em 2013, pela região.

A economia nordestina gerou 151 mil postos formais de trabalho no trimestre encerrado em novembro (102,1 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 78,9 mil nas atividades construção civil e indústria de transformação (50,1 mil no mesmo período de 2012). Foram criados 134,4 mil empregos formais nos onze primeiros meses do ano (142,8 mil em igual período de 2012).

O nível de emprego formal do Nordeste, considerados dados dessazonalizados, cresceu 0,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, destacando-se aumentos nas atividades serviços industriais de utilidade pública, 1,4%, e agropecuária, 1,1%.

Tabela 2.10 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	26 007	27 755	6,7	7,4
Bens de capital	3 806	4 432	16,4	6,2
Matérias-primas	10 177	11 419	12,2	6,7
Bens de consumo	2 585	2 595	0,4	4,0
Duráveis	1 849	1 845	-0,2	0,0
Não duráveis	737	750	1,8	9,2
Combustíveis e lubrificantes	9 439	9 309	-1,4	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.11 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	102,1	-95,8	-35,2	63,7	151,0
Indústria de transformação	50,4	-41,7	-40,8	16,1	64,5
Serviços industriais de utilidade pública	-2,1	0,6	1,3	0,0	1,5
Construção civil	-0,2	-14,1	-2,6	-2,2	14,4
Comércio	36,2	-11,1	-2,5	6,4	37,8
Serviços	21,1	-6,3	13,4	24,2	30,9
Agropecuária	-2,9	-22,3	-4,6	18,3	2,0
Outros ^{2/}	-0,5	-0,8	0,5	0,8	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	6,50	0,28	1,99	5,90
Livres	78,9	7,17	0,26	2,15	7,17
Comercializáveis	39,9	4,54	1,01	2,32	5,72
Não comercializáveis	39,0	10,08	-0,51	1,98	8,73
Monitorados	21,1	4,20	0,36	1,39	1,38
Principais itens					
Alimentação	28,2	11,98	-1,29	2,54	8,82
Habitação	13,6	6,41	1,43	1,12	2,69
Artigos de residência	4,9	-0,45	0,62	2,34	5,84
Vestuário	7,5	3,67	1,09	3,38	6,25
Transportes	17,5	1,97	0,16	2,15	3,27
Saúde	10,9	5,43	1,27	0,69	6,17
Despesas pessoais	8,9	10,02	1,09	2,96	7,59
Educação	4,4	8,20	1,40	0,21	8,49
Comunicação	4,2	1,18	0,78	0,92	1,68

Fonte: IBGE

1/Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

A taxa de desemprego do Nordeste, consideradas as regiões metropolitanas de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 7,6% no trimestre terminado em novembro de 2013, de acordo com o IBGE. O aumento de 1 p.p. em relação a igual período de 2012 decorreu de variações de 1,1% na População Economicamente Ativa (PEA) e -0,3% na população ocupada. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real recuaram 3,5% e 3,8%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego no Nordeste atingiu 7,7% no trimestre até novembro, estável em relação ao trimestre finalizado em agosto.

A variação do IPCA da região¹ atingiu 1,99% no quarto trimestre do ano (0,28% no terceiro) evolução decorrente de aceleração nos preços livres, de 0,26% para 2,15%, e nos monitorados, de 0,36% para 1,39%. Destacaram-se, neste grupo, aumentos respectivos de 7,93% e 5,32% nos preços de ônibus interestadual e óleo diesel.

A aceleração dos preços livres refletiu aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,01% para 2,32% (carnes, 4,70%; panificados, 3,67%; vestuário, 3,38%), e dos preços dos bens não comercializáveis, de -0,51% para 1,98% (passagem aérea, 35,49%; tubérculos, raízes e legumes, 19,75%; pescados, 5,22%). O índice de difusão atingiu 60,45% no trimestre encerrado em dezembro (55,82% no finalizado em setembro).

O IPCA do Nordeste variou 5,90% em 2013 (6,50% em 2012). Os preços livres aumentaram 7,17% (grupo educação, 8,49%) e os monitorados 1,38% (óleo diesel, 15,69%; gás de botijão, 10,08%).

A atividade econômica na região seguiu com expansão moderada em 2013, não obstante haver sido sensibilizada pelas quebras de safras de importantes produtos agrícolas, decorrentes da seca que atingiu o Nordeste pelo segundo ano consecutivo. A atividade foi sustentada, em parte, pelo melhor desempenho do setor industrial. Em 2014, a atividade tende a ser favorecida pela recuperação da agropecuária e pelos impactos de investimentos públicos e privados programados.

1/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia
Dados dessazonalizados

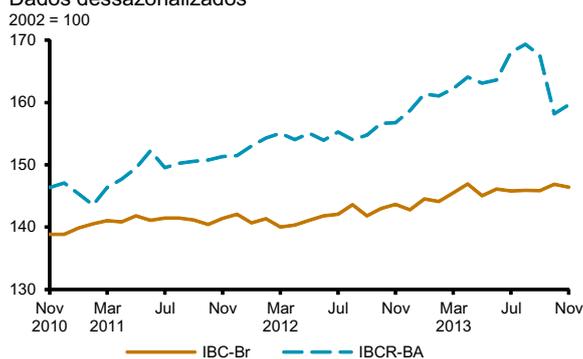


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia



Fonte: IBGE

Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2013			
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,2	3,1	2,4	2,7
Combustíveis e lubrificantes	5,0	-1,4	5,5	-9,9
Híper, supermercados	-2,1	3,6	2,7	2,0
Tecidos, vestuário e calçados	-0,8	0,7	0,9	6,7
Móveis e eletrodomésticos	3,9	4,3	4,5	9,1
Comércio ampliado	0,0	2,4	2,2	2,2
Automóveis e motocicletas	-5,9	2,1	0,0	0,4
Material de construção	3,0	1,4	8,8	6,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.14 – Receita nominal de serviços – Bahia

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2012		2013	
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	9,4	12,1	6,8	9,8
Serviços prestados às famílias	8,0	6,1	5,6	8,5
Serviços de informação e comunicação	7,8	5,1	2,0	4,6
Serviços profissionais e administrativos	19,9	23,4	11,4	16,2
Transportes e correio	5,7	14,2	6,4	11,1
Outros serviços	6,9	6,6	21,3	9,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Bahia

O PIB da Bahia cresceu 3,4% no terceiro trimestre de 2013, em relação à igual período do ano anterior, reflexo de expansões na indústria, 5,1% (indústria de transformação, 8,8%) e no setor de serviços, 2,1%; e de retração de 3,7% na agropecuária, conforme estimativa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Considerados dados dessazonalizados, o PIB recuou 0,5% em relação ao trimestre encerrado em junho. Esse movimento na margem foi, de certa forma, ratificado pela evolução recente do IBCR-BA, que, evidenciando resultados negativos na agricultura e na indústria de transformação, recuou 3,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando crescera 2,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. O indicador variou 5,5% no período de doze meses encerrado em novembro (5,5% em agosto).

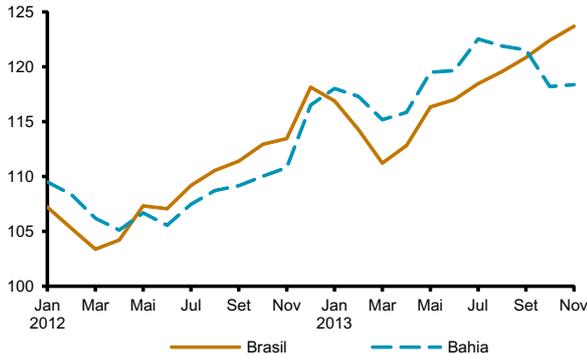
As vendas do comércio varejista aumentaram 2,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando cresceram 3,1%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve aumento em seis dos oito segmentos pesquisados, destacando-se combustíveis e lubrificantes, 5,5%, e móveis e eletrodomésticos, 4,5%. Incorporadas a variação de 8,8% nas vendas de material de construção e a estabilidade nas de veículos, o comércio ampliado expandiu 2,2% no trimestre.

Em doze meses, as vendas no varejo cresceram 2,7% em novembro, em relação a igual período do ano anterior (3,9% em agosto), destacando-se os aumentos nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 20,2%, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,2%, livros, jornais, revistas e papelaria, 12,7%, e móveis e eletrodomésticos, 9,1%. O comércio ampliado, incluídas as variações respectivas de 6,6% e de 0,4% nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, expandiu 2,2% no período (3,8% em agosto).

A receita nominal do setor de serviços da Bahia cresceu 6,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2012 (outros serviços, 21,3%; serviços profissionais e administrativos, 11,4%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 9,8% em novembro (serviços profissionais e administrativos, 16,2%).

Gráfico 2.7 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Gráfico 2.8 – Produção industrial – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100

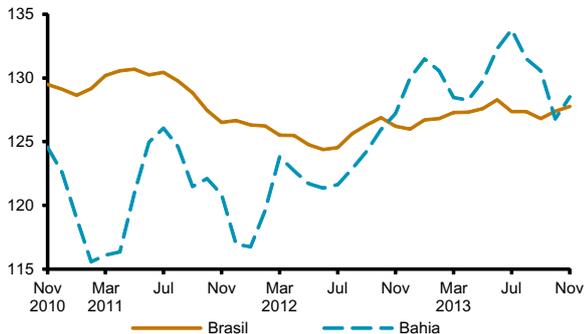


Tabela 2.15 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		Acumulado em 12 meses
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	
Indústria geral	100,0	1,4	-2,3	5,7
Indústria extrativa	4,6	0,7	1,0	0,7
Indústria de transformação	95,4	0,8	-2,5	6,0
Produtos químicos	30,4	5,7	-10,6	1,8
Ref. petróleo e prod. álcool	23,0	4,5	3,1	16,6
Alimentos e bebidas	15,8	-1,8	-4,5	-7,4
Celulose e papel	11,2	-0,7	2,2	3,0
Metalurgia básica	6,7	-3,7	4,5	23,7

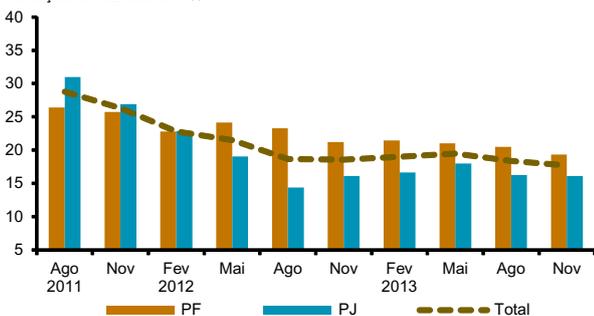
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A produção industrial da Bahia recuou 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia crescido 1,4%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa cresceu 1% e a de transformação recuou 2,5% (produtos petroquímicos, -10,6%; alimentos e bebidas, -4,5%; metalurgia básica, 4,5%; e refino de petróleo e produção de álcool, 3,1%).

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial baiana cresceu 5,7% em novembro (6,6% em agosto), ressaltando-se as expansões nos segmentos veículos automotores, 23,8%, metalurgia básica, 23,7%, e refino de petróleo e produção de álcool, 16,6%.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), calculado pela SEI, atingiu -21,8 pontos em novembro (-36,4 pontos em outubro), situando-se na zona de pessimismo moderado. Setorialmente, o indicador atingiu 10,4 pontos na agropecuária, -42,3 pontos na indústria e -17 pontos nos serviços e comércio.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somaram R\$97,7 bilhões em novembro, elevando-se 4,1% no trimestre e 17,7% em doze meses. A carteira de pessoas físicas totalizou R\$49,2 bilhões, elevações respectivas de 3,9% e 19,3% nas bases de comparação mencionadas, destacando-se, no trimestre, o dinamismo das modalidades empréstimos consignados, financiamentos habitacionais e financiamentos para aquisição de veículos, responsáveis, em conjunto, por 59,1% do saldo do segmento. Os empréstimos para pessoas jurídicas somaram R\$48,5 bilhões, aumentos de 4,3% no trimestre e 16,1% em doze meses, sobressaindo as contratações das indústrias química; de papel e papelão; e da construção civil.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 3,87% em novembro. O recuo trimestral de 0,26 p.p. refletiu as reduções respectivas de 0,15 p.p. e 0,35 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, cujas taxas situaram-se, na ordem, em 5,34% e em 2,51%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia somou R\$1,9 bilhão nos nove primeiros meses de 2013. O crescimento de 149,6% em relação a igual período de 2012 decorreu de elevações respectivas de 696,2% e 63,3% nos *superavits* dos governos da capital e do estado, e da reversão, de *deficit* de R\$119,8 milhões, para *superavit* de R\$103,6 milhões, no resultado dos demais municípios considerados.

Tabela 2.16 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado da Bahia	-747	-1 864	852	655
Governo estadual	-812	-1 326	695	530
Capital	-55	-435	79	58
Demais municípios	120	-104	78	68

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.17 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Outros ^{4/}	Set
Estado da Bahia	11 239	-1 864	655	-1 209	512	10 541
Governo estadual	9 179	-1 326	530	-796	444	8 827
Capital	1 108	-435	58	-377	65	796
Demais municípios	952	-104	68	-36	3	919

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2012	2013 ^{2/}	2013/2012
Grãos				
Soja	21,2	3 213	2 766	-13,9
Algodão herbáceo	21,8	1 256	925	-26,4
Milho	6,7	1 883	2 115	12,3
Feijão	1,9	107	249	133,2
Outros grãos ^{3/}	0,4	85	78	-8,3
Outras lavouras				
Cacau	6,4	159	158	-0,8
Banana	5,8	1 081	1 113	3,0
Café	5,5	143	162	13,5
Mandioca	4,4	2 202	1 854	-15,8
Cana-de-açúcar	3,4	6 894	6 760	-2,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Segundo o LSPA de dezembro de 2013.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$655 milhões, contribuindo para que o *superavit* nominal totalizasse R\$1,2 bilhão (*deficit* de R\$105 milhões nos nove primeiros meses de 2012).

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia totalizou R\$10,5 bilhões em setembro de 2013, recuo de 6,2% em relação a dezembro de 2012. Ocorreram reduções em todas as esferas de governo (estado, 3,8%; capital, 28,2%; principais municípios, 3,5%).

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios da Bahia, considerados de forma conjunta, indicam *superavit* primário de R\$1,7 bilhão, com recuo de 10,8% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por outro lado, alcançaram R\$941 milhões em 2013, recuando 12,6% em relação ao valor registrado em 2012, evolução influenciada pela menor variação do IGP-DI. O endividamento líquido, por sua vez, alcançou R\$11,3 bilhões em dezembro, crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior, segundo os dados preliminares.

A produção de grãos da Bahia totalizou 6,1 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA/IBGE de dezembro. A redução anual de 6,3% refletiu, principalmente, os recuos nas safras de algodão (26,4%) e soja (13,9%). Em relação às demais lavouras, destacaram-se a redução de 15,8% na produção de mandioca e os aumentos nas de banana, 3,0%, e café, 13,5%.

O terceiro prognóstico para a safra 2014, divulgado pelo IBGE, projeta aumentos para as safras de feijão (1ª safra), 186,4%; mandioca, 86,1%; e soja, 28,9%, e retrações para as culturas de algodão, 2,5%, e milho (1ª safra), 8,2%.

O *superavit* da balança comercial da Bahia totalizou US\$1,2 bilhão em 2013. A retração anual de 65,7% decorreu de variações de -10,4% nas exportações e de 14,5% nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$10,1 bilhões e US\$8,9 bilhões.

A trajetória das exportações refletiu as reduções de 2,7% nos preços e 8% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos decresceram 27,7% (algodão, -56,3%) e os de produtos manufaturados, que responderam por 51% da pauta, 11,6% (óleos combustíveis, -30,9%), contrastando com o aumento de 10,5% nas vendas de

Tabela 2.19 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	11 268	10 092	-10,4	-0,2
Básicos	2 815	2 037	-27,7	-0,4
Industrializados	8 453	8 055	-4,7	0,0
Semimanufaturados	2 634	2 912	10,5	-7,6
Manufaturados ^{1/}	5 818	5 144	-11,6	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.20 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	7 765	8 891	14,5	7,4
Bens de capital	1 173	1 662	41,7	6,2
Matérias-primas	4 826	5 456	13,1	6,7
Bens de consumo	1 456	1 410	-3,1	4,0
Duráveis	1 361	1 307	-4,0	0,0
Não duráveis	94	103	8,8	9,2
Combustíveis e lubrificantes	310	363	17,2	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.21 – Evolução do emprego formal – Bahia

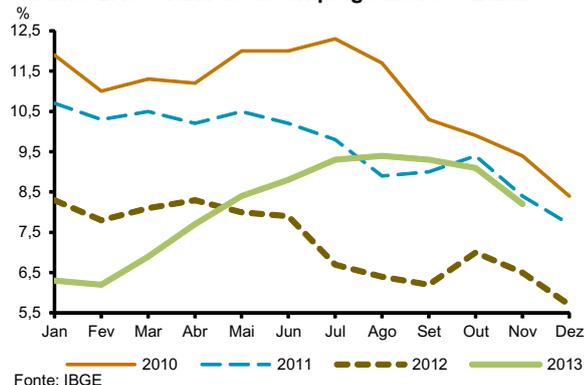
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	4,3	-18,0	15,1	8,7	11,7
Indústria de transformação	-3,6	-6,3	1,9	1,4	0,1
Comércio	7,2	-2,3	0,0	1,1	9,1
Serviços	4,2	-0,7	3,5	1,3	4,3
Construção civil	1,8	-3,4	5,1	2,5	2,2
Agropecuária	-4,9	-4,7	4,4	1,9	-4,2
Serviços industriais de utilidade pública	-0,5	0,0	-0,1	-0,0	0,8
Outros ^{2/}	0,1	-0,6	0,4	0,5	-0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.10 – Taxa de desemprego aberto – Bahia

Fonte: IBGE

produtos semimanufaturados (catodos de cobre, 394%). China, Holanda e Argentina adquiriram, em conjunto, 46% das exportações baianas em 2013.

O aumento nas importações resultou de variações de -9,1% nos preços e 26% no *quantum*. As aquisições de bens de capital, combustíveis e lubrificantes, e matérias-primas (84,1% do total importado em 2013) elevaram-se, na ordem, 41,7%, 17,2% e 13,1%. As aquisições de bens de consumo recuaram 3,1%, destacando-se a retração de 7,6% nas compras de automóveis. Argentina, Chile e EUA constituíram, em conjunto, o mercado de origem de 39,3% das importações baianas em 2013.

A economia do estado gerou, de acordo com o Caged/MTE, 11,7 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (4,3 mil em igual intervalo de 2012), dos quais 9,1 mil no comércio. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no estado cresceu 0,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando aumentara 0,2%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego da RMS atingiu, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 8,9% no trimestre finalizado em novembro (6,6% em igual período de 2012), refletindo aumento de 0,5% na população ocupada e de 3,1% na PEA. Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelos trabalhadores decresceram 5,5% no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 9%, ante 8,7% no trimestre encerrado em agosto.

O IPCA da RMS variou 1,88% no quarto trimestre do ano (-0,02% no terceiro). A variação dos preços livres aumentou de -0,01% para 1,91%, e a dos itens monitorados avançou de -0,07% para 1,77%, com destaque para o impacto das elevações nos itens gasolina, 6,70%; gás de botijão, 2,90%; e plano de saúde, 2,18%.

A evolução trimestral dos preços livres evidenciou os aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,07% para 2,22%, e dos não comercializáveis, de -0,98% para 1,63%, destacando-se as elevações nos itens empregado doméstico, 3,23%; passagem aérea, 36,01%; e pão francês, 7,65%. O índice de difusão atingiu 66,9% no trimestre encerrado em dezembro (61,0% no finalizado em setembro).

A variação anual do IPCA atingiu 5,03% em 2013 (6,20% em 2012), reflexo de aceleração dos preços livres,

Tabela 2.22 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2012	2013			
		Ano	II Tri	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,00	6,21	1,04	-0,02	1,88	5,03
Livres	77,94	6,48	1,51	-0,01	1,91	6,66
Comercializáveis	37,29	3,60	0,58	1,07	2,22	5,52
Não comercializáveis	40,65	9,33	2,35	-0,98	1,63	7,73
Monitorados	22,06	5,26	-0,59	-0,07	1,77	-0,47
Principais itens						
Alimentação	27,36	11,50	1,93	-1,81	2,70	8,69
Habitação	13,61	7,57	1,67	0,99	0,33	-0,03
Artigos de residência	4,66	0,18	1,93	-0,18	2,19	4,97
Vestuário	7,29	4,01	0,46	1,70	2,39	6,06
Transportes	20,37	2,37	-0,80	-0,37	2,51	2,23
Saúde	9,99	5,17	2,33	1,13	0,54	5,50
Despesas pessoais	8,04	6,96	0,83	0,55	2,68	6,27
Educação	4,25	6,72	0,28	2,01	0,18	9,92
Comunicação	4,43	1,14	0,32	1,25	0,94	2,90

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

de 6,48% para 6,66%, e redução na variação dos preços monitorados, de 5,26% para -0,47% (energia elétrica residencial, -28,02%; ônibus urbano, -7,14%). A variação dos preços livres foi determinada, em parte, pelos aumentos nos itens farinha, féculas e massas, 42,63%; cursos regulares, 10,40%; cigarro, 15,09%, e leite e derivados, 14,69%.

A trajetória dos principais indicadores de conjuntura da Bahia sugere que o crescimento econômico do estado em 2013 deverá superar a média do país. As perspectivas para 2014 indicam continuidade do maior dinamismo da atividade do estado, sustentado pela recuperação da agricultura, em resposta à melhoria das condições climáticas; pelo desempenho do comércio varejista, favorecido pelos programas sociais e pela expansão moderada do crédito; e pelos impactos da realização da Copa do Mundo sobre o setor de serviços.

Gráfico 2.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará



Gráfico 2.12 – Comércio varejista – Ceará



Fonte: IBGE

Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,6	1,1	2,3	3,8
Combustíveis e lubrificantes	22,3	-2,9	3,5	13,4
Hiper e supermercados	7,5	1,6	2,0	0,2
Móveis e eletrodomésticos	22,0	3,2	3,1	7,8
Artigos farm. médicos, ortopédicos	13,2	-3,6	2,3	18,2
Comércio ampliado	9,1	2,0	1,7	0,1
Automóveis e motocicletas	6,8	0,7	-0,7	-8,1
Material de construção	15,8	-0,9	11,4	4,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.24 – Receita nominal de serviços – Ceará

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2013		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	14,2	11,1	13,8
Serviços prestados às famílias	25,8	17,9	17,8
Serviços de informática e comunicação	7,9	7,7	6,6
Serviços profissionais e administrativos	16,4	12,4	20,4
Transportes e correio	14,2	8,9	11,8
Outros serviços	10,9	16,2	11,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Ceará

O PIB do Ceará cresceu, na margem, 1,1% no terceiro trimestre de 2013 (2% no segundo), de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Ratificando o menor dinamismo da economia do estado, o IBCR-CE variou 0,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 1,2%, neste tipo de comparação, dados dessazonalizados. O indicador cresceu 3,4% no período de doze meses até novembro (3% em agosto).

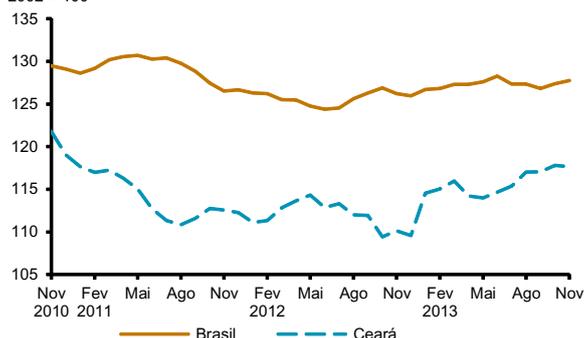
O comércio varejista do estado cresceu 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacam-se os aumentos nos segmentos combustíveis e lubrificantes, 3,5%, e móveis e eletrodomésticos, 3,1%. Incorporadas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, -0,7%, e de material de construção, 11,4%, o comércio ampliado no estado cresceu 1,7% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 3,8% em novembro, em relação a igual período de 2012 (5,8% em agosto), destacando-se os aumentos nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 18,2%, e combustíveis e lubrificantes, 13,4%. O comércio ampliado, incluídas as elevações respectivas de -8,1% e 4,1% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 0,1% no período.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 11,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2012, segundo a PMS, do IBGE, ressaltando-se a expansão de 17,9% nos serviços prestados às famílias. O indicador variou 13,8% no intervalo de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual período de 2012, com destaque para os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares (20,4%), e serviços prestados às famílias (17,8%).

A produção industrial do Ceará aumentou 0,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 2,7%, neste tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram expansões em quatro das dez atividades pesquisadas (têxtil, 9,3%; calçados, 4%).

Gráfico 2.13 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.25 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

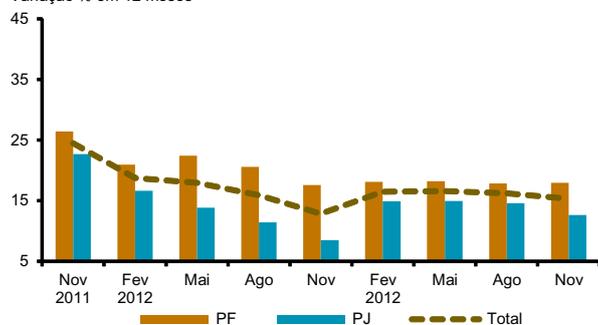
Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,7	0,6	3,1
Alimentação e bebidas	34,6	2,1	2,4	0,0
Têxtil	16,5	5,6	9,3	8,7
Calçados e artigos de couro	15,7	7,7	4,0	20,1
Produtos químicos	11,7	-6,7	-0,5	-10,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.14 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do Ceará	-304	-426	232	233
Governo estadual	-270	-258	234	238
Capital	7	-109	-0	4
Demais municípios	-41	-59	-3	-9

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

A indústria cearense cresceu 3,1% no intervalo de doze meses terminado em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior (0,8% em agosto), ressaltando-se os aumentos nas atividades de refino de petróleo e álcool, 23%, e calçados e artigos de couro, 20,1%.

O faturamento real da indústria de transformação cearense cresceu 13% no período de doze meses encerrado em novembro (15,5% em agosto), de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve aumentos no pessoal empregado, 5,5%, e na remuneração real, 2,2%, e redução de 0,7% nas horas trabalhadas. O Nuci médio atingiu 87,6% em novembro (87,4% em agosto de 2013 e 88,4% em novembro de 2012).

O volume das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$49 bilhões em novembro, elevando-se 3,5% no trimestre e 15,3% em doze meses. A carteira do segmento de pessoas físicas atingiu R\$25 bilhões, elevando-se 3,9% no trimestre e 18% em doze meses, destacando-se as modalidades crédito consignado, aquisição de automóveis, e financiamentos habitacionais. O saldo das operações de pessoas jurídicas totalizou R\$24 bilhões, com variações respectivas de 3,1% e 12,6% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações dos setores geração e transmissão de energia elétrica, serviços públicos (exceto educação e saúde), e construção civil.

A inadimplência atingiu 3,9% em novembro, reduzindo-se 0,22 p.p. no trimestre e 0,65 p.p. em doze meses. O recuo trimestral decorreu de retrações de 0,07 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e de 0,39 p.p. no de pessoas físicas, nos quais a inadimplência atingiu 2,6% e 5,3%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará totalizou R\$426 milhões nos nove primeiros meses de 2013. O crescimento de 40,2% em relação a igual período do ano anterior refletiu as variações respectivas de -4,3% e 44,5% nos *superavits* do governo estadual e dos demais municípios considerados, e a reversão, de *deficit* de R\$7 milhões para *superavit* de R\$109 milhões, no resultado da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$233 milhões, ampliação de 0,5% em relação aos nove primeiros meses de 2012. O *superavit* nominal totalizou R\$193 milhões, elevando-se 167,4% no período.

Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Estado do Ceará	3 313	-426	233	-193	1 371	4 490
Governo estadual	3 508	-258	238	-20	1 360	4 848
Capital	147	-109	4	-105	11	53
Demais municípios	-342	-59	-9	-69	0	-411

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Produção ^{2/}		Var. % 2013/2012
		Em mil toneladas		
		2012	2013	
Produção de grãos		232	239	3,3
Milho	20,25	123	130	6,2
Feijão	19,14	53	56	5,5
Arroz (em casca)	2,30	51	49	-3,8
Outras lavouras selecionadas				
Banana	9,75	416	375	-9,7
Mandioca	6,86	469	302	-35,5
Castanha-de-caju	5,61	39	53	37,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Tabela 2.29 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	1 267	1 420	12,1	-0,2
Básicos	333	306	-8,2	-0,4
Industrializados	934	1 114	19,4	0,0
Semimanufaturados	293	261	-11,0	-7,6
Manufaturados ^{1/}	641	854	33,2	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$4,5 bilhões em setembro, crescendo 35,5% em relação a dezembro de 2012. Sua participação no endividamento regional passou de 8,8% para 11,6%, no período.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios do Ceará, considerados de forma conjunta, indicam superavit primário de R\$445 milhões, comparativamente ao *deficit* de R\$616 milhões no ano anterior. Os juros nominais, por sua vez, alcançaram R\$325 milhões em 2013, aumentando 6% em relação ao valor registrado em 2012. O endividamento líquido alcançou R\$4,7 bilhões em dezembro, crescendo 41,8% em relação ao ano anterior, segundo os dados preliminares.

A safra de grãos do Ceará totalizou 239,3 mil toneladas em 2013, de acordo com o LSPA/IBGE de dezembro. O aumento anual de 3,3% refletiu, em especial, os crescimentos respectivos de 6,2% e 5,5% nas safras de milho e de feijão, principais lavouras do estado. Adicionalmente, ressaltam-se o acréscimo de 37,3% na produção de castanha-de-caju (aumento de 36,5% na produtividade) e a redução de 35,5% na de mandioca.

A balança comercial do Ceará acumulou *deficit* de US\$1,9 bilhão em 2013, de acordo com o MDIC. O aumento anual de US\$300 milhões decorreu de elevações nas exportações, 12,1%, e nas importações, 15,3%, que totalizaram US\$1,4 bilhão e US\$3,3 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações cearenses refletiu recuo de 3,9% nos preços e elevação de 16,7% no *quantum*. Ocorreram aumentos de 33,2% nas vendas de manufaturados e decréscimos nos embarques de semimanufaturados (11%) e de produtos básicos (8,2%). As exportações direcionadas aos EUA, Holanda, Antilhas Holandesas, Argentina e Cingapura (concentradas em óleos combustíveis) representaram, em conjunto, 48,7% das vendas externas do estado em 2013.

O aumento das importações resultou de crescimentos de 0,4% nos preços e 14,8% no *quantum*. Houve elevações nas compras de bens de consumo (6,5%), matérias-primas (20,8%) e combustíveis e lubrificantes (106,7%), com ênfase na expansão de 157,4% nas aquisições de gás natural liquefeito para abastecimento do terminal de regaseificação da Petrobras instalado no Porto do Pecém. Em sentido oposto, as compras de bens de capital recuaram 26,7% (turbinas a vapor e suas partes, -44,5%; motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes, -48,1%). As

Tabela 2.30 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	2 864	3 302	15,3	7,4
Bens de capital	912	668	-26,7	6,2
Matérias-primas	1 452	1 754	20,8	6,7
Bens de consumo	154	164	6,5	4,0
Duráveis	71	78	9,7	0,0
Não duráveis	83	86	3,7	9,2
Combustíveis e lubrificantes	346	715	106,7	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.31 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	17,2	-6,9	5,0	20,8	23,8
Indústria de transformação	4,3	-1,1	0,9	4,1	2,9
Serviços industriais de utilidade pública	-0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Construção civil	-1,0	-1,8	1,7	0,5	2,6
Comércio	8,3	-0,9	1,4	2,5	8,5
Serviços	5,7	-1,2	1,0	10,7	8,7
Agropecuária	0,8	-2,4	-0,3	2,8	1,0
Outros ^{2/}	-0,5	0,4	0,3	0,1	0,1

Fonte: MTE

^{1/} Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.^{2/} Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.**Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza**

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	6,70	0,49	2,20	6,37
Livres	80,1	8,33	0,56	2,41	7,02
Comercializáveis	43,4	6,54	0,94	2,58	4,99
Não comercializáveis	36,7	10,69	0,10	2,20	9,55
Monitorados	19,9	0,69	0,23	1,33	3,84
Principais itens					
Alimentação	31,8	13,29	-0,53	2,25	8,26
Habitação	13,3	2,48	1,72	1,83	5,12
Artigos de residência	4,6	-1,91	1,68	2,08	5,76
Vestuário	7,6	4,46	0,27	4,18	2,68
Transportes	16,0	0,83	-0,12	2,33	5,34
Saúde	9,7	5,66	1,40	1,23	6,87
Despesas pessoais	8,9	12,74	1,73	3,22	8,08
Educação	4,3	9,08	1,10	0,17	8,37
Comunicação	3,7	1,20	0,76	1,06	1,13

Fonte: IBGE

^{1/} Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

importações provenientes da China, EUA, Trinidad e Tobago, Argentina e Alemanha representaram 59,6% do total adquirido pelo Ceará, em 2013.

O mercado de trabalho cearense gerou, de acordo com o Caged/MTE, 23,8 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro de 2013 (17,2 mil em igual período do ano anterior), destacando-se as contratações da construção civil e do setor de serviços (11,3 mil postos, ante 4,6 mil no trimestre terminado em novembro de 2012). A economia do estado criou 48 mil vagas nos onze primeiros meses de 2013 (35,3 mil em igual período do ano anterior).

O nível de emprego formal no Ceará cresceu 0,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, com aumentos em seis das oito atividades pesquisadas (serviços industriais de utilidade pública, 2,9%; extrativa mineral, 2,2%), dados dessazonalizados.

O IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), divulgado pelo IBGE, variou 2,20% no trimestre encerrado em dezembro (0,49% no finalizado em setembro), resultado de acelerações dos preços livres, de 0,56% para 2,41%, e o dos monitorados, de 0,23% para 1,33%, esta refletindo, em especial, os aumentos nos itens ônibus interestadual, 6,54%, gasolina, 4,29%, e gás de botijão, 3,11%. A trajetória dos preços livres decorreu de aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 0,94% para 2,58% (vestuário, 4,18%), e dos não comercializáveis, de 0,10% para 2,20% (passagem aérea, 45,91%, cimento, 13,61%, e tubérculos, raízes e legumes, 12,11%). O índice de difusão atingiu 57,68% no trimestre encerrado em dezembro (53,53% em setembro).

A variação do IPCA na RMF atingiu 6,37% em 2013 (6,70% em 2012), reflexo de desaceleração dos preços livres, de 8,33% para 7,02%, e aceleração dos monitorados, de 0,69% para 3,84%. A evolução dos preços livres refletiu, em parte, a menor variação dos preços de alimentação e bebidas, enquanto o desempenho dos monitorados foi influenciado pelas elevações nos itens gás de botijão, 12,21%, óleo diesel, 11,69%, táxi, 10,49%, e ônibus urbano, 10%.

A atividade econômica cearense mantém ritmo de crescimento acima da média brasileira, apesar da moderação recente. Para os próximos trimestres, as perspectivas contemplam maior dinamismo, decorrente da continuidade da expansão do mercado interno do estado; da retomada recente da atividade industrial; e da continuidade dos investimentos públicos e privados.

Gráfico 2.15 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
2002 = 100

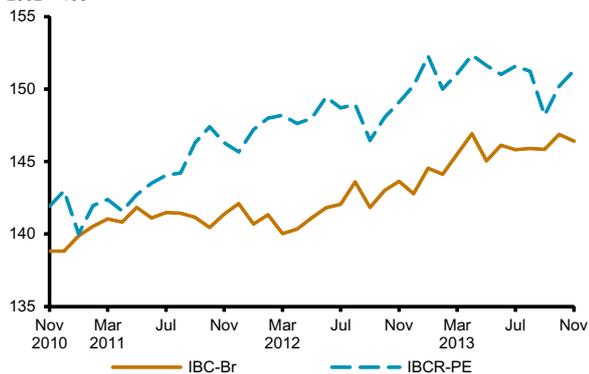
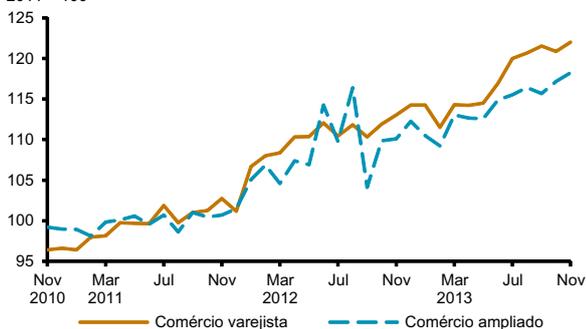


Gráfico 2.16 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2013			
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,9	4,2	1,9	6,9
Combustíveis e lubrificantes	8,4	6,7	-2,2	12,3
Hiper e supermercados	-0,6	3,7	-0,1	0,4
Tecidos, vestuário e calçados	-2,4	0,4	-0,6	9,0
Móveis e eletrodomésticos	-2,1	8,4	4,6	9,3
Comércio ampliado	1,9	2,5	1,2	5,3
Automóveis e motocicletas	2,7	0,6	-1,3	-1,3
Material de construção	10,5	1,1	2,5	17,1

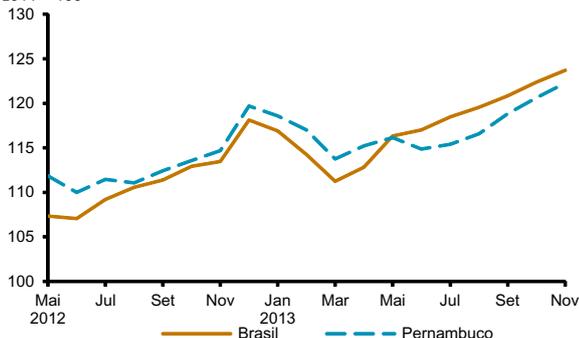
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.17 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Pernambuco

O PIB do estado decresceu, na margem, 0,8% no terceiro trimestre de 2013, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Ocorreram recuos de 2,7% na agropecuária, 1,8% na indústria e 0,4% no setor de serviços. Dados mais recentes, em especial a retração acentuada da produção industrial, sinalizam a continuidade do desempenho negativo da economia estadual nos meses finais do ano. Neste sentido, o IBCR-PE recuou 0,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 0,2%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 1,9% em novembro, em relação ao mesmo período de 2012 (3,1% em agosto).

As vendas do comércio varejista cresceram 1,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando haviam aumentado 4,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacou-se a variação no segmento de móveis e eletrodomésticos (4,6%). Incluídos as variações de 2,5% nas vendas de material de construção e de -1,3% de veículos, o comércio ampliado cresceu 1,2% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista cresceu 6,9% em novembro (7,1% em agosto), destacando-se a elevação de 12,3% nas vendas de combustíveis e lubrificantes. Incorporadas as variações nos segmentos automóveis (-1,3%) e material de construção (17,1%), as vendas do comércio ampliado elevaram-se 5,3% no período (5,0% em agosto).

A receita nominal do setor de serviços de Pernambuco cresceu 6,6% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2012 (5% em agosto), conforme a PMS do IBGE, com destaque para os aumentos de 12,8% em transportes e correio e 11,4% em outros serviços, que inclui intermediação financeira e atividades imobiliárias. O indicador cresceu 5,5% no período de doze meses até novembro (transportes e correio, 14,4%, e serviços de informação e comunicação, 5,5%).

A produção industrial do estado decresceu 6,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando expandira 1,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. O resultado, maior retração desde o

Tabela 2.34 – Receita nominal de serviços – Pernambuco
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	12,4	5,0	6,6	5,5
Serviços prestados às famílias	14,3	5,2	8,4	4,6
Serviços de informação e comunicação	7,6	5,6	6,5	5,5
Serviços profissionais e administrativos	16,3	-1,4	0,1	-1,7
Transportes e correio	11,8	12,9	12,8	14,4
Outros serviços	23,0	-4,1	11,4	4,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do anterior.

Tabela 2.35 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2013			
	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Acum. 12 meses	
Indústria geral	100,0	1,2	-6,8	0,3
Alimentação e bebidas	36,0	-1,5	-10,0	-1,3
Metalurgia básica	15,5	14,4	4,8	2,2
Química	15,2	0,3	-8,8	6,0
Minerais não metálicos	8,2	-1,8	-3,2	-1,8
Produtos de metal	6,6	17,2	-2,1	-1,9
Borracha e plástico	6,2	-6,7	3,2	0,3

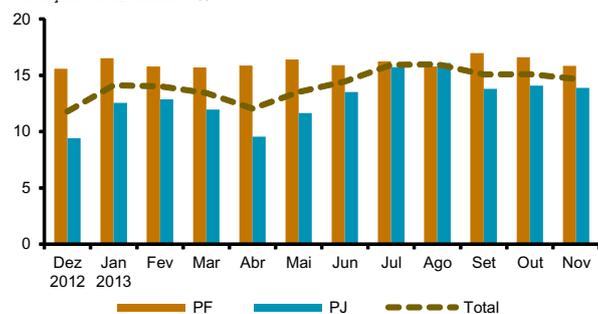
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado de Pernambuco	-535	-21	554	425
Governo estadual	-470	569	557	433
Capital	-153	-419	-0	2
Demais municípios	88	-170	-3	-10

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

mesmo trimestre de 1998, refletiu, principalmente, a retração de 10% na atividade alimentação e bebidas, determinada pelos efeitos da seca sobre a produção sucroalcooleira. De acordo com o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, as produções de açúcar e etanol recuaram 37% e 17%, respectivamente, no trimestre encerrado em outubro (três primeiros meses do período de moagem da cana-de-açúcar), em relação a igual período de 2012.

Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria de Pernambuco ampliou-se 0,3% em novembro (retração de 0,6% em agosto), em relação a igual período de 2012. Destacaram-se os aumentos respectivos de 6% e 2,2% nas indústrias química e de metalurgia básica, e os recuos nos segmentos produtos de metal (1,9%) e minerais não metálicos (1,8%).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial atingiu 59 pontos em novembro, elevando-se pelo quarto mês consecutivo, após atingir o mínimo histórico de 54,7 pontos em julho, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado totalizaram R\$75,2 bilhões em novembro, elevando-se 2,6% no trimestre e 14,7% em doze meses. As contratações no segmento de pessoas físicas somaram R\$30,2 bilhões, aumentando 3,7% e 15,8% nas mesmas bases de comparação, com destaque para as modalidades financiamento imobiliário do SFH, cartão de crédito e crédito consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas atingiu R\$45 bilhões, elevando-se 1,9% no trimestre e 13,9% em doze meses, com ênfase nas contratações dos segmentos construção, comércio de outros produtos e geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito atingiu 3,01% em novembro, (3,06% em agosto), resultado de variações de -0,21 p.p. e 0,03 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência situou-se em 5,75% e 1,4%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos totalizou R\$21 milhões nos nove primeiros meses de 2013 (R\$535 milhões em igual período de 2012). A retração decorreu de reversões, de *superavit* de R\$470 milhões para deficit de R\$569 milhões na esfera estadual, e de *deficit* de R\$88 milhões para *superavit* de R\$170 milhões na esfera dos

Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões				
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}
	2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set
Estado de Pernambuco	5 425	-21 425	404	150	5 979
Governo estadual	5 336	569 433	1 002	142	6 480
Capital	288	-419 2	-418	7	-123
Demais municípios	-199	-170 -10	-180	1	-378

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013 ^{2/}	2013/2012
Grãos				
Feijão	1,8	18	46	150,1
Milho	0,5	18	1	-94,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	34,0	14 242	15 164	6,5
Uva	19,1	225	229	1,8
Mandioca	11,8	342	301	-11,9
Banana	6,3	408	362	-11,2
Cebola	5,1	96	94	-1,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012

2/ Estimativa segundo o LSPA de novembro de 2013.

Tabela 2.39 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total 1/	1 320	1 992	50,9	-0,2
Básicos	155	143	-7,4	-0,4
Industrializados	1 165	1 848	58,6	0,0
Semimanufaturados	257	152	-40,9	-7,6
Manufaturados	908	1 696	86,8	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.40 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	6 596	6 824	3,5	7,4
Bens de consumo	684	671	-1,9	4,0
Duráveis	341	349	2,4	0,0
Não duráveis	343	322	-6,2	9,2
Bens intermediários	2 010	2 212	10,0	6,7
Bens de capital	866	985	13,8	6,2
Combustíveis e lubrificantes	3 035	2 957	-2,6	14,7

Fonte: MDIC/Secex

demais municípios; e de aumento de 174,8% no *superavit* da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$425 milhões. A redução de 23,4% em relação aos nove primeiros meses de 2012 refletiu, em especial, o recuo de 3,6 p.p. na variação do IGP-DI (principal indexador das dívidas com a União), no período. O *deficit* nominal atingiu R\$404 milhões nos nove primeiros meses de 2013.

A dívida líquida dos governos dos estados, da capital e dos principais municípios pernambucanos somou R\$6 bilhões em setembro de 2013. O acréscimo de 10,2% em relação a dezembro de 2012 refletiu, principalmente, o crescimento de 21,4% na dívida do governo do estado.

Informações preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios pernambucanos, considerados conjuntamente, apontam *deficit* primário de R\$757 milhões, valor 26,4% superior ao *deficit* registrado no ano anterior. Os juros nominais alcançaram R\$626 milhões em 2013, reduzindo-se 7,8% em relação ao ano anterior. O endividamento líquido, ainda segundo os dados preliminares, alcançou R\$7,1 bilhões em dezembro, crescendo 31,3% em relação a 2012.

A produção de cana-de-açúcar do estado totalizou 15,2 milhões de toneladas em 2013 (média de 18,5 milhões de toneladas de 2003 a 2012), de acordo com o LSPA/IBGE de dezembro. O aumento anual de 6,5% refletiu, fundamentalmente, a elevação de 6,4% na produtividade. As safras de mandioca, banana e cebola, refletindo condições climáticas adversas, recuaram 11,9%, 11,2% e 1,7%, respectivamente, no ano. A produção de uva, lavoura irrigada no vale do São Francisco, aumentou 1,8%, e a safra de grãos, 5,8%, com destaque para as variações anuais nas colheitas de feijão, 150,1%, e milho, -94,3%.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de cana-de-açúcar de Pernambuco deverá recuar 1,7% em 2014, reflexo de variações de -8,4% na área cultivada e 7,3% na produtividade. A estimativa de aumento anual de 60,4% para a safra de grãos do estado sustenta-se, em especial, na projeção de crescimento de 60,1% na produtividade.

O *deficit* da balança comercial pernambucana somou US\$4,8 bilhões em 2013 (US\$5,3 bilhões no ano anterior), segundo o MDIC. As exportações e as importações aumentaram, respectivamente, 50,9% e 3,5%, atingindo, na ordem, US\$2,0 bilhões e US\$6,8 bilhões.

Tabela 2.41 – Evolução do emprego formal – Pernambuco

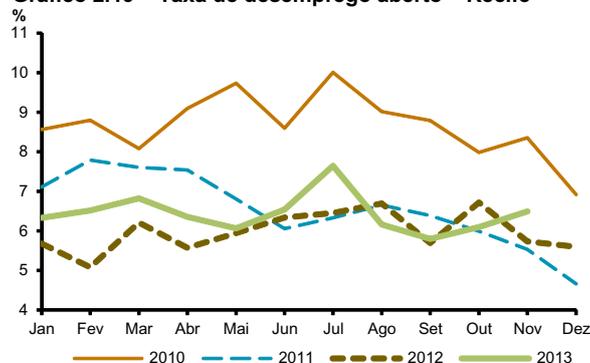
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	23,5	-25,5	-19,3	8,9	40,6
Indústria de transformação	14,5	-15,7	-10,5	5,3	24,4
Comércio	9,0	-3,1	-3,9	-1,1	7,7
Serviços	2,9	-2,5	1,3	1,0	6,4
Construção civil	-0,5	0,5	-4,5	-2,0	2,3
Agropecuária	-1,9	-5,3	-2,3	5,9	-0,7
Serviços ind. de utilidade pública	-0,6	0,5	0,5	-0,1	0,4
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.19 – Taxa de desemprego aberto – Recife

Fonte: IBGE

Tabela 2.42 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2013			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	2,27	1,80	0,60	2,02
Livres	78,9	3,02	2,01	0,47	2,33
Comercializáveis	40,4	1,90	1,16	1,08	2,29
Não comercializáveis	38,5	4,24	2,91	-0,16	2,39
Monitorados	21,1	-0,43	1,02	1,07	0,88
Principais itens					
Alimentação	26,8	5,79	2,08	-1,17	2,56
Habituação	13,3	-1,27	2,65	1,88	1,80
Artigos de residência	5,2	2,09	1,09	1,04	2,67
Vestuário	7,9	0,09	3,68	0,83	4,20
Transportes	15,2	1,60	-0,62	1,31	1,34
Saúde	12,7	1,61	2,89	1,39	0,58
Despesas pessoais	9,9	1,54	2,62	1,34	3,10
Educação	4,7	5,27	0,33	0,80	0,26
Comunicação	4,2	-0,79	0,13	0,11	0,82

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

O resultado das exportações refletiu alta de 73,8% no *quantum* e recuo de 13,2% nos preços. As vendas de bens manufaturados cresceram 50,9% no ano, destacando-se os impactos da exportação de uma plataforma de petróleo em dezembro de 2013 (US\$1,2 bilhão) e do início dos embarques de insumo para plástico politereftalato de etileno (PET). As exportações de bens semimanufaturados reduziram-se 40,9% (açúcar em bruto, -40,6%). Panamá, Argentina, EUA e Holanda, em ordem de importância, adquiriram, em conjunto, 73,6% das exportações do estado em 2013.

O crescimento das importações, reflexo de variações respectivas de 6% e -2,4% no *quantum* e nos preços, decorreu de aumentos nas aquisições de bens de capital, 13,8% (equipamentos móveis de transporte, 137,3%), e de bens intermediários, 10% (trigo, 47,5%), e de retrações respectivas de 2,6% e 1,9% nas compras de combustíveis e lubrificantes e bens de consumo. EUA, China, Argentina e México constituíram, em conjunto, a origem de 55,9% das compras externas de Pernambuco em 2013.

O mercado de trabalho do estado gerou 40,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (23,5 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 24,4 mil na indústria de transformação, 7,7 mil no comércio e 6,4 mil no setor de serviços. O nível de emprego formal cresceu 0,8% no trimestre terminado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando aumentara 0,1%, no mesmo tipo de análise, dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da RMR atingiu 6,1% no trimestre terminado em novembro, mesmo percentual em igual período de 2012, segundo a PME do IBGE. Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos e a massa de rendimentos aumentaram, na ordem, 2,2% e 4,6%, na mesma base de comparação. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 6,1% no trimestre finalizado em novembro (7,1% no encerrado em agosto), com elevações de 1,4% na população ocupada e 0,3% na PEA.

O IPCA da RMR variou 2,02% no quarto trimestre do ano (0,60% no terceiro), resultado de aceleração dos preços livres, de 0,47% para 2,33% e desaceleração dos monitorados, de 1,07% para 0,88%.

A evolução dos preços livres decorreu de aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,08% para 2,29% (vestuário, 4,20%; carnes, 5,49%; e cigarro, 12,67%), e dos não comercializáveis, de -0,16%

para 2,39% (alimentação fora do domicílio, 2,70%; aluguel residencial, 3,86%; tubérculos, raízes, e legumes, 18,16%; e passagem aérea, 29,6%).

A desaceleração dos preços monitorados resultou, principalmente, das reduções respectivas de 1,25% e 0,51% nos itens produtos farmacêuticos e emplacamento e licença. O índice de difusão atingiu 65,35% (60,63% no terceiro trimestre).

A variação anual do IPCA da RMR atingiu 6,85% em 2013. Os preços livres aumentaram 8,05% (subgrupo alimentação fora do domicílio, 11,53%) e os monitorados, 2,55% (planos de saúde, 8,82%; gás de botijão, 14,71%; e gasolina, 7,35%).

A trajetória desfavorável da economia pernambucana no período recente decorre, em especial, dos efeitos da seca sobre o setor sucroalcooleiro, que detém participação relevante na cadeia produtiva do estado. As perspectivas para 2014 – em cenário de continuidade do crescimento do consumo, sustentado por expansões da massa de rendimentos e no crédito às pessoas físicas – estão condicionadas, em especial, pelo desenvolvimento da agricultura e pelo ritmo de implantação dos projetos de investimento privados e de infraestrutura.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

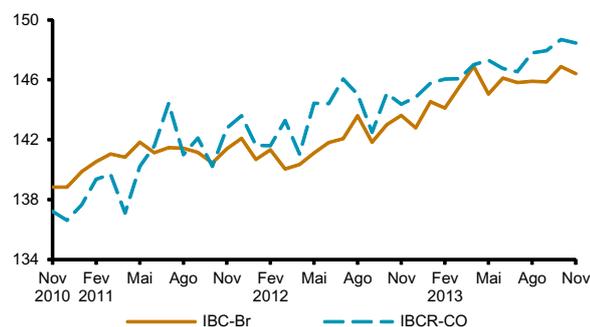
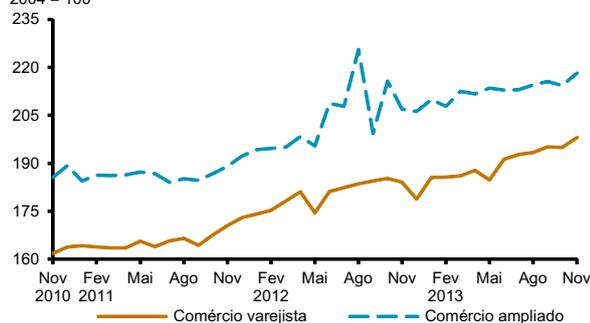


Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados
2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Comércio varejista	3,1	2,9	1,6	3,4
Combustíveis e lubrificantes	4,4	1,0	1,0	6,3
Hiper e supermercados	4,2	1,9	0,9	-1,8
Tecidos, vestuário e calçados	9,1	2,0	-0,6	6,6
Móveis e eletrodomésticos	4,0	6,0	2,6	7,4
Outros art. de uso pessoal/dom.	7,0	1,7	8,6	8,9
Comércio varejista ampliado	9,5	-0,2	2,0	3,3
Veículos e motos, partes e peças	7,9	-2,5	-0,5	2,7
Material de construção	5,9	1,5	0,8	4,3

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Centro-Oeste manteve ritmo de crescimento moderado no trimestre encerrado em novembro, destacando-se os desempenhos da agricultura e do comércio. Nesse cenário, o IBCR-CO cresceu 0,9% em relação ao trimestre terminado em agosto, quando havia aumentado 0,2%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador cresceu 2,3% no período de doze meses encerrado em novembro (2% em agosto).

As vendas varejistas no Centro-Oeste cresceram, na margem, 1,9% no trimestre finalizado em novembro (3,4% no encerrado em agosto), segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Por unidades da federação, o comércio varejista expandiu 2,9% no Mato Grosso do Sul; 2,6% no Mato Grosso; 1,6% em Goiás e 1,3% no Distrito Federal. O comércio ampliado, que incorpora vendas de veículos e de materiais de construção, variou 1,2% no mesmo tipo de comparação (0,4% no trimestre finalizado em agosto), com elevações em Goiás (1,9%); Distrito Federal (1,9%); Mato Grosso do Sul (0,9%); e Mato Grosso (0,1%).

Consideradas as vendas conjuntas do Distrito Federal e Goiás, unidades da federação no Centro-Oeste que dispõem de estatísticas por ramo de atividade comercial, destacaram-se as expansões trimestrais nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,6%); e móveis e eletrodomésticos (2,6%). As vendas de veículos recuaram 0,5% e as de material de construção aumentaram 0,8%, no mesmo tipo de comparação.

As vendas varejistas no Centro-Oeste cresceram 5,1% no período de doze meses encerrado em novembro (6,0% em agosto), em relação a igual intervalo de 2012, com variações de 10,4% no Mato Grosso do Sul, 5,8% no Mato Grosso, 4,1% em Goiás, e 2,2% no Distrito Federal. Por sua vez, o comércio ampliado expandiu 4,3% em doze meses até novembro (6,0% em agosto), com variações respectivas

Tabela 3.2 – Receita nominal de serviços – Agregação para GO e DF^{1/}

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

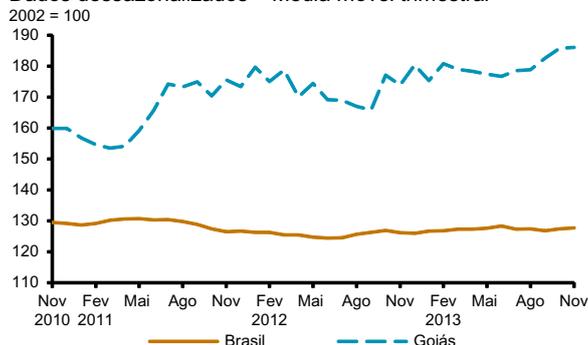
Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Total	9,2	12,6	15,6	12,3
Serviços prestados às famílias	15,6	10,8	7,8	10,1
Serviços de informação e comunicação	3,5	11,3	12,8	9,6
Serviços profissionais e administrativos	13,0	11,2	15,5	11,6
Transportes e correio	12,4	9,7	12,8	10,8
Outros serviços	16,0	32,1	50,5	34,9

Fonte: IBGE

1/ Goiás e DF são as unidades da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Goiás
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.3 – Produção industrial – Goiás

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % trimestral		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
		Indústria geral	100,0	0,8
Indústria extrativa	7,4	4,1	-4,6	-1,0
Indústria de transformação	92,6	0,5	4,5	5,3
Alimentos e bebidas	50,8	2,1	0,4	4,2
Produtos químicos	31,2	3,2	5,5	8,4
Minerais não metálicos	5,8	7,8	2,8	2,2
Metalurgia básica	4,8	-1,8	-1,9	0,2

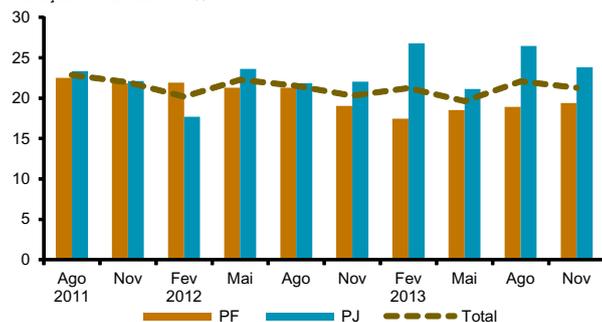
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

de 7,1%; 5,3%; 5,5% e 0,1% no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, e Distrito Federal.

A receita nominal do setor de serviços do Centro-Oeste elevou-se 14,7% no trimestre finalizado em novembro, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior (14,9% em agosto), segundo a PMS, do IBGE. No agregado para Goiás e Distrito Federal, destacaram-se os aumentos em outros serviços, 50,5%; em serviços profissionais, administrativos e complementares, 15,5%; e em transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 12,8%. O indicador cresceu 14% no intervalo de doze meses até novembro (13,5% em agosto).

A produção industrial no estado de Goiás cresceu 4,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 0,8%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Houve redução de 4,6% na produção da extrativa mineral e expansão de 4,5% na da indústria de transformação, ressaltando-se os aumentos respectivos de 5,5%, 2,8% e 0,4% nas atividades produtos químicos, minerais não metálicos e alimentos, e redução de 1,9% na metalurgia básica.

A produção da indústria goiana cresceu 4,9% no intervalo de doze meses encerrado em novembro (2,9% em agosto), em relação a igual período do ano anterior. A produção da indústria extrativa decresceu 1% e a da indústria de transformação expandiu 5,3%, destacando-se os segmentos produtos químicos, com 8,4%; e alimentos e bebidas, com 4,2%.

O Icei/GO, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 58,7 pontos em dezembro (58,1 pontos em setembro e 61,9 pontos em dezembro de 2012). A elevação trimestral refletiu aumentos respectivos de 0,8 ponto e 0,4 ponto nos componentes que avaliam expectativas e condições atuais.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região totalizaram R\$252,8 bilhões em novembro, elevações de 4,1% no trimestre e de 21,3% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas, impulsionados pelas modalidades financiamentos imobiliários, rurais e crédito consignado, atingiram R\$143,4 bilhões (aumentos de 4,6% no trimestre e 19,4% em doze meses). O saldo dos empréstimos no segmento de pessoas jurídicas, impulsionado pelas contratações do setor público, da construção e do comércio varejista, somou R\$109,4

Tabela 3.4 – Necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-2 725	-1 927	2 321	1410
Governos estaduais	-2 408	-1 693	2 285	1 756
Capitais	-115	-122	27	-267
Demais municípios	-203	-112	9	-78

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	2013
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
	Total	25 865	-1 927	1 410	-517	141
Governos estaduais	26 728	-1 693	1 756	63	169	26 959
Capitais	-73	-122	-267	-390	-30	-493
Demais municípios	-791	-112	-78	-190	2	-979

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 3.6 – Dívida líquida – Centro-Oeste^{1/}
Composição

Região Centro-Oeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	3 530	5 742	7 716
Renegociação ^{2/}	22 216	20 856	19 802
Dívida externa	1 136	2 444	2 646
Outras dívidas junto à União	2	2	2
Dívida reestruturada	585	598	633
Disponibilidades líquidas	-2 601	-3 777	-5 311
Total (A)	24 868	25 865	25 488
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	558 105
(A/B) (%)	5,1	4,8	4,6

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

bilhões, com crescimentos respectivos de 3,4% e 23,8% nas bases de comparação mencionadas.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,6% em novembro (2,7% em agosto e 3,5% em novembro de 2012). A evolução trimestral decorreu de reduções respectivas de 0,14 p.p. e 0,02 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a taxa situou-se, na ordem, em 3,3% e 1,8%.

O *superavit* primário dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste totalizou R\$1,9 bilhão nos nove primeiros meses de 2013. A redução de 29,3% em relação a igual período do ano anterior refletiu decréscimos nos *superavits* dos governos estaduais, 29,7%, e dos demais municípios, 44,9%, e aumento de 6,6% no das capitais. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu 11% no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$1,4 bilhão. A retração de 39,3% em relação aos nove primeiros meses de 2012 refletiu, principalmente, a redução de 3,22 p.p. na variação do IGP-DI, no período. O resultado nominal foi superavitário em R\$517 milhões (R\$404 milhões nos nove primeiros meses de 2012).

A dívida líquida dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste totalizou R\$25,5 bilhões em setembro (4,6% da dívida total das regiões), recuando 1,5% em relação a dezembro de 2012. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 77,7% do endividamento líquido ao final de setembro e as dívidas bancária e externa, 30,3% e 10,4% respectivamente. A posição credora em disponibilidades líquidas somou 20,8% da dívida líquida do Centro-Oeste.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para esses três segmentos subnacionais, considerados conjuntamente, apontam para *superavit* primário de R\$1,5 bilhão, com recuo de 45,3% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por sua vez, alcançaram R\$2,6 bilhões em 2013, recuando 9,5% em relação ao valor registrado em 2012, evolução influenciada pela menor variação do IGP-DI. O endividamento líquido alcançou R\$27,3 bilhões em dezembro, segundo os dados preliminares para o mês, apontando crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. A participação do endividamento da Região no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país, alcançou 4,7% em 2013, recuando 0,1 p.p. em relação ao valor registrado em 2012.

Tabela 3.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Centro-Oeste^{1/}

Região	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Dez
	Dívida 2012 Dez	Fluxos acumulados no ano				
		Primário	Juros	Nominal ^{3/}	Outros ^{4/}	
Centro-Oeste						
Distrito Federal	2 017	-820	151	-670	91	1 438
Goiás	13 903	79	1 327	1 406	47	15 356
Mato G. do Sul	6 417	-838	718	-120	83	6 380
Mato Grosso	3 528	95	405	499	91	4 118
Total (A)	25 865	-1 485	2 601	1 116	311	27 292
Brasil^{5/} (B)	541 717	-20 256	60 211	39 955	4 485	586 158
(A/B) (%)	4,8	7,3	4,3	2,8	6,9	4,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimentos de dívidas e privatizações.

5/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 3.8 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2013/2012
		Produção ^{2/}		
		2012	2013	
Grãos	81,2	70 821	78 479	10,8
Algodão (caroço)	10,9	2 061	1 371	-33,5
Arroz (em casca)	1,1	744	742	-0,4
Feijão	2,1	660	623	-5,6
Milho	15,0	30 748	35 931	16,9
Soja	51,1	34 986	38 252	9,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,3	112 776	129 939	15,2
Mandioca	1,1	1 299	1 245	-4,2
Tomate	1,0	1 194	1 398	17,1

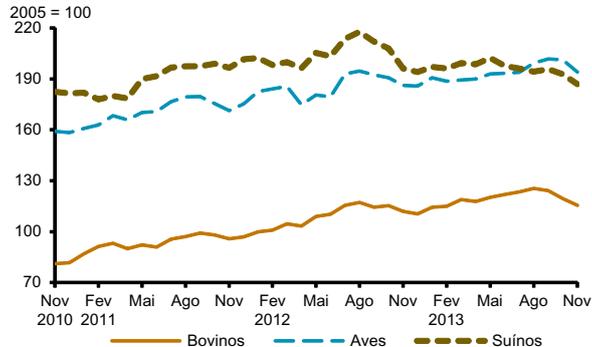
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2011.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

A safra de grãos do Centro-Oeste atingiu 78,5 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. O crescimento anual de 10,8% reflete, em especial, a expansão nas colheitas de milho (16,9%) e soja (9,3%). Em relação às demais culturas, ressalte-se o aumento de 15,2% na produção de cana-de-açúcar, concentrada em Goiás (53,3% do total) e no Mato Grosso do Sul (31,5%).

A produção de grãos deverá reduzir 1,9% em 2014, de acordo com o terceiro prognóstico realizado pelo IBGE, destacando-se as estimativas de variações para as safras de soja, 10,1%, refletindo elevação na área plantada; e de milho, -15,3%.

Os abates de bovinos na região, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (aproximadamente 95% do total), aumentaram 9,0% nos onze primeiros meses de 2013, em relação ao mesmo período de 2012, reflexo de crescimentos respectivos de 20,0%; 9,5% e 0,9% em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os abates de aves e de suínos variaram 4,6% e -4,0%, respectivamente, no período. A cotação da arroba de boi gordo, em elevação desde agosto de 2012, aumentou 7,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, e 12,2% em relação a igual intervalo de 2012.

O *superavit* da balança comercial do Centro-Oeste somou US\$14,8 bilhões em 2013, segundo o MDIC. O aumento anual de 17,3% decorreu de elevações respectivas de 10,8% e 4,4% nas exportações e nas importações, que somaram, na ordem, US\$28,4 bilhões e US\$13,6 bilhões.

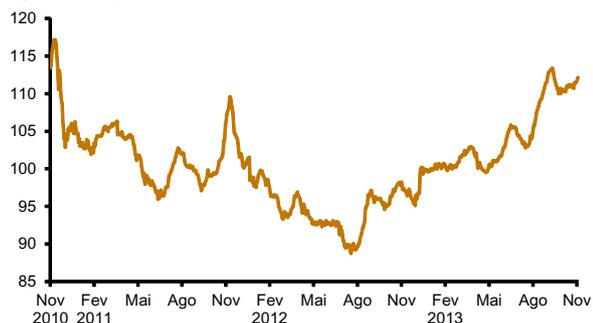
O desempenho das exportações refletiu variações de 13,9% no *quantum* e de -2,7% nos preços. As vendas de produtos básicos aumentaram 12,5% (soja, 20,2%; milho em grãos, 27,8%; e carne bovina, 17,3%) e as de semimanufaturados, 4,1% (pastas químicas de madeira, 139%; couros e peles, depilados, exceto em bruto, 29,3%; e ouro não-monetário, 27,3%). Os embarques de produtos manufaturados recuaram 6,7% (álcool etílico, -44,7%, óleo de soja refinado, -31,2%, e açúcar refinado, -18,1%). As exportações direcionadas à China, Holanda, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Venezuela representaram, em conjunto, 54% do total, em 2013.

O crescimento das importações em 2013 resultou de variações de -1,2% nos preços e de 5,6% no *quantum*. As compras de matérias-primas aumentaram 5,7% (materiais de construção, 88,8%; outras matérias-primas para a agricultura,

Gráfico 3.6 – Indicador boi gordo

ESALQ/BM&FBovespa

R\$/arroba – Valor à vista



Fonte: Cepea/ESALQ

Tabela 3.9 – Exportação por fator agregado

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	25 622	28 378	10,8	-0,2
Básicos	21 204	23 864	12,5	-0,4
Industrializados	4 417	4 513	2,2	0,0
Semimanufaturados	3 643	3 791	4,1	-7,6
Manufaturados ^{1/}	774	722	-6,7	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.10 – Importação por categoria de uso

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 986	13 552	4,4	7,4
Bens de capital	1 470	1 361	-7,4	6,2
Matérias-primas	4 786	5 057	5,7	6,7
Bens de consumo	3 332	3 249	-2,5	4,0
Duráveis	1 315	852	-35,2	0,0
Não duráveis	2 017	2 397	18,9	9,2
Combustíveis e lubrificantes	3 398	3 885	14,4	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.11 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-9,9	-8,3	46,0	32,0	-0,7
Indústria de transformação	-8,1	-3,0	16,0	5,3	-9,3
Comércio	9,7	-4,2	0,3	4,5	12,5
Serviços	5,9	5,3	16,8	13,0	6,0
Construção civil	-8,9	-5,3	10,1	4,4	-2,3
Agropecuária	-7,9	-1,0	1,6	4,5	-7,5
Indústria extrativa mineral	-0,3	-0,1	0,7	0,0	-0,5
Outros ^{2/}	-0,2	-0,0	0,6	0,3	0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

9,1%; acessórios de equipamentos de transporte, 8,3%) e as de combustíveis e lubrificantes, 14,4%, (gás natural, 14,9%). As aquisições de bens de capital recuaram 7,4% (máquinas e ferramentas, -60,6%) e as de bens de consumo, 2,5% (automóveis -41,8%). As importações provenientes da Bolívia, EUA, Alemanha, China, Coreia do Sul e Japão representaram 64% das compras externas do Centro-Oeste em 2013.

A economia do Centro-Oeste eliminou 0,7 mil postos formais de trabalho no trimestre finalizado em novembro (9,9 mil no mesmo período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se os cortes na indústria de transformação (9,3 mil), na agropecuária (7,5 mil) e na construção civil (2,3 mil) e a geração de empregos formais no comércio (12,5 mil) e no setor de serviços (6 mil). O nível do emprego formal na região cresceu, na margem, 0,7% e 0,4% nos trimestres encerrados em novembro e em agosto, respectivamente, dados dessazonalizados.

A variação do IPCA no Centro-Oeste, agregando dados de Brasília e Goiânia, atingiu 2,14% no quarto trimestre de 2013 (0,74% no terceiro), resultado de acelerações, de 0,92% para 2,28%, nos preços livres, e de 0,19% para 1,67%, nos monitorados. As principais elevações de preços ocorreram nos grupos transportes, 3,85%; despesas pessoais, 3,26%; e vestuário, 2,14%.

O desempenho dos preços livres decorreu de acelerações dos preços dos produtos comercializáveis (de 1,43% para 1,78%) e dos não comercializáveis (de 0,51% para 2,68%). No primeiro segmento, destacaram-se os aumentos nos itens etanol, 12,12%; cigarro, 10,79%; e carnes, 4,39%; e no âmbito dos bens não comercializáveis, as elevações em passagem aérea, 26,80%; alimentação fora do domicílio, 2,77%; e empregado doméstico, 2,59%. Em relação aos preços monitorados, destacaram-se os aumentos nos itens ônibus interestadual, 8,15%; gasolina, 5,35%; e plano de saúde, 2,21%. O índice de difusão atingiu 61,0% no quarto trimestre do ano (56,1% no terceiro).

O IPCA da região aumentou 5,75% em 2013 (5,41% no ano anterior), reflexo de aceleração dos preços livres, de 6,00% para 7,03%, e desaceleração dos monitorados, de 3,56% para 1,86%. A evolução dos preços livres foi determinada por aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 4,57% para 5,14% (pão francês, 17,58%; leites e derivados, 14,58%; e higiene pessoal, 5,95%) e dos não comercializáveis, de 7,17% para 8,56% (empregado doméstico, 12,14%; alimentação fora do domicílio, 11,22%; e aluguel residencial, 9,71%).

Tabela 3.12 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2012	2013		
		Ac. Ano	III Tri	IV Tri	Ac. Ano
IPCA	100,00	5,41	0,74	2,14	5,75
Livres	77,07	6,00	0,92	2,28	7,03
Comercializáveis	34,03	4,57	1,43	1,78	5,14
Não comercializáveis	43,04	7,17	0,51	2,68	8,56
Monitorados	22,93	3,56	0,19	1,67	1,86
Principais itens					
Alimentos e bebidas	22,59	7,67	-0,67	2,23	7,78
Habitação	15,25	8,86	1,39	1,01	2,41
Artigos de residência	4,66	2,37	1,78	0,64	5,22
Vestuário	6,28	6,40	1,06	2,14	4,54
Transportes	20,59	-0,09	1,08	3,85	5,20
Saúde	10,17	4,79	1,01	0,86	5,90
Despesas pessoais	11,03	9,88	1,63	3,26	9,32
Educação	4,59	6,75	0,92	0,24	7,53
Comunicação	4,85	2,43	-0,05	1,52	2,06

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a dezembro de 2013.

A atividade econômica no Centro-Oeste refletiu, em 2013, o dinamismo da agricultura, com a renda agrícola sendo importante fator de sustentação da demanda na região, e a moderação, principalmente na segunda metade do ano, na indústria e na atividade varejista. As perspectivas positivas para a expansão da economia da região em 2014 sustentam-se em estimativas de manutenção da renda agrícola e em seus desdobramentos sobre o mercado interno do Centro-Oeste; e nos indicativos de melhora no mercado de trabalho, especificamente no comércio, em Goiás, e na construção civil, em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

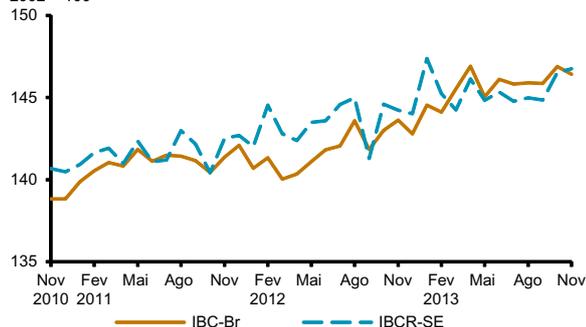


Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012 Ano	2013 Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	8,0	3,0	2,2	4,0
Combustíveis e lubrificantes	6,2	1,7	1,2	7,2
Hiper e supermercados	9,3	3,0	1,1	2,9
Tecidos, vestuário e calçados	1,4	-0,8	0,8	1,8
Móveis e eletrodomésticos	11,5	2,6	-0,6	3,8
Comércio ampliado	7,6	0,3	2,1	3,0
Automóveis e motocicletas	6,7	-1,8	0,6	0,4
Material de construção	7,9	-2,0	1,5	4,9

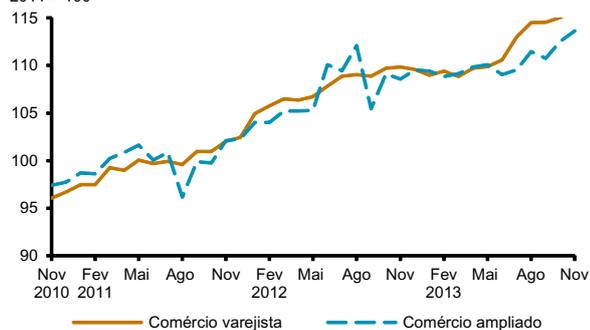
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

A atividade econômica no Sudeste cresceu nos meses recentes, em ambiente de recuperação do setor industrial e crescimento do setor de serviços, em particular, do comércio. O IBCR-SE aumentou 0,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando apresentara estabilidade, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-SE aumentou 1,4% em novembro, em relação a igual período de 2012 (1,2% em agosto).

As vendas varejistas (comércio restrito) do Sudeste aumentaram 2,2% no trimestre terminado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando haviam crescido 3,0%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se aumentos nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 7,5%; de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 6,1%; e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 3,5%. O comércio ampliado, incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 0,6%, e material de construção, 1,5%, cresceu 2,1% no período (0,3% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 4,0% em novembro, em relação a igual período de 2012 (4,6% em agosto), e as do comércio ampliado, incluindo as elevações respectivas de 0,4% e 4,9% nos segmentos veículos e material de construção, cresceram 3,0% (3,7% em agosto).

A receita nominal do setor de serviços do Sudeste cresceu 8,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao mesmo período do ano anterior (7,5% em agosto), de acordo com a PMS, do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos de serviços prestados às famílias, 11,9%; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 10,2%; e serviços profissionais, administrativos e complementares, 8,9%. Considerados períodos de doze

Tabela 4.2 – Receita nominal de serviços – Sudeste

Segmentos	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	9,7	7,5	8,9	8,2
Serviços prestados às famílias	10,7	11,5	11,9	10,7
Serviços de informação e comunicação	6,7	5,9	8,0	7,1
Serviços profissionais e administrativos	12,5	8,8	8,9	9,1
Transportes e correio	11,4	8,8	10,2	9,5
Outros serviços	8,4	3,5	5,7	4,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Tabela 4.3 – Produção industrial – Sudeste

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,8	1,1	0,6
Indústria extrativa	5,3	2,3	1,7	-4,0
Indústria de transformação	94,7	-1,6	0,8	0,9
Alimentos	10,9	-2,9	2,7	1,9
Veículos automotores	9,3	-5,9	5,0	5,5
Refino de petróleo e álcool	9,1	-1,1	-2,5	4,0
Outros produtos químicos	7,7	1,6	5,2	1,4
Metalurgia básica	7,6	-0,5	1,7	-4,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

meses, o setor cresceu 8,2% em novembro (8,2% em agosto).

A produção industrial do Sudeste aumentou 1,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 1,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A produção da indústria extrativa expandiu 1,7% e a da indústria de transformação, 0,8%. Ocorreram crescimentos em 14 das 23 atividades pesquisadas, destacando-se aumentos nos segmentos outros produtos químicos, 5,2%; veículos automotores, 5%, e alimentos, 2,7%, e recuos nas indústrias de edição, impressão e reprodução de gravações, 6,1%; farmacêutica, 5,8%; e de refino de petróleo e álcool, 2,5%.

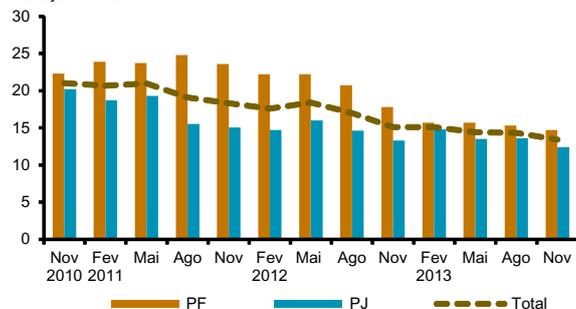
A análise em doze meses indica crescimento de 0,6% da produção industrial do Sudeste em novembro (0,9% em agosto), ressaltando-se as elevações respectivas de 5,5% e 4,0% nos segmentos veículos automotores e refino de petróleo e álcool, e as contrações nas atividades edição, impressão e reprodução de gravações, 10,6%, e metalurgia básica, 4,3%.

O Ipei do Sudeste, calculado pela CNI, situou-se em 50,1 pontos em janeiro (51,2 pontos em outubro e 54,6 pontos em janeiro de 2013). A evolução trimestral refletiu recuos respectivos de 0,9 ponto e 1,0 ponto nos componentes condições atuais e expectativas.

O indicador de expectativas quanto à produção, mensurado pela Sondagem Industrial da CNI, atingiu 38,0 pontos em dezembro (50,1 pontos em setembro e 40,2 pontos em dezembro de 2012). O indicador de estoques, que avalia a percepção de conforto do nível corrente em relação ao nível desejado, atingiu 52 pontos (50 pontos em setembro e 52 pontos em dezembro de 2012).

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região totalizaram R\$1.388,8 bilhões em novembro, elevando-se 2,9% no trimestre e 13,4% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$574,3 bilhões, aumentos respectivos de 2,8% e 14,7%, nas mesmas bases de comparação, destacando-se o dinamismo das modalidades financiamento imobiliário, cartão de crédito à vista e crédito consignado. O estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas, com destaque para a modalidade capital de giro, atingiu R\$814,5 bilhões, elevando-se 3% no trimestre e 12,4% em doze meses.

Tabela 4.4 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2013 ^{1/}	
	2010	2011	2012	2013 ^{1/}	R\$ milhões	Part.(%)
Sudeste	36,7	-30,0	6,2	21,6	86 347	45
Brasil	23,5	-18,0	12,3	35,1	194 448	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até outubro.

Tabela 4.5 – Necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-15 578	-15 348	39 105	30 067
Governos estaduais	-14 247	-10 268	31 625	23 803
Capitais	-3 245	-4 772	7 019	5 993
Demais municípios	1 915	-308	460	271

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Total	396 934	-15 348	30 067	14 720	-848	410 805
Governos estaduais	321 925	-10 268	23 803	13 535	-895	334 566
Capitais	75 101	-4 772	5 993	1 221	-18	76 304
Demais municípios	-92	-308	271	-37	65	-65

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.7 – Dívida líquida – Sudeste^{1/}

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	9 484	15 679	24 805
Renegociação ^{2/}	334 203	360 005	371 880
Dívida externa	15 654	20 730	25 653
Outras dívidas junto à União	16 903	16 474	15 444
Dívida reestruturada	825	845	874
Disponibilidades líquidas	-18 682	-16 799	-27 852
Total (A)	358 386	396 934	410 805
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	558 105
(A/B) (%)	72,9	73,3	73,6

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,8% em novembro, recuando 0,1 p.p. no trimestre e 0,5 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de reduções respectivas de 0,2 p.p. e 0,1 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a taxa situou-se, na ordem, em 4,4% e 1,8%.

Os desembolsos do BNDES para o Sudeste somaram R\$86,3 bilhões em doze meses finalizados em outubro (45% do total no país), aumento de 21,6%, em relação a igual período do ano anterior. Os recursos para micro, pequenas e médias empresas representaram cerca de 30% do total, patamar semelhante ao de 2012.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$15,3 bilhões nos nove primeiros meses do ano. O recuo de 1,5% em relação a igual período de 2012 decorreu de redução de 27,9% no *superavit* dos governos estaduais, aumento de 47,1% no *superavit* das capitais e reversão, de *deficit* de R\$1,9 bilhão para *superavit* de R\$308 milhões, no resultado dos principais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$30,1 bilhões nos nove primeiros meses de 2013 (R\$39,1 bilhões no mesmo período de 2012), com reduções respectivas de 24,7%, 14,6% e 41,1% nas esferas governamentais consideradas. A dinâmica dos juros nominais em 2013 foi favorecida pela menor variação do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada. O *deficit* nominal recuou de R\$23,5 bilhões, nos nove primeiros meses de 2012, para R\$14,7 bilhões, no mesmo período de 2013.

A dívida líquida dos estados, capitais e principais municípios do Sudeste atingiu R\$410,8 bilhões em setembro (73,6% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 3,5% em relação a dezembro de 2012.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os três segmentos subnacionais, considerados conjuntamente, indicam *superavit* primário de R\$12,6 bilhões, com recuo de 4,3% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por outro lado, alcançaram R\$45,1 bilhões em 2013, recuando 6,1% em relação ao valor registrado em 2012, em linha com a redução na variação do IGP-DI. O endividamento líquido dos três segmentos alcançou R\$429,9 bilhões em dezembro, de acordo com os dados preliminares, crescendo 8,3% relativamente ao ano anterior, enquanto a participação do endividamento da Região no total da dívida dos estados,

Tabela 4.8 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sudeste^{1/}

Região	R\$ milhões					Dívida ^{2/} 2013 Dez
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				
	2012 Dez	Primário	Juros	Nominal ^{3/}	Outros ^{4/}	
Sudeste						
Espírito Santo	541	182	152	335	55	931
Minas Gerais	72 732	-299	9 193	8 894	538	82 163
Rio de Janeiro	75 567	-1 915	8 037	6 123	926	82 616
São Paulo	248 094	-10 573	27 692	17 119	-1 012	264 200
Total (A)	396 934	-12 605	45 075	32 470	506	429 910
Brasil^{5/} (B)	541 717	-20 256	60 211	39 955	4 485	586 158
(A/B) (%)	73,3	62,2	74,9	81,3	11,3	73,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimentos de dívidas e privatizações.

5/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.9 – Produção agrícola – Sudeste

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2012	2013	
Grãos		19 227	19 768	2,8
Arroz (em casca)	0,1	153	141	-7,4
Feijão	2,6	887	817	-7,9
Milho	6,0	12 471	12 286	-1,5
Soja	4,8	4 545	5 309	16,8
Outras lavouras				
Café	18,1	2 698	2 550	-5,5
Banana	2,1	2 276	2 323	2,1
Cana-de-açúcar	32,5	438 612	484 881	10,5
Laranja	4,1	15 418	12 802	-17,0

Fonte: IBGE

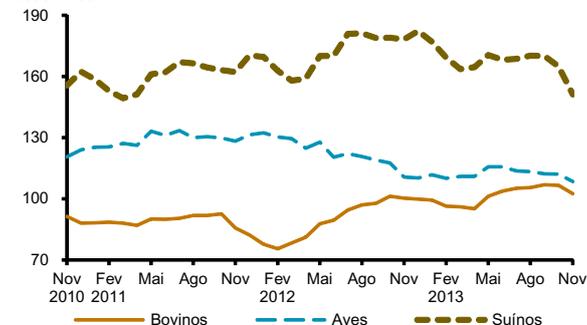
1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Gráfico 4.4 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

capitais e principais municípios do país manteve-se no mesmo patamar observado em 2012, 73,3%.

A safra de grãos do Sudeste totalizou 19,8 milhões de toneladas em 2013 (10,5% da produção nacional), de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em dezembro. O aumento anual de 2,8% refletiu, em parte, o crescimento de 16,8% da produção de soja, decorrente de expansões de 13,1% na área colhida e de 3,3% na produtividade, e reduções respectivas de 7,9%, 7,4% e 1,5% nas colheitas de feijão, arroz e milho, reflexo de recuos nas áreas colhidas de arroz e de feijão, e nas produtividades das culturas de feijão e de milho. Ocorreram, ainda, aumento de 10,5% na safra de cana-de-açúcar e reduções de 5,5% na de café, em ciclo de baixa produtividade, e de 17% na de laranja, em razão da redução da área colhida. O IBGE divulgou estimativa de aumento anual de 0,1% para a produção de grãos em 2014, no Sudeste, destacando-se as perspectivas de expansão de 8,3% para a safra de soja e de retração de 3,6% para a de milho.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, variaram 12%, -7,2% e -4,4%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2013, em relação a igual período de 2012, de acordo com estatísticas do Mapa. O abate de bovinos vem sendo estimulado pelo crescimento dos mercados externos, com destaque para os de Hong Kong e Venezuela. Os desempenhos desfavoráveis da avicultura e da suinocultura refletiram, em parte, efeitos de recentes bloqueios internacionais, com destaque para os impostos por Ucrânia e Rússia à carne suína brasileira.

A balança comercial do Sudeste foi deficitária em US\$9,2 bilhões em 2013 (*superavit* de US\$14,5 bilhões em 2012), resultado condicionado por variações de -8,7% nas exportações e 10,1% nas importações, que somaram US\$121,9 bilhões e US\$131,1 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações, com retrações de 4,7% nos preços e de 4,2% no *quantum*, reflete recuo das vendas em todas as classes de produtos, com destaque para produtos básicos (11,4%), principalmente óleos brutos de petróleo (35,2%). China, EUA, Argentina, Holanda e Japão adquiriram, em conjunto, 49,7% das vendas externas no período.

O desempenho das importações, resultante de variações de -0,4% nos preços e de 10,5% no *quantum*, repercutiu aumentos de compras em todas as categorias de

Tabela 4.10 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	133 520	121 936	-8,7	-0,2
Básicos	52 111	46 195	-11,4	-0,4
Industrializados	81 409	75 741	-7,0	0,0
Semimanufaturados	18 799	16 817	-10,5	-7,6
Manufaturados ^{1/}	62 610	58 924	-5,9	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.11 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	119 035	131 110	10,1	7,4
Bens de capital	29 928	31 469	5,2	6,2
Matérias-primas	52 977	57 161	7,9	6,7
Bens de consumo	19 963	21 253	6,5	4,0
Duráveis	9 646	10 096	4,7	0,0
Não duráveis	10 318	11 157	8,1	9,2
Combustíveis e lubrificantes	16 168	21 227	31,3	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.12 – Evolução do emprego formal – Sudeste

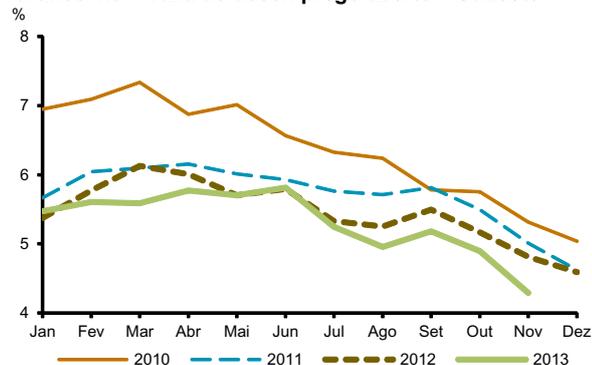
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	87,0	-202,7	265,1	137,4	91,4
Indústria de transformação	9,8	-49,9	61,8	0,3	-1,6
Comércio	99,5	-41,1	5,0	37,0	102,2
Serviços	72,6	-22,0	91,5	51,2	75,1
Construção civil	-25,0	-11,9	29,2	6,6	-17,2
Agropecuária	-67,4	-68,8	67,4	40,8	-69,1
Serviços ind. de utilidade pública	1,3	2,8	0,3	-1,8	0,4
Outros ^{2/}	-3,8	-11,9	9,9	3,4	1,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.5 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

uso, com destaque para combustíveis e lubrificantes (31,3%). As aquisições originárias dos EUA, China, Alemanha, Argentina e Nigéria representaram, em conjunto, 48,9% do total importado no período.

O mercado de trabalho do Sudeste criou 91,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (87 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged do MTE. Destacaram-se as contratações líquidas no comércio, 102,2 mil, e no setor de serviços, 75,1 mil, e a eliminação de 69,1 mil postos na agropecuária. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal da região cresceu 0,5% no trimestre terminado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia aumentado 0,2%, nesse tipo de análise.

A taxa média de desemprego do Sudeste, consideradas as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 4,8% no trimestre encerrado em novembro. A retração de 0,4 p.p. em relação a igual período de 2012 decorreu de retrações de 0,5% na população ocupada e de 0,9% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, respectivamente, 2,8% e 2,3%, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 5% no trimestre encerrado em novembro (5,3% naquele finalizado em agosto).

A inflação no Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas RMSP, RMRJ e RMBH, atingiu 2,11% no trimestre encerrado em dezembro (0,56% no terceiro trimestre do ano), resultado de aceleração dos preços livres, de 0,92% para 2,37%, e da reversão, de -0,57% para 1,34%, na variação dos preços monitorados.

No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis aceleraram de 1,08% para 2,45% (carnes, 7,91%; carnes e peixes industrializados, 4,76%; vestuário, 3,02%; e panificados, 2,94%), e os dos bens não comercializáveis, de 0,82% para 2,29% (tubérculos, 5,88%; alimentação fora do domicílio, 3,11%; e serviços pessoais, 2,38%).

A evolução dos preços monitorados no quarto trimestre de 2013 refletiu, em especial, os aumentos de tarifas de passagens dos ônibus interestaduais, 6,68%, e de planos de saúde, 2,20%; e do preço da gasolina, 3,54%. O índice de difusão médio atingiu 61,2% no quarto trimestre do ano (52,5% no terceiro).

Tabela 4.13 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	5,57	0,56	2,11	6,04
Livres	76,0	6,33	0,92	2,37	7,61
Comercializáveis	33,4	4,29	1,08	2,45	6,25
Não comercializáveis	42,6	8,05	0,82	2,29	8,75
Monitorados	24,0	3,40	-0,57	1,34	1,36
Principais itens					
Alimentação	23,1	8,97	0,02	2,79	8,88
Habitação	14,8	6,61	1,58	1,91	3,81
Artigos de residência	4,2	0,75	1,97	2,54	7,52
Vestuário	6,0	6,49	0,02	3,07	5,19
Transportes	19,4	0,32	-0,80	2,02	2,85
Saúde	11,6	6,28	1,30	1,46	7,37
Despesas pessoais	11,3	10,17	1,79	2,27	8,92
Educação	4,8	7,85	0,71	0,27	7,93
Comunicação	4,8	0,28	0,15	1,27	1,38

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a dezembro de 2013.

O IPCA do Sudeste variou 6,04% em 2013 (5,57% em 2012), reflexo de aceleração dos preços livres, de 6,33% para 7,61%, e desaceleração dos monitorados, de 3,40% para 1,36%.

A atividade econômica da região foi favorecida, nos meses recentes, pela recuperação da indústria, sobretudo da extrativa, e pela sustentação do ritmo de crescimento do comércio e do setor de serviços, em ambiente de ganhos na renda real, recuo da inadimplência e expansão das operações de crédito às famílias. As perspectivas para 2014 incorporam impactos da depreciação cambial sobre exportações e sobre a competitividade da indústria regional, em cenário de manutenção do dinamismo da demanda doméstica, para o que deverão contribuir os investimentos em infraestrutura em andamento.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados
2002 = 100

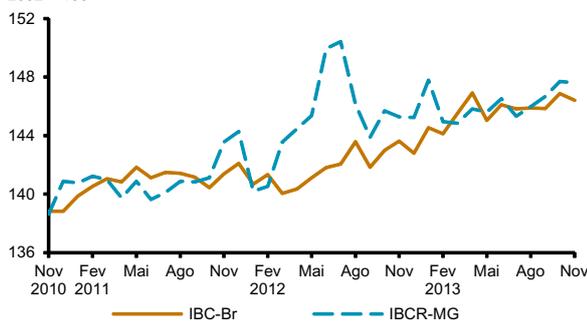


Tabela 4.14 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

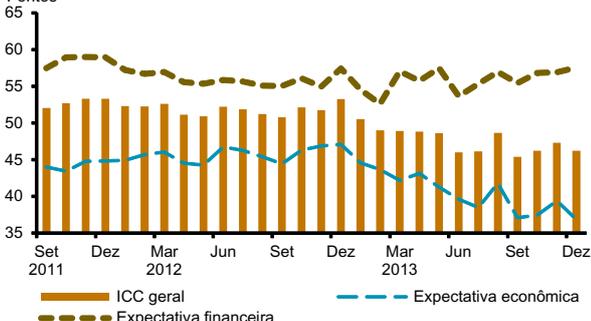
Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
		Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}
Comércio varejista	6,7	1,6	2,0	0,8
Combustíveis e lubrificantes	7,7	2,7	3,2	4,8
Hiper e supermercados	2,5	2,8	2,0	-2,9
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	-2,3	3,5	0,0
Móveis e eletrodomésticos	21,8	2,9	-0,8	6,7
Comércio ampliado	5,7	-0,9	-0,4	-0,1
Veículos e motos, partes e peças	4,0	-4,0	-4,8	-1,8
Material de construção	4,9	1,2	2,0	2,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.7 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte

Pontos



Fonte: Ipead/UFMG

O PIB de Minas Gerais, refletindo a recuperação da indústria e a geração de energia elétrica, aumentou, na margem, 0,3% no terceiro trimestre de 2013 (0,2% no segundo), de acordo com dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Considerados intervalo de doze meses, o PIB do estado cresceu 0,6% e 1,9%, respectivamente, nos trimestres mencionados.

Dados mais recentes, em especial no âmbito da indústria, sugerem aumento no ritmo de crescimento da economia mineira. Nesse sentido, o IBCR-MG cresceu 1,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevava 0,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-MG aumentou 0,4% em novembro (0,6% em agosto).

As vendas varejistas em Minas Gerais expandiram-se 2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando aumentaram 1,6%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os crescimentos nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico (5,9%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (2%) e o decréscimo de 0,8% nas vendas de móveis e eletrodomésticos. O comércio ampliado, refletindo variações de -4,8% nas vendas de veículos e de 2% nas de material de construção, retraiu 0,4% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o crescimento das vendas varejistas, em desaceleração desde maio de 2011, atingiu 0,8% em novembro (1,4% em agosto). Destacaram-se os aumentos nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico (14,5%) e móveis e eletrodomésticos (6,7%) e o recuo de 2,9% no segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que detém participação de cerca de 50% no varejo restrito. O comércio ampliado, refletindo variações respectivas de -1,8% e 2,1% nas vendas de veículos e de material de construção, recuou 0,1% no período de doze meses terminado em novembro (crescimento de 2,3% em agosto).

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), atingiu 46,2 pontos em dezembro (45,4 pontos em setembro). O componente expectativa econômica recuou 0,3 ponto, e o componente expectativa

financeira elevou-se 2,1 pontos, refletindo, especialmente, o aumento de 5 pontos na pretensão de compra.

Tabela 4.15 – Receita nominal de serviços – Minas Gerais
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	2012		2013		Var. %
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses	
Total	10,0	5,9	6,7	6,1	
Serviços prestados às famílias	12,3	6,8	10,3	6,9	
Serviços de informação e comunicação	6,0	5,0	4,4	3,7	
Serviços profissionais e administrativos	15,9	7,2	5,0	8,0	
Transportes e correio	10,0	5,5	9,3	6,8	
Outros serviços	1,6	6,3	7,2	3,3	

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Tabela 4.16 – Produção industrial – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

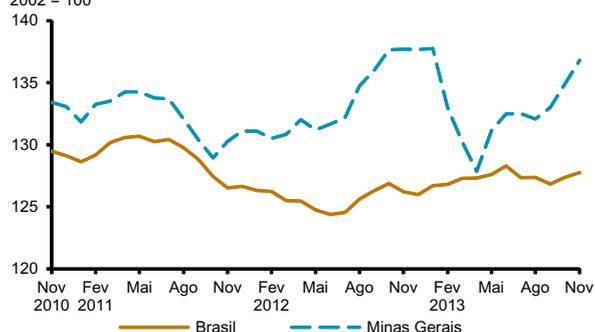
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral		
		2013	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}
Indústria geral	100,0	0,7	3,6	-0,4
Indústria extrativa	14,8	5,3	1,9	-3,7
Indústria de transformação	85,2	-0,5	3,4	0,2
Metalurgia básica	16,7	-1,5	2,8	-3,1
Veículos automotores	16,6	-16,2	0,0	-3,7
Alimentos	13,9	3,5	2,7	6,3
Outros produtos químicos	7,8	31,3	38,1	-4,6
Minerais não metálicos	7,4	1,7	0,8	-3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.8 – Produção industrial – Minas Gerais
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

A receita nominal do setor de serviços no estado aumentou 6,7% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2012 (5,9% em agosto), segundo a PMS do IBGE, destacando-se a expansão de 10,3% nos serviços prestados às famílias. Considerados períodos de doze meses, o indicador cresceu 6,1% em novembro (6,3% em agosto).

A produção industrial mineira cresceu 3,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 0,7%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A produção da indústria extrativa mineral cresceu 1,9% e a da indústria de transformação, 3,4%, destacando-se os aumentos nas indústrias de outros produtos químicos (38,1%), produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (4,2%) e alimentícia (2,7%).

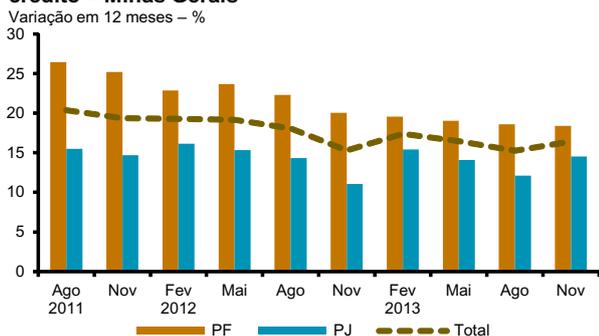
Considerados intervalos de doze meses, a indústria mineira contraiu 0,4% em novembro (aumento de 1,2% em agosto). A indústria extrativa recuou 3,7% influenciada pelo recuo na exploração de minério de ferro e a de transformação cresceu 0,2% (máquinas e equipamentos, 17,5%; refino de petróleo e álcool, 8,7%; alimentos, 6,3%).

O faturamento real da indústria mineira recuou 1,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). No mesmo sentido, as horas trabalhadas e o emprego decresceram, na ordem, 0,3% e 1%. O Nuci atingiu média de 84,5% no trimestre encerrado em novembro (84,7% e 84,6% naqueles finalizados em agosto de 2013 e em novembro de 2012, respectivamente).

O Icei/MG, divulgado pela Fiemg, atingiu 49,9 pontos em dezembro (51,6 pontos em setembro e 54,4 pontos em dezembro do ano anterior). A redução trimestral decorreu de recuos de 0,8 ponto no Índice de Condições Atuais, indicando deterioração no desempenho das empresas, e de 1,9 ponto no Índice de Expectativas para os próximos seis meses, impactado principalmente pelo recuo nas expectativas quanto ao desempenho da economia mineira.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais totalizaram R\$237,4 bilhões em novembro, aumentos de 4,1% no trimestre e de 16,4% em

Gráfico 4.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.17 – Necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012 Jan-set	2013 Jan-set	2012 Jan-set	2013 Jan-set
Estado de Minas Gerais	-2 613	-464	7 410	6 186
Governo estadual	-2 793	-250	7 210	6 008
Capital	-180	-146	84	89
Demais municípios	359	-68	116	88

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.18 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado de Minas Gerais e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2012 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2013 Set	
		Nominal	Juros	Total ^{3/}	Outros ^{4/}	
	Primário					
Est. Minas Gerais	72 732	-464	6 186	5 721	58	78 511
Governo estadual	70 914	-250	6 008	5 758	45	76 718
Capital	1 572	-146	89	-57	5	1 520
Demais municípios	245	-68	88	21	8	273

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas, evidenciando o dinamismo das modalidades financiamento imobiliário, crédito rural e crédito consignado, atingiram R\$118 bilhões, elevando-se 3,7% no trimestre e 18,4% em 12 meses. O crédito concedido ao segmento de pessoas jurídicas somou R\$119,4 bilhões, elevando-se 4,4% no trimestre, com ênfase nas contratações dos setores de siderurgia, administração pública, e comércio atacadista, e 14,6% em doze meses.

A taxa de inadimplência atingiu 3% em novembro, redução de 0,12 p.p. no trimestre e de 0,31 p.p. em doze meses. A evolução trimestral refletiu redução de 0,26 p.p. e elevação de 0,01 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a taxa situou-se, na ordem, em 3,8% e 2,2%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$464 milhões nos nove primeiros meses do ano. A retração de 82,2% em relação a igual intervalo de 2012 decorreu de recuos no âmbito do governo estadual, 91%; e da capital, 18,7%; e da reversão, de *deficit* de R\$359 milhões para *superavit* de R\$68 milhões, nos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$6,2 bilhões. O decréscimo de 16,5% observado no período refletiu a menor variação do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União. O *deficit* nominal situou-se em R\$5,7 bilhões.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios mineiros somou R\$78,5 bilhões em setembro, elevando-se 7,9% em relação a dezembro de 2012. As dívidas do governo estadual e dos principais municípios aumentaram 8,2% e 11,5%, respectivamente, e a da capital recuou 3,3%, no período.

Informações preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais, considerados conjuntamente, indicam *superavit* primário de R\$299 milhões, recuo de 85,3% em relação ao ano anterior. Os dados preliminares indicam também que os juros nominais alcançaram R\$9,2 bilhões em 2013, recuando 0,3% em relação ao valor registrado em 2012. O endividamento líquido, por sua vez, alcançou R\$82,2 bilhões em dezembro, crescendo 13% em relação ao ano anterior.

Tabela 4.19 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Varição %
		2012	2013	2013/2012
Grãos	29,7	12 000	12 054	0,5
Feijão	6,4	634	564	-11,0
Milho	11,9	7 625	7 437	-2,5
Soja	9,9	3 073	3 376	9,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	15,5	70 521	71 264	1,1
Café	39,1	1 597	1 602	0,3

Fonte: IBGE

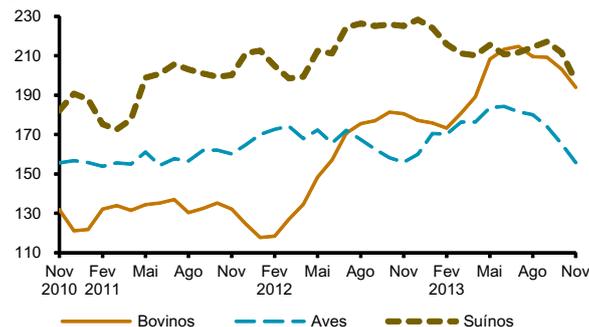
1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.20 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	33 249	33 437	0,6	-0,2
Básicos	20 219	21 669	7,2	-0,4
Industrializados	13 029	11 768	-9,7	0,0
Semimanufaturados	7 281	6 147	-15,6	-7,6
Manufaturados ^{1/}	5 749	5 622	-2,2	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

A produção de grãos do estado atingiu o recorde de 12,1 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 0,5% refletiu o aumento de 9,8% na safra de soja (acréscimo de 12,2% na área plantada) e a retração de 2,5% na produção de milho, principal cultura de grãos no estado. Em relação às demais culturas, assinalem-se os aumentos de 0,3% na cultura de café, em ciclo bienal de baixa produtividade, e de 1,1% na de cana-de-açúcar.

O terceiro prognóstico do IBGE para a safra de 2014 projeta crescimento de 3,1% no estado (soja, 12,4%; milho, -2,4% na primeira safra). A cultura de café, principal lavoura mineira em termos de valor da produção, deverá reduzir 0,8%, com queda de 1,3% na área a ser colhida, em virtude de baixas cotações que geraram aumento das podas ou erradicação de pés. A safra de cana-de-açúcar deverá crescer 16,6%, evidenciando aumento da área plantada e da produtividade.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 75% do total) cresceram 25,1% nos onze primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período de 2012. Os abates de aves aumentaram 4,4% e os de suínos recuaram 2,5%. A cotação média da arroba do boi gordo aumentou 5,6% no período e 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

O *superavit* da balança comercial de Minas Gerais somou US\$21,1 bilhões em 2013, de acordo com o MDIC. O decréscimo anual de 0,5% decorreu de variações respectivas de 0,6% e 2,4% nas exportações e nas importações, que totalizaram US\$33,4 bilhões e US\$12,3 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações refletiu variações de -2,9% nos preços e 3,6% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos elevaram-se 7,2% (minério de ferro, 11,8%; soja, 92,3%), os de produtos semimanufaturados recuaram 15,6% (produtos semimanufaturados de ferro ou aço, -49,6%; ferroligas, -14,2%), e os de manufaturados decresceram 2,2% (produtos laminados planos de ferro e aço, -31,1%; silício, -32,5%). As vendas para a China, Holanda, EUA, Argentina, Japão e Reino Unido, representaram, em conjunto, 64% das exportações do estado no período.

O aumento das importações decorreu de elevação de 7,8% no *quantum* e redução de 5% nos preços. As aquisições de bens de capital elevaram-se 4,3% (equipamentos móveis

Tabela 4.21 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	12 055	12 344	2,4	7,4
Bens de capital	3 421	3 569	4,3	6,2
Matérias-primas	5 614	5 450	-2,9	6,7
Bens de consumo	2 149	2 467	14,8	4,0
Duráveis	1 740	1 906	9,5	0,0
Não duráveis	408	561	37,4	9,2
Combustíveis e lubrificantes	872	857	-1,7	14,7

Fonte: MDIC/Secex

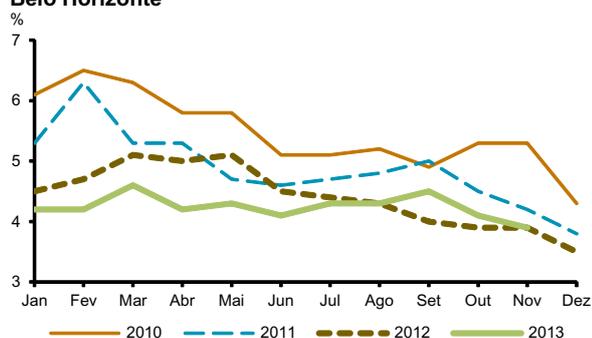
Tabela 4.22 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-10,7	-39,6	69,0	38,0	-11,3
Indústria de transformação	7,3	-10,2	12,7	1,9	1,7
Comércio	24,1	-8,7	2,6	5,8	25,0
Serviços	8,0	-3,4	19,3	11,5	10,7
Construção civil	-6,3	-7,2	8,7	1,2	-6,1
Agropecuária	-43,8	-9,9	24,7	17,0	-43,6
Indústria extrativa mineral	0,3	0,1	-0,1	0,3	0,4
Outros ^{1/}	-0,4	-0,3	1,1	0,3	0,6

Fonte: MTE

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

Gráfico 4.11 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte

Fonte: IBGE

de transporte, 19,3%) e as de bens de consumo, 14,8% (automóveis, 8,2%). As compras de matérias-primas e produtos intermediários recuaram 2,9% (produtos minerais, -20,2%) e as de combustíveis e lubrificantes, 1,7%. As importações provenientes dos EUA, Argentina, China, Itália, Alemanha e México corresponderam a 68% do total, no período.

O mercado de trabalho de Minas Gerais eliminou 11,3 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em novembro (-10,7 mil no mesmo trimestre de 2012), destacando-se as reduções de 43,6 mil empregos na agropecuária e de 6,1 mil na construção civil (43,8 mil e 6,3 mil no mesmo trimestre em 2012), e as gerações de 25 mil postos no comércio e de 10,7 mil no setor de serviços. O nível do emprego formal no estado cresceu 0,6% no trimestre finalizado em novembro (0,1% no terminado em agosto), dados dessazonalizados.

A taxa média de desemprego na RMBH atingiu 4,2% no trimestre finalizado em novembro (3,9% em igual período de 2012), conforme a PME do IBGE, refletindo reduções de 2,7% do número de ocupados e de 2,4% da PEA. A massa de rendimentos média real recuou 3,2% no período, resultado das diminuições de 0,7% no rendimento médio real e de 2,5% na população ocupada remunerada. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego média atingiu 4,4%, ante 4,2% no trimestre encerrado em agosto.

O IPCA da RMBH aumentou 1,76% no trimestre encerrado em dezembro (0,35% no finalizado em setembro), resultado de aumentos nas variações dos preços livres, de 0,68% para 1,93%, e dos monitorados, de -0,74% para 1,19%. Destacaram-se os aumentos de preços nos grupos artigos de residência, 2,74%, vestuário, 2,60% e alimentação e bebidas, 2,58%.

A evolução dos preços livres decorreu de acelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 0,81% para 2,05%, e dos não comercializáveis, de 0,56% para 1,83%. No primeiro segmento, destacaram-se as elevações de preços nos itens carne, 6,36%; pão francês, 4,63%, e roupa feminina, 4,24%; e no segundo grupo, os aumentos nos itens aluguel residencial, 2,76%; empregado doméstico, 2,63%; e alimentação fora do domicílio, 1,86%.

A elevação dos preços monitorados refletiu, em especial, os aumentos nos itens gasolina, 4,21%; plano de saúde, 2,18%; e gás de botijão, 2,14%. O índice de difusão atingiu 62,8% no quarto trimestre de 2013 (53% no terceiro).

Tabela 4.23 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,03	0,35	1,76	5,75
Livres	77,5	6,93	0,68	1,93	7,21
Comercializáveis	36,4	5,32	0,81	2,05	5,55
Não comercializáveis	41,1	8,44	0,56	1,83	8,71
Monitorados	22,5	3,22	-0,74	1,19	1,05
Principais itens					
Alimentação	21,9	9,30	-0,92	2,58	7,82
Habitação	15,3	7,51	1,21	1,51	4,17
Artigos de residência	5,2	0,56	2,71	2,74	7,71
Vestuário	7,0	9,30	-0,17	2,60	4,89
Transportes	18,6	0,22	-1,17	1,06	1,64
Saúde	10,9	5,26	1,48	1,33	6,89
Despesas pessoais	12,0	11,68	2,00	2,03	9,91
Educação	4,5	8,80	0,97	0,14	8,72
Comunicação	4,6	0,29	0,71	1,33	2,39

Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2013.

O IPCA da RMBH variou 5,75% em 2013 (6,03% em 2012), destacando-se os aumentos nos grupos despesas pessoais, 9,91%; educação, 8,72%; e alimentação e bebidas, 7,82%. Os preços livres cresceram 7,21% no ano, e os monitorados, 1,05% (variações respectivas de 6,93% e 3,22% em 2012). A aceleração dos preços livres decorreu de aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 5,32% para 5,55%, e dos bens não comercializáveis, de 8,44% para 8,71%. A evolução dos preços monitorados foi influenciada, em especial, pelas elevações nos itens gás de botijão, 9,29%; plano de saúde, 8,67%; e produtos farmacêuticos, 4,38%.

As exportações das indústrias metalúrgica e extrativa, segmentos com peso relevante na cadeia produtiva do estado, vem sendo impactadas negativamente pelo desempenho da economia mundial. Esse cenário, com desdobramentos desfavoráveis sobre a atividade econômica de Minas Gerais, deverá ser mitigado pela recuperação recente dos preços do minério de ferro e pela perspectiva de recuperação da economia global. Acrescente-se a esse quadro, os impactos, sobre o mercado interno, do elevado nível de emprego e da concretização dos investimentos anunciados.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados
2002 = 100

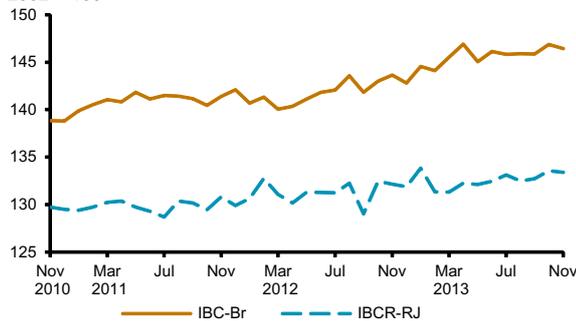


Tabela 4.24 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012 Ano	2013 Ago ^{1/}	2013 Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	4,1	1,9	1,7	5,2
Combustíveis e lubrificantes	15,8	1,6	3,1	7,9
Hiper e supermercados	1,1	2,7	2,6	2,9
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	-1,6	0,4	0,6
Móveis e eletrodomésticos	6,5	4,3	-3,6	-0,1
Comércio ampliado	4,1	2,4	1,5	6,0
Veículos e motos, partes e peças	2,2	2,0	2,3	8,0
Material de construção	9,9	1,0	-0,2	8,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.25 – Receita nominal de serviços – Rio de Janeiro

Segmentos	Var. %			
	2012 Ano	2013 Ago ^{1/}	2013 Nov ^{1/}	12 meses
Total	12,2	6,1	8,5	7,0
Serviços prestados às famílias	11,4	6,3	11,6	8,4
Serviços de informática e comunicação	7,9	7,2	10,2	7,7
Serviços profissionais e administrativos	13,7	7,0	6,1	7,8
Transportes e correio	15,9	5,9	10,3	7,8
Outros serviços	15,8	-1,1	-3,0	-1,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A atividade econômica do estado arrefeceu na margem, destacando-se os impactos do desempenho negativo da indústria de transformação e do menor dinamismo da atividade varejista. Nesse cenário, o IBCR-RJ variou 0,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando aumentara 0,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 1% em novembro (0,9% em agosto).

As vendas do comércio varejista expandiram 1,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando aumentaram 1,9%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,6%, e outros artigos de uso pessoal e doméstico, 7,3%. Incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 2,3%, e de material de construção, -0,2%, o comércio ampliado cresceu 1,5% no trimestre. Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista do estado cresceu 5,2% em novembro, em relação a igual período de 2012, e o comércio ampliado, 6% (4,6% e 4,9%, respectivamente, em agosto).

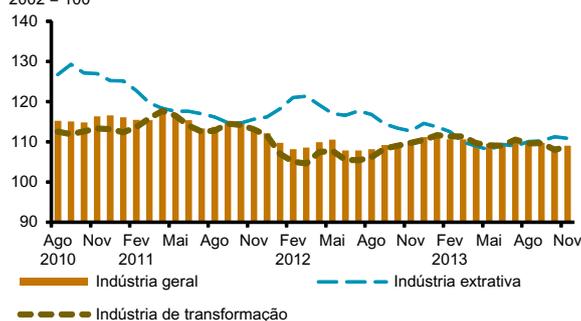
As vendas de automóveis e veículos comerciais leves totalizaram 66,6 mil unidades no trimestre encerrado em novembro, crescendo 5,4% em relação ao trimestre finalizado em agosto, de acordo com dados da Fenabrave, dessazonalizados pelo Banco Central. As vendas atingiram 23,9 mil unidades em dezembro (decréscimo mensal de 6,7%). Considerados períodos de doze meses, as vendas de automóveis e veículos comerciais leves recuaram 4% em novembro, em relação a igual intervalo de 2012 (aumento de 0,7% em agosto).

A receita nominal do setor de serviços do Rio de Janeiro cresceu 8,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao mesmo período de 2012 (6,1% no finalizado em agosto), de acordo com a PMS do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos serviços de informação e comunicação, 10,2%; e transportes e correio, 10,3%. Considerados períodos de doze meses, a receita do setor aumentou 7% em novembro (7,8% em agosto).

A produção industrial fluminense recuou 0,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando cresceu 0,4%, no mesmo tipo

Gráfico 4.13 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.26 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	-0,9	0,5
Indústria extrativa	18,6	1,9	0,7	-5,6
Indústria de transformação	81,4	0,4	-0,7	1,9
Refino de petróleo e álcool	12,9	-3,0	1,0	0,5
Metalurgia básica	11,8	-3,0	-2,1	-14,6
Outros produtos químicos	8,9	0,2	-2,5	7,3
Veículos automotores	7,3	-0,1	-4,3	21,2

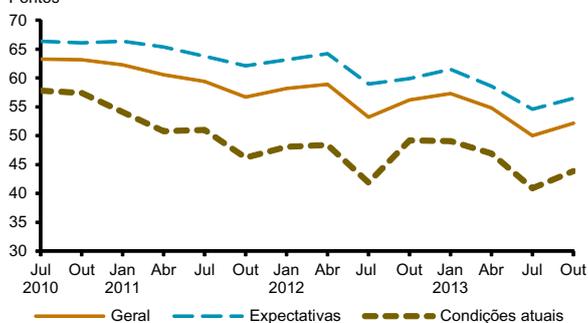
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.14 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro

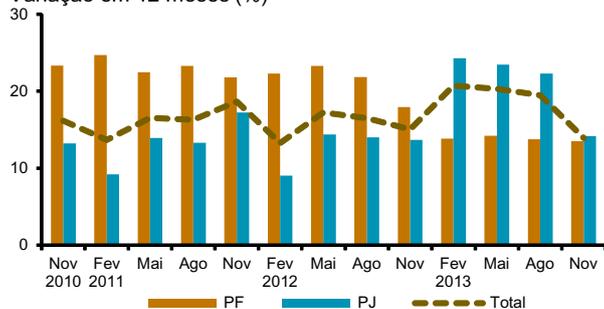
Pontos



Fonte: Firjan

Gráfico 4.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}

Variação em 12 meses (%)



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria de transformação contraiu 0,7% (bebidas, -6,7%; metalurgia, -2,1%) e a extrativa, favorecida pela entrada em operação de novas unidades de produção de petróleo, cresceu 0,7% no período. Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria do estado aumentou 0,5% em novembro (0% em agosto), resultado de variações de 1,9% na indústria de transformação (veículos automotores, 21,2%; indústria farmacêutica, 20%) e de -5,6% na extrativa.

As horas trabalhadas, a massa salarial e o nível de emprego aumentaram 1,7%, 2,1% e 0,7%, respectivamente, enquanto o faturamento real recuou 0,8%, no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Rio de Janeiro (Firjan). O Nuci atingiu 81,3% no trimestre finalizado em novembro (82,7% naquele terminado em agosto), nível 0,2 p.p. acima da média histórica.

O Icei, divulgado pela Firjan, atingiu 52,2 pontos em outubro (50 pontos em julho e 56,2 pontos em igual período de 2012). A evolução trimestral resultou dos crescimentos respectivos de 1,9 ponto e 3 pontos nos componentes que avaliam as expectativas e as condições atuais.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Rio de Janeiro somou R\$314,7 bilhões em novembro, expandindo 0,4% no trimestre e 13,9% em doze meses. As contratações no segmento de pessoas físicas, destacando-se financiamentos imobiliários e operações com cartão de crédito, atingiram R\$102 bilhões, elevando-se 2,6% no trimestre e 13,5% em doze meses. O crédito concedido ao segmento de pessoas jurídicas, com ênfase nas contratações do setor refino de petróleo, coque e álcool, somou R\$212,7 bilhões, diminuindo 0,6% no trimestre, em grande parte reflexo da variação cambial sobre os saldos financiados, e elevando-se 14,2% em doze meses.

A inadimplência relativa a essas operações de crédito situou-se em 2,34% em novembro (2,33% em agosto), reflexo de decréscimo de 0,25 p.p. no segmento de pessoas físicas e aumento de 0,07 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 5,55% e 0,96%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro somou R\$2,87 bilhões nos nove primeiros meses do ano

Tabela 4.27 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do Rio de Janeiro	-841	-2 870	6 996	5 421
Governo estadual	-1 129	-1 244	6 242	4 801
Capital	97	-1 246	717	606
Demais municípios	191	-379	36	14

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.28 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
	Estado do Rio de Janeiro	75 567	-2 870	5 421	2 551	487
Governo estadual	69 338	-1 244	4 801	3 557	243	73 137
Capital	6 599	-1 246	606	-641	238	6 197
Demais municípios	-370	-379	14	-365	6	-729

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.29 – Produção agrícola – Rio de Janeiro
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Varição %
		2012	2013 ^{2/}	2013/2012
Grãos				
Café	8,8	15,8	16,9	7,1
Milho	1,0	15,0	13,3	-11,3
Outras lavouras				
Tomate	33,5	195,7	181,9	-7,0
Cana-de-açúcar	31,5	5 692,9	4 968,0	-12,7
Abacaxi	16,7	133,1	120,7	-9,3
Mandioca	15,1	324,4	198,7	-38,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Tabela 4.30 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	28 761	21 273	-26,0	-0,2
Básicos	18 624	11 768	-36,8	-0,4
Industrializados	10 137	9 506	-6,2	0,0
Semimanufaturados	2 075	1 760	-15,2	-7,6
Manufaturados ^{1/}	8 062	7 746	-3,9	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

(R\$841 milhões em igual período de 2012), ressaltando-se a reversão, de *deficit* de R\$97 milhões para *superavit* de R\$1,25 bilhão, no resultado da capital. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$5,42 bilhões no período, recuo de 22,5% em relação a igual período de 2012, favorecido pela redução do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União. O *deficit* nominal somou R\$2,55 bilhões nos nove primeiros meses de 2013 (R\$6,2 bilhões em igual período de 2012).

A dívida líquida dos entes considerados totalizou R\$78,6 bilhões em setembro. O aumento de 4% em relação a dezembro de 2012 refletiu, em especial, o acréscimo de 5,5% na esfera do governo do estado.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro, considerados de forma agregada, revelam *superavit* primário de R\$1,9 bilhão, comparativamente a *deficit* de R\$187 milhões em 2012. Os juros nominais alcançaram R\$8 bilhões em 2013, reduzindo-se 6,3% em relação ao ano anterior. O endividamento líquido, por outro lado, alcançou R\$82,6 bilhões em dezembro, crescendo 9,3% em relação a 2012.

A produção de cana-de-açúcar recuou 12,7% em 2013, de acordo com o LSPA de dezembro, consequência de reduções de 10,4% na área colhida e de 2,6% na produtividade. Dentre as demais culturas, destaque para as reduções nas produções de mandioca, 38,8%; abacaxi, 9,3%; e tomate, 7%. A safra de grãos do estado contraiu 7,5% no ano, reflexo de recuos de 6,5% na área colhida e de 1,1% na produtividade.

A balança comercial do estado acumulou *deficit* de US\$301,1 milhões em 2013 (*superavit* de US\$8,3 bilhões em 2012), de acordo com o MDIC. As exportações decresceram 26% e as importações elevaram-se 5,5%, totalizando US\$21,3 bilhões e US\$21,6 bilhões, respectivamente, no ano. As vendas e as compras externas de óleos brutos de petróleo, que representaram, na ordem, 55% das exportações e 14% das importações totais do estado, diminuíram 36,6% e 24,8%, respectivamente, no ano, proporcionando *superavit* de US\$8,7 bilhões.

A contração anual das exportações refletiu reduções de 8,3% nos preços e de 19,4% no *quantum*, destacando-se o recuo de 36,8% nas vendas de produtos básicos. Os embarques direcionados aos EUA, China e Holanda representaram, em conjunto, 54,8% das vendas externas do estado em 2013.

Tabela 4.31 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro			Brasil
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	20 456	21 574	5,5	7,4
Bens de capital	3 712	4 155	11,9	6,2
Matérias-primas	6 444	7 335	13,8	6,7
Bens de consumo	3 218	3 481	8,2	4,0
Duráveis	1 623	1 758	8,4	0,0
Não duráveis	1 596	1 722	7,9	9,2
Combustíveis e lubrificantes	7 082	6 603	-6,8	14,7

Fonte: MDIC/Secex

O crescimento das importações resultou de redução de 4,9% nos preços e de aumento de 10,8% no *quantum*, ressaltando-se as elevações de 13,8% nas aquisições de matérias-primas e produtos intermediários e de 11,9% nas de bens de capital. As importações provenientes dos EUA, Arábia Saudita e China representaram, em conjunto, 38,5% das compras do estado em 2013.

A economia fluminense criou, de acordo com o Caged/MTE, 39,3 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro (36 mil em igual período de 2012), dos quais 25,2 mil no comércio e 17,3 mil no setor de serviços. A indústria de transformação gerou 1,9 mil empregos formais, redução de 67,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerados dados dessazonalizados, o emprego formal cresceu 0,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando havia aumentado 0,3%, na mesma base de comparação.

Tabela 4.32 – Evolução do emprego formal –**Rio de Janeiro**

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	36,0	-35,3	34,9	17,2	39,3
Indústria de transformação	5,7	-2,8	7,4	2,2	1,9
Comércio	21,6	-13,8	1,7	2,9	25,2
Serviços	14,5	-13,0	18,1	8,1	17,3
Construção civil	-2,5	0,1	5,8	3,8	-2,6
Agropecuária	-2,2	-2,0	1,5	1,8	-1,5
Serviços ind. utilidade pública	0,1	0,0	-0,6	-2,0	-0,5
Outros ^{2/}	-1,2	-3,8	1,1	0,4	-0,4

Fonte: MTE

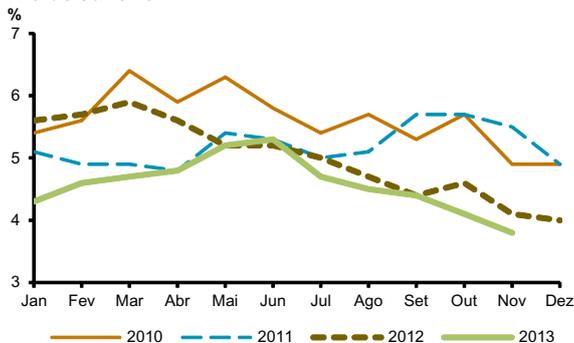
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

A taxa média de desemprego da RMRJ atingiu 4,1% no trimestre encerrado em novembro (4,37% em igual período de 2012), de acordo com a PME do IBGE, reflexo de recuos respectivos de 0,7% e 1% na população ocupada e na PEA. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa salarial real elevaram-se 5,8% e 6,9%, respectivamente, no período, resultados superiores aos observados, em média, nas regiões metropolitanas pesquisadas. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 4,2% no trimestre encerrado em novembro (4,8% no finalizado em agosto).

O IPCA da RMRJ cresceu 2,47% no quarto trimestre de 2013 (0,43% no anterior), reflexo de aumentos nas variações dos preços monitorados, de -0,66% para 1,59%, e dos livres, de 0,84% para 2,82%, estes evidenciando acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,52% para 2,43%, e dos não comercializáveis, de 0,41% para 3,06%. Destacaram-se os reajustes dos itens plano de saúde, energia elétrica e gasolina, entre os monitorados, e passagem aérea, aluguel e refeição, entre os livres. O índice de difusão atingiu 62,2% no quarto trimestre (52,7% no terceiro).

A inflação na RMRJ atingiu 6,16% em 2013 (7,34% em 2012), situando-se acima da média nacional pelo quarto ano consecutivo. O resultado foi condicionado pela menor variação dos preços monitorados, de 6,27% para 2,04%, e pela estabilidade dos livres, de 7,77% para 7,78%, resultado de redução, de 8,82% para 8,3%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis, e de aumento, de 6,15% para 6,95%, na dos comercializáveis.

Gráfico 4.16 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro

Fonte: IBGE

Tabela 4.33 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		Ano
		Ano	III Tri	IV Tri	
IPCA	100,0	7,34	0,43	2,47	6,16
Livres	72,8	7,77	0,84	2,82	7,78
Comercializáveis	28,1	6,15	1,52	2,43	6,95
Não comercializáveis	44,7	8,82	0,41	3,06	8,30
Monitorados	27,2	6,27	-0,66	1,59	2,04
Principais itens					
Alimentação	23,4	9,40	-0,16	2,70	9,34
Habitação	16,5	9,12	1,52	2,95	4,80
Artigos de residência	3,8	0,76	2,98	2,44	7,93
Vestuário	5,1	6,56	0,07	3,12	5,17
Transportes	17,7	4,47	-1,04	2,25	3,18
Saúde	12,0	7,06	1,26	1,34	7,86
Despesas pessoais	11,3	12,95	0,85	3,98	6,41
Educação	4,9	7,39	0,81	0,62	7,67
Comunicação	5,4	-0,54	0,07	1,39	1,45

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

A evolução da economia do Rio de Janeiro nos próximos meses deverá ser favorecida pela combinação dos impactos da Copa do Mundo e da recomposição da produção de petróleo, que, aliada à recente depreciação da taxa de câmbio, tende a contribuir para a melhora do saldo comercial do estado.

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados
2002 = 100

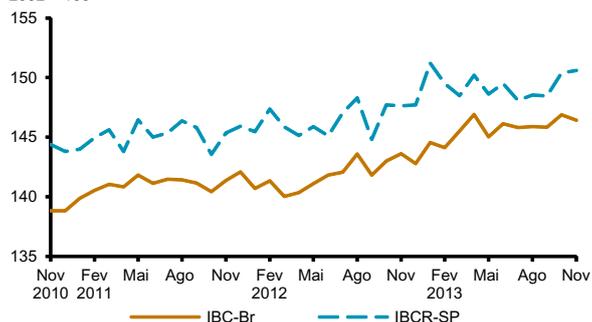


Tabela 4.34 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

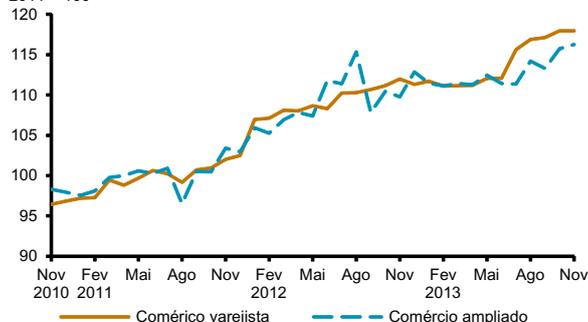
Setores	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,6	3,0	2,5	4,7
Combustíveis e lubrificantes	2,0	2,5	-0,8	8,1
Hiper e supermercados	14,2	3,1	0,8	5,1
Tecidos, vestuário e calçados	-0,5	-0,2	-0,7	2,2
Móveis e eletrodomésticos	10,0	2,2	0,1	3,5
Comércio ampliado	9,7	0,5	2,5	3,5
Automóveis e motocicletas	10,4	-2,1	0,9	0,8
Material de construção	7,1	-2,5	1,7	4,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.35 – Receita nominal de serviços – São Paulo

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	8,9	8,3	9,6	9,1
Serviços prestados às famílias	9,9	14,9	12,3	12,5
Serv. de informação e comunicação	6,3	5,6	7,9	7,4
Serv. profissionais e administrativos	11,5	9,5	10,6	9,7
Transportes e correio	10,7	10,5	10,7	11,0
Outros serviços	6,7	5,0	8,4	6,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

São Paulo

A evolução recente da atividade econômica em São Paulo foi favorecida pela manutenção do dinamismo do comércio varejista e do setor de serviços, e pela recuperação, na margem, da indústria. Nesse cenário, o IBCR-SP aumentou 0,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando recuara 0,3%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 2,0% em novembro (1,8% em agosto).

As vendas do comércio varejista cresceram 2,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando se elevaram 3%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se as expansões nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática, e comunicação (24,6%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,6%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (4,5%). O comércio ampliado, refletindo recuo de 0,9% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e crescimento de 1,7% nas de material de construção, aumentou 2,5% no trimestre (0,5% naquele encerrado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado cresceram 4,7% em novembro, em relação a igual período de 2012 (5,6% em agosto), destacando-se os aumentos nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9%), combustíveis e lubrificantes (8,1%) e hipermercados e supermercados (5,1%). O comércio ampliado, refletindo variações de 0,8% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de 4,4% nas de material de construção, cresceu 3,5% (4,1% em agosto), na mesma base de comparação.

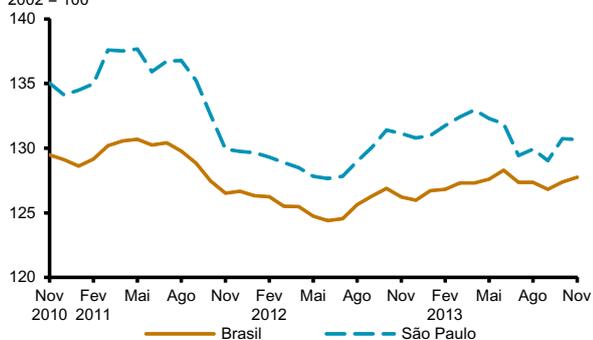
O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), atingiu 137,9 pontos no trimestre encerrado em dezembro (136,1 pontos no finalizado em setembro e 161,3 pontos em igual período de 2012). A evolução trimestral refletiu aumentos respectivos de 1,3 ponto e 2,2 pontos nos componentes que avaliam as condições econômicas atuais e as expectativas.

A receita nominal do setor de serviços de São Paulo cresceu 9,6% no trimestre encerrado em novembro, ante igual período de 2012 (8,3% em agosto), de acordo com a PMS do IBGE, ressaltando-se os aumentos nos serviços

prestados às famílias 12,3%; nos serviços auxiliares dos transportes e correio, 10,7%; e nos serviços profissionais, administrativos e complementares, 10,6%. Em doze meses, o setor cresceu 9,1% em novembro, em relação a igual período de 2012 (8,9% em agosto).

Gráfico 4.19 – Produção industrial – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.36 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,8	0,6	1,1
Alimentos	11,6	-4,9	3,1	0,9
Veículos automotores	10,1	-4,3	7,7	6,6
Refino de petróleo e álcool	9,0	-0,8	-3,1	4,2
Outros produtos químicos	8,4	-1,1	2,2	1,6
Máquinas e equipamentos	7,5	2,6	4,3	3,9
Farmacêutica	5,7	-8,9	-5,4	-8,2

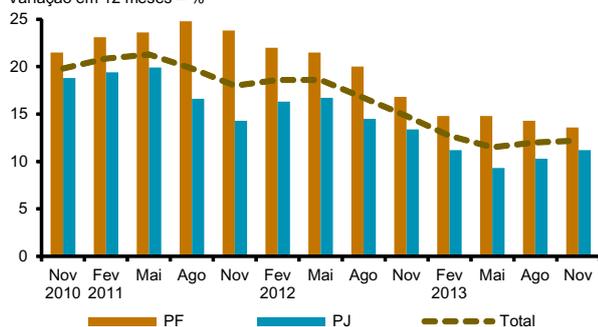
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.20 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A produção da indústria paulista expandiu 0,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando contraíra 1,8%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se os crescimentos das produções de veículos automotores, 7,7%; de máquinas e equipamentos, 4,3%; e de alimentos, 3,1%; e as reduções nas indústrias de edição, impressão e reprodução de gravações, 7,6%; farmacêutica, 5,4%; e de refino de petróleo e álcool, 3,1%.

Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria do estado cresceu 1,1% em novembro, em relação a igual período de 2012 (1,4% em agosto), ressaltando-se as expansões respectivas de 6,6% e 4,2% nas indústrias de veículos automotores e de refino de petróleo e álcool, e os recuos nas atividades edição, impressão e reprodução de gravações (12,0%) e farmacêutica (8,2%).

As vendas reais e as horas trabalhadas no setor recuaram 0,4% e 0,6%, respectivamente, no trimestre finalizado em outubro, em relação ao encerrado em julho, quando haviam variado 0,7% e -2,9%, nesse tipo de análise, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Nuci recuou 0,1 p.p., para 81,1%, no trimestre.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em São Paulo atingiu R\$792,7 bilhões em novembro, crescendo 3,6% no trimestre e 12,2% em doze meses. O estoque relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$332,3 bilhões, elevando-se 2,5% e 13,6%, respectivamente, nos períodos considerados, com destaque para a modalidade financiamento imobiliário. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$460,4 bilhões, aumentos de 4,4% no trimestre e de 11,2% em doze meses, com ênfase no desempenho das operações de capital de giro.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 2,9% em novembro, reduzindo-se 0,2 p.p. no trimestre e 0,6 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu a diminuição de 0,2 p.p. nas taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que se situaram em 4,2% e 2%, na ordem.

Tabela 4.37 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado de São Paulo	-11 524	-11 908	24 587	18 366
Governo estadual	-9 614	-8 867	18 075	12 910
Capital	-3 116	-3 313	6 212	5 290
Demais municípios	1206	272	300	166

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.38 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Estado de São Paulo	248 094	-11 908	18 366	6 458	-1 422	253 130
Governo estadual	181 050	-8 867	12 910	4 043	-1 216	183 877
Capital	66 867	-3 313	5 290	1 977	-254	68 590
Demais municípios	176	272	166	437	48	662

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.39 – Produção agrícola – São Paulo

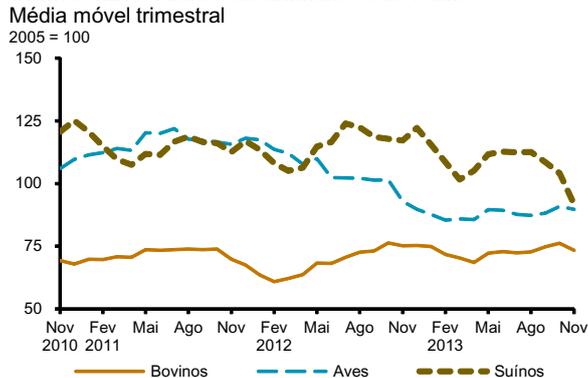
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas			Var. %
		Produção ^{2/}		2013/2012	
		2012	2013		
Produção de grãos		7 110	7 615	7,1	
Feijão	1,3	236	237	0,4	
Milho	4,8	4 755	4 772	0,4	
Soja	3,7	1 472	1 933	31,4	
Outras lavouras selecionadas					
Café	4,4	313	231	-26,2	
Cana-de-açúcar	58,9	357 746	404 680	13,1	
Laranja	7,8	14 483	11 830	-18,3	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo



O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo somou R\$11,9 bilhões nos nove primeiros meses do ano. O crescimento de 3,3% em relação a igual período de 2012 resultou de elevação de 6,3% no *superavit* da capital e retrações de 77,5% no *deficit* dos demais municípios e de 7,8% no *superavit* do governo do estado.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$18,4 bilhões no acumulado do ano até setembro. O recuo de 25,3% em relação a igual período de 2012 evidenciou as retrações respectivas de 28,6%, 14,8% e 44,7% nas esferas de governo consideradas, favorecidas pela menor variação, em 2013, do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada. O *deficit* nominal somou R\$6,5 bilhões (R\$13,1 bilhões nos nove primeiros meses de 2012).

A dívida líquida do estado, da capital e dos demais principais municípios somou R\$253,1 bilhões em setembro (61,6% da dívida do Sudeste), elevando-se 2% em relação a dezembro de 2012.

Dados até dezembro de 2013, ainda preliminares, para os governos estadual, da capital e dos principais municípios de São Paulo, considerados conjuntamente, indicam *superavit* primário de R\$10,6 bilhões, recuo de 3,2% em relação ao ano anterior. Os dados também indicam que os juros nominais alcançaram R\$27,7 bilhões em 2013, recuando 9,1% em relação ao valor registrado em 2012. O endividamento líquido, por sua vez, alcançou R\$264,2 bilhões em dezembro, crescendo 6,5% em relação ao ano anterior.

A safra de grãos do estado totalizou 7,6 milhões de toneladas em 2013, segundo o LSPA de dezembro, do IBGE. A expansão anual de 7,1% refletiu, em parte, as elevações nas colheitas de soja (31,4%), decorrente de aumentos de 15,4% na área colhida e de 13,8% no rendimento médio, e de arroz (13,4%), resultante de variações de 21,8% no rendimento médio e -9,7% na área colhida. Em relação às demais lavouras, ressaltam-se as variações nas produções de cana-de-açúcar (13,1%), café (-26,2%), em ciclo biennial de baixa produtividade, e laranja (-18,3%). De acordo com o IBGE, as safras de soja e de cana-de-açúcar do estado deverão variar 1% e -1,2%, respectivamente, em 2014.

Os abates de bovinos, aves e suínos realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, nos onze primeiros meses do ano, variaram 4,5%, -14,1% e -9%, respectivamente, em relação a igual período de 2012, de acordo com o Mapa.

Tabela 4.40 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	59 350	56 318	-5,1	-0,2
Básicos	4 769	5 215	9,4	-0,4
Industrializados	54 581	51 102	-6,4	0,0
Semimanufaturados	7 685	7 440	-3,2	-7,6
Manufaturados ^{1/}	46 896	43 662	-6,9	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.41 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	77 826	89 757	15,3	7,4
Bens de capital	20 316	21 255	4,6	6,2
Matérias-primas	38 072	42 237	10,9	6,7
Bens de consumo	12 023	13 127	9,2	4,0
Duráveis	4 600	5 075	10,3	0,0
Não duráveis	7 424	8 052	8,5	9,2
Combustíveis e lubrificantes	7 415	13 138	77,2	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.42 – Evolução do emprego formal – São Paulo
Novos postos de trabalho

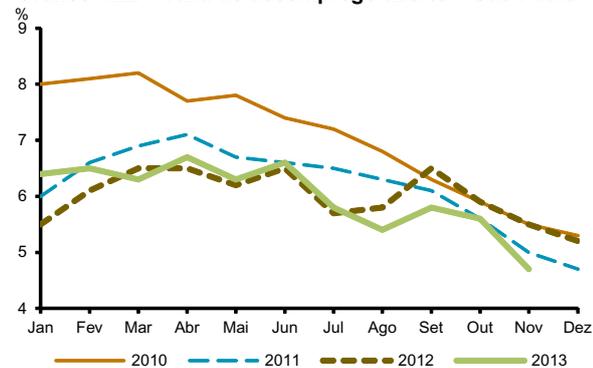
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	54,6	-120,6	149,0	81,9	54,4
Indústria de transformação	-3,8	-34,8	39,5	-5,4	-6,6
Comércio	47,3	-16,6	0,4	27,2	45,2
Serviços	47,6	-6,1	50,4	30,6	45,6
Construção civil	-14,6	-2,4	16,4	0,2	-8,1
Agropecuária	-20,8	-56,3	33,9	28,1	-23,2
Serviços industr. de utilidade pública	1,3	2,4	1,0	-0,2	0,7
Outros ^{2/}	-2,5	-6,8	7,4	1,5	0,9

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.22 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo



Fonte: IBGE

O desempenho da produção avícola e suína foi impactado pela redução de investimentos, influenciada pela elevação dos custos das matérias-primas em 2012, e por recentes bloqueios às respectivas exportações.

O *deficit* da balança comercial de São Paulo somou US\$33,4 bilhões em 2013, elevando-se 81% em relação a 2012. As exportações recuaram 5,1% e as importações cresceram 15,3% no ano, totalizando US\$56,3 bilhões e US\$89,8 bilhões, respectivamente.

A redução das exportações, evidenciando retrações de 4,7% nos preços e de 0,4% no *quantum*, refletiu, em especial, a redução de 6,9% nas vendas de produtos manufaturados, com destaque para os recuos nos embarques de aviões, 17,2%; suco de laranja não congelado, 7,1%; e álcool etílico, 6,6%. Argentina, EUA, China, Holanda e México adquiriram, em conjunto, 41,7% das exportações do estado no período.

O aumento das importações, resultante de variações de -0,2% nos preços e 15,5% no *quantum*, foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 77,2% nas compras de combustíveis e lubrificantes. As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Nigéria e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 50,9% do total importado pelo estado no ano.

A economia de São Paulo criou 54,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (54,6 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, dos quais 45,6 mil no setor de serviços e 45,2 mil no comércio. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,5% no trimestre terminado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 0,2%, no mesmo tipo de análise.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pela PME do IBGE, atingiu 5,4% no trimestre encerrado em novembro (6% em igual período de 2012), reflexo de variações de 0,3% na população ocupada e -0,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, na ordem, 1,8% e 2,1%, no período considerado. A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, indica que a taxa de desemprego atingiu 5,7% no trimestre finalizado em novembro (mesmo patamar no trimestre encerrado em agosto).

O IPCA da RMSP variou 2,09% no quarto trimestre de 2013 (0,68% no terceiro), resultado de aceleração dos

Tabela 4.43 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2012	2013		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	4,72	0,68	2,09	6,09
Livres	76,7	5,56	1,04	2,35	7,69
Comercializáveis	34,3	3,23	1,00	2,60	6,19
Não comercializáveis	42,4	7,57	1,06	2,15	8,92
Monitorados	23,3	2,19	-0,47	1,27	1,16
Principais itens					
Alimentação	23,4	8,67	0,42	2,91	9,07
Habitação	14,0	5,31	1,74	1,64	3,29
Artigos de residência	4,0	0,79	1,31	2,50	7,27
Vestuário	6,0	5,47	0,07	3,22	5,30
Transportes	20,4	-1,24	-0,57	2,28	3,15
Saúde	11,7	6,33	1,26	1,56	7,34
Despesas pessoais	11,1	8,49	2,08	1,69	9,54
Educação	4,9	7,70	0,57	0,17	7,76
Comunicação	4,5	0,60	-0,01	1,19	0,99

Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2013.

preços livres, de 1,04% para 2,35%, e reversão, de -0,47% para 1,27%, na variação dos monitorados.

O desempenho dos preços livres repercutiu as acelerações dos preços dos produtos comercializáveis, de 1,00% para 2,60%, destacando-se as elevações nos preços de carnes, carnes e peixes industrializados, vestuário e panificados; e dos não comercializáveis, de 1,06% para 2,15%, com ênfase na elevação de 4,32% no item tubérculos. Os preços dos serviços cresceram 2,34% (1,97% no trimestre encerrado em setembro), ressaltando-se os aumentos nos itens alimentação fora do domicílio e serviços pessoais.

A evolução dos preços monitorados no último trimestre de 2013 refletiu, principalmente, as altas nas passagens de ônibus interestaduais, nos planos de saúde e na gasolina. O índice de difusão médio atingiu 60,3% no quarto trimestre do ano (52,3% no terceiro).

A variação anual do IPCA atingiu 6,09% em 2013 (4,72% em 2012), resultado de aceleração dos preços livres, de 5,56% para 7,69%, e desaceleração dos monitorados, de 2,19% para 1,16%.

A evolução recente dos principais indicadores econômicos do estado sugere recuperação moderada, mas consistente, da atividade em 2014. A solidez do mercado de trabalho, com impacto favorável sobre a renda real, a consolidação das operações de crédito às famílias como importante determinante do consumo, e a perspectiva de recuperação da indústria de transformação, repercutindo, em parte, a melhora do cenário internacional e a trajetória da taxa de câmbio, renovam perspectivas otimistas para os próximos trimestres.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

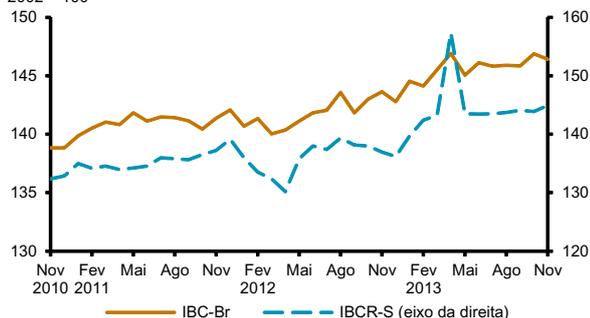


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	2012 Ano	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	9,0	2,2	2,2	4,1
Combustíveis e lubrificantes	3,6	3,9	1,0	7,1
Hiper e supermercados	10,5	0,8	1,6	2,3
Tecidos, vestuário e calçados	4,1	-4,6	3,8	3,6
Móveis e eletrodomésticos	9,6	6,7	0,4	4,9
Comércio varejista ampliado	7,6	1,8	2,6	5,3
Automóveis e motocicletas	5,5	0,9	0,7	5,8
Material de construção	9,0	2,1	6,6	11,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A dinâmica da atividade da economia do Sul refletiu, no trimestre encerrado em novembro, elevações das vendas do comércio, da produção industrial e das exportações. Nesse cenário, o IBCR-S cresceu 0,5% no período, em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando recuara 3,0% na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. Em doze meses, o indicador aumentou 5,4% em novembro (4,4% em agosto e 1,2% em novembro de 2012).

As vendas no varejo cresceram 2,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando assinalaram idêntica expansão, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os acréscimos em outros artigos de uso pessoal e doméstico (5,2%), tecidos, vestuário e calçados (3,8%) e hipermercados e supermercados (1,6%). O comércio ampliado, incorporadas variações de 6,6% nas vendas de material de construção e de 0,7% nas de automóveis, cresceu 2% no período.

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio varejista aumentaram 4,1% em novembro (5% em agosto), em relação a igual período de 2012, destacando-se os segmentos combustíveis e lubrificantes (7,1%) e móveis e eletrodomésticos (4,9%). O comércio ampliado, refletindo variações de 11,7% nas vendas de material de construção e de 5,8% nas de automóveis, cresceu 5,3% no período (5,3% em agosto).

As vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram 202,2 mil unidades no quarto trimestre, elevando-se 7,2% e 4,3% em relação ao trimestre encerrado em setembro e a igual período de 2012, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve).

A receita nominal do setor de serviços cresceu 8,0% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2012 (6,5% em agosto), ante 9,0% no país,

Tabela 5.2 – Receita nominal de serviços – Sul

Segmentos	Var. %			
	2012	2013		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	9,9	6,5	8,0	7,1
Serviços prestados às famílias	12,6	10,4	10,4	9,3
Serviços de informação e comunicação	7,9	6,9	7,7	6,6
Serviços profissionais e administrativos	11,3	-4,1	2,8	0,1
Transportes e correios	10,9	10,5	10,7	10,8
Outros serviços	7,3	10,5	10,3	7,7

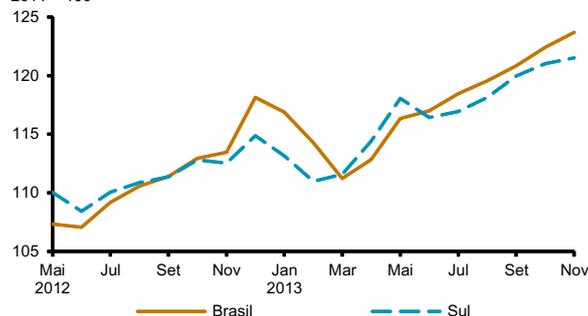
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.4 – Confiança do empresariado – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,4	1,2	3,1
Alimentos	18,9	0,5	1,7	0,6
Máquinas e equipamentos	13,7	3,5	0,0	5,2
Veículos automotores	11,7	6,0	6,0	11,0
Celulose, papel e produtos de papel	6,8	-1,9	3,9	-1,2
Refino de petróleo e álcool	5,1	4,7	-4,1	17,3
Outros produtos químicos	5,1	-0,3	0,6	-0,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	4,4	0,2	4,2	-12,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de novembro.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

segundo a PMS do IBGE. Ressaltem-se os crescimentos nos segmentos transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios (10,7%), serviços prestados às famílias (10,4%), e outros serviços (10,3%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 7,1% em novembro, em relação a igual período de 2012, com destaque para o aumento de 10,8% na receita nominal da atividade transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios.

O Índice Nacional de Confiança (INC) do Sul, divulgado pela ACSP, atingiu 153 pontos em dezembro (130 pontos em setembro), ante média de 143 pontos dos consumidores em nível nacional.

O Icec, elaborado pela CNC, somou 130,5 pontos em dezembro (117,8 pontos em setembro e 124,2 pontos em dezembro de 2012). O indicador registrou elevação pelo quinto mês em sequência, situando-se próximo da média para o país (130,6 pontos).

A produção industrial do Sul aumentou 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Ocorreram aumentos em onze das dezenove atividades pesquisadas, com destaque para madeira (6,1%), veículos automotores (6,0%), e edição, impressão e reprodução de gravações (4,2%).

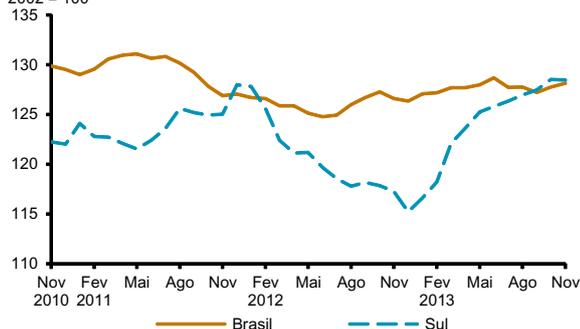
Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria cresceu 3,1% em novembro (recoo de 0,8% em agosto), destacando-se os desempenhos das atividades refino de petróleo e álcool (17,3%), veículos automotores (11%), e máquinas e equipamentos (5,2%).

O pessoal ocupado e o número de horas pagas na indústria do Sul recuaram 0,5% e 0,6%, respectivamente, no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, e, mesmo assim, a folha real de pagamentos cresceu 1,2%, dados dessazonalizados. Considerado o período de doze meses terminado em novembro, ocorreram variações respectivas de 2,8%, -0,5% e -1,4% na folha real de pagamentos, no pessoal ocupado e nas horas trabalhadas (5,0%, -0,5% e -1,4% em agosto, respectivamente).

A produtividade da indústria do Sul – razão entre a produção física e o número de horas pagas, divulgados pelo IBGE – elevou-se 1,6% no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao finalizado em agosto, quando crescera 9,4%, dados dessazonalizados. O indicador aumentou 0,6% no intervalo de doze meses terminado em novembro.

Gráfico 5.5 – Produção industrial

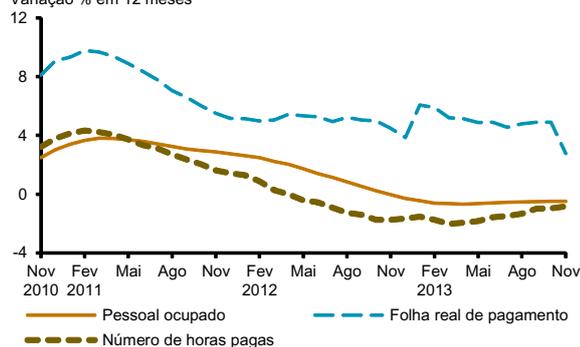
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.6 – Mercado de trabalho da indústria – Sul

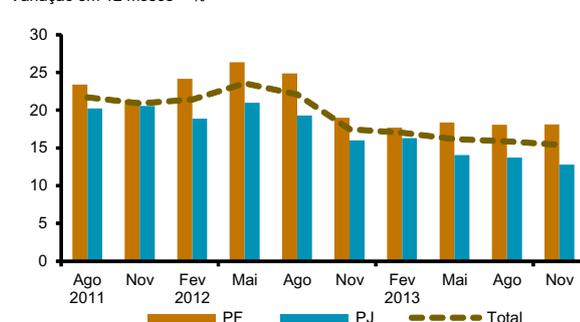
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

Gráfico 5.7 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

O Iicei² do Sul, divulgado pela CNI, atingiu 52,6 pontos em dezembro (52,7 pontos em setembro e 46 pontos em dezembro de 2012). Os componentes que avaliam condições atuais e expectativas para os próximos seis meses alcançaram 47,1 pontos e 53,3 pontos, respectivamente, em dezembro.

O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação, divulgado na Sondagem Industrial da CNI, atingiu 53,2 pontos em novembro (52 pontos em agosto e 51,5 pontos em novembro de 2012), ante média de 50,7 pontos no país.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul³ cresceu, na margem, 0,2 p.p., para 82,0%, no trimestre finalizado em novembro, dados dessazonalizados. O indicador variou 0,6 p.p. no período de doze meses encerrado em novembro.

As vendas de cimento no Sul mantiveram-se estáveis no quarto trimestre do ano, em relação ao terceiro, de acordo com dados dessazonalizados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). O indicador aumentou 2,0% em 2013.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas na região somou R\$471,4 bilhões em novembro, aumentando 3,6% no trimestre (com destaque para financiamentos imobiliários) e 15,4% em doze meses. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$237,7 bilhões, com altas respectivas de 5% e 18,1% nessas bases de comparação. O saldo das operações contratadas com pessoas jurídicas totalizou R\$233,7 bilhões (aumentos de 2,3% no trimestre e 12,8% em doze meses), ressaltando-se as operações com os segmentos comércio e outros produtos; comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas; e transporte rodoviário de carga.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 2,6% em novembro (2,7% em agosto), refletindo recuos respectivos de 0,2 p.p. e 0,1 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas, cujas taxas se situaram, na ordem, em 3,1% e 2%.

Os desembolsos do BNDES para o Sul totalizaram R\$25,3 bilhões nos onze primeiros meses do ano, elevando-se 81% em relação a igual período de 2012 (aumento de 50,5% no país). Do total desembolsado no Sul, cerca de 50% foi destinado às micro, pequenas e médias empresas.

2/ Situando-se acima de 50 pontos, o indicador encontra-se na área que denota confiança.

3/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fieg, Fiesc e Fiep, e pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-2 816	-4 501	7 034	5 318
Governos estaduais	-4 029	-4 091	6 858	5 093
Capitais	409	-235	19	53
Demais municípios	805	-175	157	171

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Total	75 500	-4 501	5 318	817	863	77 180
Governos estaduais	74 096	-4 091	5 093	1 002	782	75 880
Capitais	588	-235	53	-182	46	452
Demais municípios	815	-175	171	-3	36	848

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Região Sul^{1/}

Composição

Região Sul	R\$ milhões		
	2011	2012	2013
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	3 757	5 092	5 951
Renegociação ^{2/}	60 129	62 030	63 279
Dívida externa	4 432	6 446	7 101
Outras dívidas junto à União	3 324	3 531	3 609
Dívida reestruturada	271	274	291
Disponibilidades líquidas	-2 889	-1 874	-3 051
Total (A)	69 024	75 500	77 180
Brasil^{3/} (B)	491 433	541 717	558 105
(A/B) (%)	14,0	13,9	13,8

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul atingiu R\$4,5 bilhões nos nove primeiros meses do ano. O aumento de 59,9% em relação a igual período de 2012 refletiu, em especial, o crescimento de 127,6% em Santa Catarina.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$5,3 bilhões no período (R\$7 bilhões de janeiro a setembro de 2012). O *deficit* nominal do Sul somou R\$817 milhões, reduzindo-se 80,6% em relação ao mesmo período de 2012.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul atingiu R\$77,2 bilhões em setembro, elevando-se 2,2% em relação a dezembro de 2012. Destaque-se que 82% da dívida referem-se às operações de renegociação com a União. A participação do Sul no total das dívidas regionais alcançou 13,8%, recuando 0,1 p.p. em relação ao registrado no final do ano anterior.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os três segmentos subnacionais da região, considerados conjuntamente, apontam para *superavit* primário de R\$4,1 bilhões, com crescimento de 23,5% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por outro lado, alcançaram R\$8 bilhões em 2013, recuando 8,2% em relação ao valor registrado em 2012, em linha com a menor variação do IGP-DI. O endividamento líquido alcançou R\$80,6 bilhões em dezembro, segundo os dados preliminares para o mês, indicando crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. A participação do endividamento da região no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país, alcançou 13,7% em 2013, recuando 0,2 p.p. em relação ao valor registrado em 2012.

A receita de ICMS totalizou R\$52,8 bilhões nos onze primeiros meses do ano, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS) do Ministério da Fazenda, aumento real de 3,1% ante igual período de 2012, considerado o IGP-DI como deflator. Destaque para a arrecadação sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes (aproximadamente 20% da receita).

O Sul recebeu R\$14,9 bilhões de transferências da União nos dez primeiros meses de 2013, incluídos o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de outras transferências constitucionais, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Corrigidas pelo IGP-DI, as transferências foram ampliadas em 2,3% relativamente ao mesmo período de 2012.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Sul^{1/}

Região	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2012	Primário	Juros	Nominal ^{3/}	Outros ^{4/}
Sul	Dez					Dez
Paraná	14 852	74	1 450	1 523	178	16 553
Rio G.do Sul	50 650	-2 376	5 336	2 960	93	53 703
Santa Catarina	9 998	-1 841	1 168	-673	972	10 297
Total (A)	75 500	-4 144	7 954	3 810	1 243	80 553
Brasil^{5/} (B)	541 717	-20 256	60 211	39 955	4 485	586 158
(A/B) (%)	13,9	20,5	13,2	9,5	27,7	13,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhecimentos de dívidas e privatizações.

5/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	2013/2012
Grãos	67,8	55 225	73 028	32,2
Soja	30,6	17 949	30 264	68,6
Milho	18,8	22 541	26 165	16,1
Arroz (em casca)	9,7	8 967	9 295	3,7
Trigo	4,4	4 104	5 465	33,2
Feijão	3,5	902	921	2,2
Outras lavouras				
Fumo	9,2	791	836	5,7
Cana-de-açúcar	5,3	48 923	50 759	3,8
Mandioca	4,1	5 590	5 538	-0,9
Maçã	1,9	1 332	1 223	-8,2
Uva	1,7	990	940	-5,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2013		
	Mês ^{1/}	Trimestre ^{2/}	Acumulado
	(Dez)	(Out/Dez)	no ano ^{3/}
Soja	0,5	6,5	1,2
Arroz (em casca)	1,8	-1,0	9,6
Feijão	-8,9	-19,7	12,8
Milho	3,5	0,0	-12,1
Trigo	-7,6	2,3	37,5

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e SEAB/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até dezembro.

A safra de grãos do Sul atingiu 73 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE (35% da produção nacional). O acréscimo anual de 32,2% refletiu, em especial, os aumentos nas colheitas de soja, 68,6%; trigo, 33,2%; e milho, 16,1%. Dentre as demais culturas, ressaltam-se as elevações nas safras de fumo (5,7%) e cana-de-açúcar (3,8%).

A produção de grãos da região deverá recuar 1% em 2014, de acordo com o terceiro prognóstico para a safra, do IBGE. Estão projetados aumentos para as safras de feijão (28,5%), soja (6,3%) e arroz (4,9%) e decréscimos para as de milho (9,9%) e trigo (17,5%).

As cotações médias do trigo, feijão, arroz, soja e milho variaram 37,5%, 12,8%, 9,6%, 1,2% e -12,1%, respectivamente, em 2013, de acordo com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC) e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab).

A estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas em 2013, divulgada pelo Mapa, em dezembro, atinge R\$77,1 bilhões. O aumento anual real de 24,7% (deflacionado pelo IGP-DI) refletiu, em parte, as elevações no VBP dos itens soja (54,1%), trigo (57,9%) e milho (6,2%).

Os abatimentos de bovinos, suínos e aves em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF variaram, na ordem, 2,4%, -4,3% e -0,4% em 2013, em relação a 2012, de acordo com o Mapa. As cotações médias desses produtos aumentaram 6,6%, 20,5% e 10,2%, respectivamente, no período, conforme a Emater/RS, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), a Cepa/SC e a Seab. As exportações de bovinos cresceram 8,8% em 2013, e as relativas a suínos e aves recuaram, na ordem, 14,0% e 2,6%, na mesma base de comparação.

O *superavit* da balança comercial do Sul somou US\$1,1 bilhão em 2013 (*deficit* de US\$5,3 bilhões em 2012), de acordo com o MDIC. As exportações, com expansões de 17,7% no *quantum* e de 0,4% nos preços, aumentaram 18,2%, para US\$52 bilhões, e as importações, com variações de 5,5% na quantidade e -2,2% nos preços, cresceram 3,2%, para US\$50,9 bilhões.

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul

Dezembro de 2013

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	2,4	8,8	6,6
Suínos	-4,3	-14,0	20,5
Aves	-0,4	-2,6	10,2

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Tabela 5.11 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	44 016	52 021	18,2	-0,2
Básicos	20 917	23 796	13,8	-0,4
Industrializados	23 099	28 225	22,2	0,0
Semimanufaturados	3 863	3 613	-6,5	-7,6
Manufaturados ^{1/}	19 236	24 612	27,9	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.12 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	49 307	50 886	3,2	7,4
Bens de capital	9 252	10 036	8,5	6,2
Matérias-primas	25 679	25 993	1,2	6,7
Bens de consumo	8 903	9 322	4,7	4,0
Duráveis	5 177	5 202	0,5	0,0
Não duráveis	3 726	4 120	10,6	9,2
Combustíveis e lubrificantes	5 473	5 535	1,1	14,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.13 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	81,1	-5,6	102,8	41,5	92,9
Indústria de transformação	6,6	0,5	45,5	0,3	2,3
Comércio	43,2	-12,7	16,9	10,7	48,0
Serviços	28,1	11,5	34,8	26,7	33,7
Construção civil	-3,0	-4,0	11,8	1,9	-1,7
Agropecuária	7,2	0,5	-9,2	0,5	9,3
Serviços ind. de utilidade pública	-0,4	0,2	0,1	0,5	0,1
Outros ^{2/}	-0,6	-1,7	2,9	1,0	1,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Os embarques de produtos básicos (45,7% das exportações), concentrados em soja, carne de frango, fumo e milho, aumentaram 13,8% no período, e os de produtos manufaturados (47,3% do total exportado) cresceram 27,9%, destacando-se as vendas de três plataformas de perfuração/exploração a subsidiárias da Petrobrás⁴ e o aumento nas vendas de automóveis. Os embarques de semimanufaturados (6,9% do total) recuaram 6,5%, refletindo, em especial, as retrações nas vendas de açúcar de cana e óleo de soja em bruto. China, Argentina e Holanda adquiriram, em conjunto, 33,8% das vendas externas regionais no período.

As aquisições de matérias-primas e de produtos intermediários, representando 51,1% das compras externas do Sul, elevaram-se 1,2% no período, destacando-se os aumentos em partes e peças para veículos, 21,5%, e em adubos e fertilizantes, 29,7%. As importações de bens de capital e de bens de consumo (19,7% e 18,3% do total, respectivamente) expandiram-se, na ordem, 8,5% e 4,7%, com destaque para as variações nas compras de veículos de carga. As importações de combustíveis (10,9% do total) elevaram-se 1,1% no período. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 39,0% das importações do Sul no ano.

A economia do Sul gerou 92,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (81,1 mil no mesmo período de 2012), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se as vagas criadas no comércio (48 mil) e no setor de serviços (33,7 mil). Em sentido inverso, a construção civil eliminou 1,7 mil postos de trabalho no período. O nível de emprego cresceu 0,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevava 0,7%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. Destacaram-se as elevações nos segmentos serviços (1,1%) e comércio (1,2%).

A inflação no Sul, considerada a média ponderada das variações do IPCA das regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre, atingiu 1,92% no trimestre encerrado em dezembro (1,13% no terminado em setembro). A evolução do IPCA decorreu de aumentos nas variações dos preços livres, de 1,19% para 1,75%, e dos monitorados, de 0,93% para 2,51%, que refletiu, especialmente, os reajustes da gasolina.

Entre os preços livres, a aceleração nos bens comercializáveis (de 1,32% para 1,36%) refletiu, em parte, o aumento de 1,43% no grupo vestuário, enquanto o aumento de 1,07% para 2,14% na variação dos bens não

4/ Duas no Panamá e uma na Holanda.

Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2013			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	1,60	0,95	1,13	1,92
Livres	77,6	2,50	1,20	1,19	1,75
Comercializáveis	38,2	2,25	1,21	1,32	1,36
Não comercializáveis	39,4	2,75	1,19	1,07	2,14
Monitorados	22,4	-1,39	0,10	0,93	2,51
Principais itens					
Alimentação	24,4	3,33	1,36	1,19	1,97
Habitação	14,3	-2,86	1,57	2,17	2,13
Artigos de residência	4,8	2,10	2,36	2,49	1,52
Vestuário	7,3	0,36	2,99	-0,16	1,43
Transportes	19,4	1,98	-1,46	0,06	3,10
Saúde	11,3	1,51	2,87	1,42	1,10
Despesas pessoais	10,2	2,60	0,66	2,07	1,54
Educação	3,9	6,22	0,15	1,16	0,12
Comunicação	4,3	0,49	-0,02	-0,09	1,40

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

comercializáveis repercutiu a elevação de 3,09% nos gastos com alimentação fora do domicílio.

O índice de difusão atingiu 59,1% no trimestre encerrado em dezembro (58,4% naquele terminado em setembro e 59,4% em igual período de 2012).

A inflação do Sul atingiu 5,72% em 2013 (5,67% em 2012), refletindo a desaceleração dos preços monitorados, de 3,43% para 2,13%, e a aceleração dos preços livres, de 6,37% para 6,81%. A variação dos preços dos bens comercializáveis passou de 4,90% para 6,27%, e a dos não comercializáveis recuou de 7,84% para 7,33%.

O maior ritmo de expansão da atividade econômica da região em 2013 decorreu, principalmente, do acentuado crescimento da produção agrícola, com impactos positivos sobre a renda, o investimento, a demanda local e as exportações. Para 2014, as expectativas quanto ao nível de atividade devem considerar desempenho mais modesto da atividade agrícola e, por outro lado, eventual impacto da recuperação das economias desenvolvidas sobre as exportações do Sul.

Gráfico 5.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados

2002 = 100

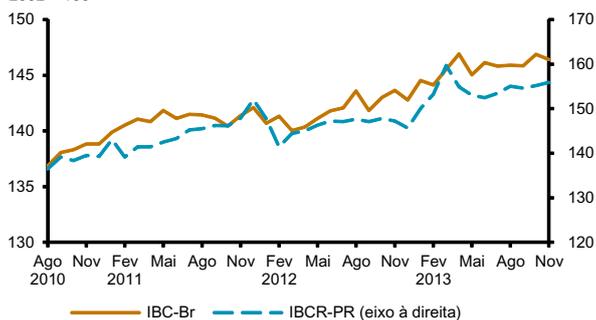
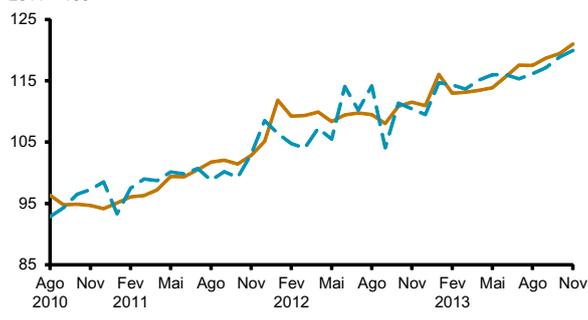


Gráfico 5.11 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2012		2013	
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}
Comércio varejista	10,0	3,2	1,2	5,7
Combustíveis e lubrificantes	8,0	4,4	4,1	10,2
Hiper e supermercados	10,2	4,0	3,4	5,4
Tecidos, vestuário e calçados	6,2	1,0	-1,1	0,6
Móveis e eletrodomésticos	7,3	10,5	-1,8	2,9
Comércio ampliado	8,5	0,6	0,8	6,1
Automóveis e motocicletas	8,6	-2,9	-2,5	6,6
Material de construção	2,9	-2,1	5,9	7,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.16 – Receita nominal de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2012	2013		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses	
Total	11,5	5,9	6,7	6,9
Serviços prestados às famílias	16,3	13,9	10,1	11,9
Serviços de informação e comunicação	8,7	5,0	7,8	6,7
Serviços profissionais e administrativos	11,5	0,1	7,8	3,5
Transportes e correio	13,4	7,4	5,1	7,7
Outros serviços	6,1	3,5	2,8	2,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Paraná

A trajetória recente da economia paranaense refletiu, em grande parte, o dinamismo na atividade varejista e na indústria. Nesse ambiente, o IBCR-PR aumentou 1,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 1,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador aumentou 4,4% em novembro (3,2% em agosto).

As vendas do comércio varejista paranaense aumentaram 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando cresceram 3,2%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,3%), combustíveis e lubrificantes (4,1%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,5%); e o recuo de 1,8% nas vendas de móveis e eletrodomésticos. As vendas do comércio ampliado, consideradas as variações nas relativas a veículos, motos, partes e peças (-2,5%) e a material de construção (5,9%), expandiram-se 0,8% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio varejista paranaense aumentaram 5,7% em novembro, em relação a igual período de 2012 (5,5% em agosto), destacando-se as expansões de 10,8% no segmento artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos e de 10,2% nas de combustíveis e lubrificantes. Incorporadas as elevações respectivas de 6,6% e de 7,0% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o comércio ampliado expandiu 6,1% no período.

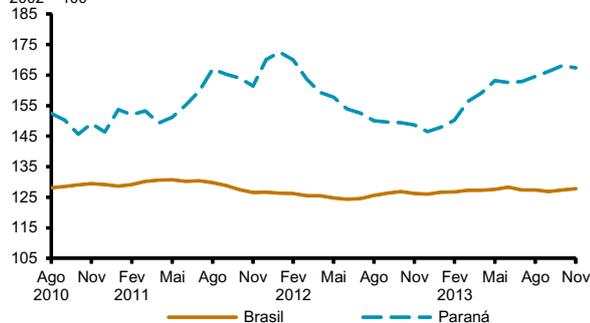
As vendas de veículos novos contraíram 5,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, e 0,1% ante igual período de 2012, de acordo com estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-PR) e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

A receita nominal do setor de serviços do Paraná cresceu 6,7% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao mesmo período do ano anterior (5,9% em agosto), de acordo com a PMS, do IBGE. Ressaltem-se as expansões nos segmentos serviços prestados às famílias, 10,1%, serviços de informação e comunicação, e serviços

profissionais e administrativos, ambos 7,8%. Considerados períodos de doze meses, o setor de serviços expandiu 6,9% em novembro (8,4% em agosto).

Gráfico 5.12 – Produção industrial – Paraná

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.17 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,9	1,7	2,6
Veículos automotores	21,9	8,0	5,7	8,9
Alimentos	19,0	-0,1	5,2	1,0
Edição e impressão	10,9	-2,1	5,6	-15,6
Máquinas e equipamentos	9,0	0,4	-2,2	12,6
Refino de petróleo e álcool	8,8	1,9	-0,5	5,0
Celulose e papel	7,3	9,5	1,3	-3,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção da indústria paranaense aumentou 1,7% no trimestre encerrado em novembro, comparativamente ao terminado em agosto, quando crescera 0,9%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, décima expansão trimestral consecutiva. Ocorreram aumentos em oito das catorze atividades pesquisadas, com destaque para madeira, 6,3%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 6,2%; veículos automotores, 5,7%; e edição, impressão e reprodução de gravações, 5,6%. Em oposição, ressaltam-se as reduções nos segmentos outros produtos químicos (13,3%) e bebidas (8,4%).

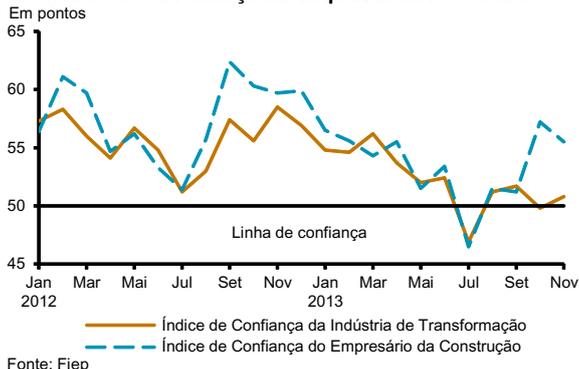
Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado expandiu 2,6% em novembro (recoo de 2,8% em agosto), destacando-se os aumentos nas produções de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 23,9% e máquinas e equipamentos, 12,6%.

As vendas reais da indústria paranaense aumentaram 0,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando cresceram 0,4%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as elevações nas vendas de artigos de borracha e plásticos, 9,4%; produtos químicos, 3,2%; fabricação e montagem de veículos automotores, 2,9%; e produtos de madeira, 2,3%. O número de horas trabalhadas e o total de pessoas empregadas na indústria expandiram 1,6% e 0,8%, respectivamente, no período. O Nuci atingiu, em média, 78,6% no trimestre encerrado em novembro (78,4% naquele finalizado em agosto).

A análise em doze meses indica que as vendas reais cresceram 0,7% em novembro, relativamente a igual período do ano anterior (0,2% em agosto), com destaque para máquinas e equipamentos, 10%, e produtos de madeira, 9,6%. A variação do nível de estoques⁵ de insumos da indústria paranaense foi estimada em 0,7 p.p. em novembro, após elevação de 0,5 p.p. em agosto.

5/ Mensurado pela diferença entre a variação acumulada nos últimos doze meses nas vendas totais da indústria e nas compras de insumos industriais, dados da Fiep.

Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná

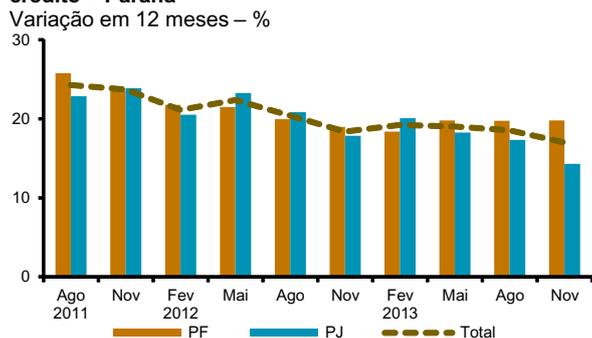


Fonte: Fiep

O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação⁶ atingiu 50,8 pontos em novembro (51,2 pontos em agosto), mantendo-se na área de otimismo pelo quarto mês consecutivo. Houve deterioração no componente relacionado às expectativas e melhora naquele que avalia as condições econômicas atuais. O Índice de Confiança do Empresário da Construção atingiu 55,5 pontos em novembro (51,5 pontos em agosto). De acordo com a Pesquisa de Sondagem Industrial, da Fiep, 76,5% dos empresários industriais paranaenses estão otimistas em relação a 2014 e dispostos a investir (média de 79,5% de 2009 a 2013).

Foram emitidos 18,1 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, pela Prefeitura Municipal de Curitiba no último trimestre de 2013 (aumentos respectivos de 53,8% e 59,1% em relação ao trimestre encerrado em setembro e a igual período de 2012). A Prefeitura concedeu 12,7 mil alvarás de construção imobiliária, elevações respectivas de 81,4% e 403,8%, nas mesmas bases de comparação, sinalizando aceleração da atividade. No mesmo sentido, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), foram lançadas 2,1 mil unidades residenciais em Curitiba no trimestre encerrado em novembro (aumentos de 44,3% em relação ao trimestre terminado em agosto e de 30,5% em relação ao mesmo período de 2012) e o Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba (IVV-Curitiba) atingiu média de 10,2% no período (aumentos respectivos de 2,6% e 2,4% nas mesmas bases de comparação).

Gráfico 5.14 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$177,2 bilhões em novembro, elevando-se 3,6% no trimestre e 17% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$89,1 bilhões, aumentando 5% e 19,8%, respectivamente, com ênfase nas modalidades financiamentos imobiliários e financiamentos rurais e agroindustriais. A carteira relativa a pessoas jurídicas atingiu R\$88 bilhões, crescendo 2,2% no trimestre e 14,3% em doze meses, ressaltando-se as contratações das atividades comércio atacadista e comércio de outros produtos.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,58% em novembro, recuando 0,07 p.p. no trimestre e 0,6 p.p. em doze meses. A evolução trimestral resultou de redução de 0,18 p.p. no segmento de pessoas físicas e de

6/ O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação – Paraná (ICET-PR), e o Índice de Confiança do Empresário da Construção – Paraná (ICEC-PR), elaborados pela Fiep, são compostos pelo Índice de Condições Atuais (peso 1) e pelo Índice de Expectativas (peso 2). Os dois indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do Paraná	-903	-708	1 326	975
Governo estadual	-1 283	-453	1 224	846
Capital	-39	-151	4	13
Demais municípios	420	-104	97	117

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal			2013
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Outros ^{4/}	Set
Estado do Paraná	14 852	-708	975	267	113	15 232
Governo estadual	14 317	-453	846	393	77	14 786
Capital	187	-151	13	-138	32	80
Demais municípios	348	-104	117	13	4	365

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2012	2013	
Grãos ^{3/}	75,5	30 896	36 569	18,4
Soja	35,3	10 924	15 921	45,7
Milho	26,7	16 516	17 489	5,9
Feijão	5,4	700	691	-1,4
Trigo	4,7	2 099	1 875	-10,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,7	47 941	49 629	3,5
Mandioca	3,9	3 869	3 866	-0,1
Fumo	3,3	157	161	2,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

aumento de 0,02 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, cujas taxas situaram-se, na ordem, em 3,07% e 2,1%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná somou R\$708 milhões nos nove primeiros meses de 2013. A redução de 21,5% em relação a igual período de 2012 decorreu de recuo de 64,7% no *superavit* na esfera estadual; aumento de 287,1% no *superavit* na capital; e reversão, de *deficit* de R\$420 milhões para *superavit* de R\$104 milhões, no âmbito dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$975 milhões. O recuo de 26,4% em relação ao resultado dos nove primeiros meses de 2012 refletiu, em especial, o impacto da redução, de 7,5% para 3,9%, na variação do IGP-DI, principal indexador das dívidas de estados e municípios, no período. O resultado nominal foi deficitário em R\$267 milhões, recuando 36,8% na mesma base de comparação.

A dívida líquida atingiu R\$15,2 bilhões em setembro de 2013, aumento de 2,6% em relação a dezembro de 2012, destacando-se a redução de 56,9% da dívida da capital.

Informações preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios do Paraná, considerados conjuntamente, indicam *deficit* primário de R\$74 milhões no ano, comparativamente a *superavit* de R\$1 bilhão registrado em 2012. Os juros nominais alcançaram R\$1,4 bilhão em 2013, reduzindo-se 10,2% em relação ao ano anterior. O endividamento líquido, ainda segundo os dados preliminares, alcançou R\$16,6 bilhões em dezembro, crescendo 11,5% em relação a 2012.

A safra de grãos do Paraná totalizou 36,6 milhões de toneladas em 2013 (19,4% da produção do país), de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. A expansão anual de 18,4% refletiu aumentos nas colheitas de soja, 45,7%, com ampliação de 6,7% na área cultivada e de 36,5% no rendimento médio, e de milho, 5,9%; e recuos nas safras de trigo, 10,6%, severamente afetada por condições climáticas adversas, e de feijão, 1,4%.

A produção de soja para 2014 está estimada em 16,5 milhões de toneladas (crescimento anual de 4%), de acordo com relatório de dezembro da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral). Estão previstos, ainda, aumentos respectivos de 32% e 53% para a primeira e a segunda safras de feijão, e recuo de 21%

e estabilidade para a primeira e segunda safras de milho, respectivamente.

O quarto levantamento do Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2013/2014 da Conab, divulgado em janeiro, indica que a safra de grãos do Paraná deverá recuar 2,8% em 2014, resultado de declínio de 8,7% na safra de milho, parcialmente compensado pelos aumentos respectivos de 4,6% e 27,7% nas safras de soja e de feijão.

O VBP do estado⁷ cresceu 23,0% em 2013, resultado, em especial, da recuperação da produção e da manutenção das cotações da soja em patamar elevado, além do bom desempenho das culturas de trigo, feijão e mandioca.

Os abates de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, cresceram 3,0%, 2,0% e 8,3%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2013, em relação a igual período do ano anterior, representando, na ordem, 31,1%, 21,2% e 3,9% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores paranaenses de bovinos, suínos e aves aumentaram 6,8%, 23% e 13,6%, respectivamente, em 2013, em relação ao ano anterior, de acordo com a Seab/PR.

O *deficit* da balança comercial do estado atingiu US\$1,1 bilhão em 2013 (US\$1,7 bilhão em 2012), resultado de elevação de 3,0% nas exportações e redução de 0,2% nas importações, que somaram, na ordem, US\$18,2 bilhões e US\$19,3 bilhões.

O desempenho das exportações, resultado de expansões de 0,5% no *quantum* e de 2,4% nos preços, foi condicionado, em especial, pela elevação de 8,5% nos embarques de produtos básicos, destacando-se os aumentos nos itens soja, 19,7%, e farelo e resíduos da extração de soja, 15,0%. As exportações de manufaturados recuaram 0,1%, e as de semimanufaturados decresceram 7,7%, ressaltando-se a diminuição de 16,6% nas de açúcar de cana em bruto. As exportações para a China, Argentina, Holanda e EUA representaram, em conjunto, 41,6% das exportações paranaenses, no período.

O recuo das importações evidenciou as variações de -1,7% nos preços e de 1,4% no *quantum*. Destacaram-se, no período, as expansões de 11,3% nas aquisições de matérias-primas (partes e peças para veículos, 9,9%, e adubos ou fertilizantes, 48,3%) e de 2,5% nas de bens de capital (computadores, 17,0%). As compras de bens duráveis

Gráfico 5.15 – Abates de animais – Paraná

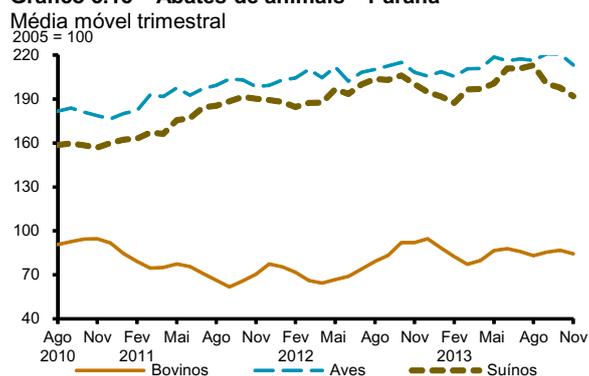


Tabela 5.21 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	17 710	18 239	3,0	-0,2
Básicos	8 357	9 068	8,5	-0,4
Industrializados	9 353	9 171	-1,9	0,0
Semimanufaturados	2 275	2 099	-7,7	-7,6
Manufaturados ^{1/}	7 078	7 071	-0,1	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.22 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	19 388	19 344	-0,2	7,4
Bens de capital	4 004	4 105	2,5	6,2
Matérias-primas	9 362	10 422	11,3	6,7
Bens de consumo	3 387	3 076	-9,2	4,0
Duráveis	2 321	2 089	-10,0	0,0
Não duráveis	1 066	987	-7,4	9,2
Combustíveis e lubrificantes	2 635	1 741	-33,9	14,7

Fonte: MDIC/Secex

7/ Estimado a partir do LSPA de dezembro e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores em 2013, comparativamente a 2012, divulgados pela Seab/Deral.

decreceram 10,0% (automóveis de passageiros, -15,6%) e as de combustíveis e lubrificantes recuaram 33,9% (petróleo em bruto, -28,0%). As importações provenientes da China, Argentina, EUA e Alemanha corresponderam a 42,5% das aquisições externas do estado, no período.

Tabela 5.23 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012	2013			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	22,0	-16,3	46,1	19,3	29,1
Indústria de transformação	2,4	-5,9	15,0	2,3	3,4
Comércio	15,2	-4,5	8,6	5,7	16,2
Serviços	7,0	1,6	13,0	10,1	11,6
Construção civil	-2,0	-2,9	4,9	-0,6	-2,1
Agropecuária	-0,7	-4,5	4,3	1,0	-0,7
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	-0,2	0,1	0,4	0,0
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,3	0,4	0,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2012	2013		
		Ano	III Tri	VI Tri	Ano
IPCA	100,0	5,73	1,13	2,00	5,67
Livres	78,4	6,32	1,21	1,77	6,61
Comercializáveis	38,1	4,82	1,53	1,87	6,36
Não comercializáveis	40,3	7,75	0,91	1,68	6,82
Monitorados	21,6	3,79	0,86	2,85	2,42
Principais itens					
Alimentação	23,3	9,29	0,42	1,45	6,74
Habitação	15,4	6,71	2,20	1,32	3,40
Artigos de residência	4,7	0,13	3,16	2,56	12,10
Vestuário	7,7	8,04	0,83	1,72	6,74
Transportes	20,4	0,31	0,29	4,59	3,59
Saúde	11,3	5,55	1,48	0,72	7,12
Despesas pessoais	9,8	11,68	2,41	1,55	6,92
Educação	3,3	6,62	1,19	0,24	8,05
Comunicação	4,1	0,92	-0,29	1,13	1,42

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

O mercado de trabalho do Paraná criou 29,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (22 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE. Ressaltem-se as vagas geradas no comércio, 16,2 mil; no setor de serviços, 11,6 mil, especialmente em serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção, 4,3 mil, e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnico-profissionais, 4,1 mil; e na indústria de transformação, 3,4 mil. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram gerados 8,6 mil postos de trabalho no trimestre, dos quais 5,2 mil no comércio, 4,5 mil no setor de serviços, e 1,2 mil na indústria de transformação.

O IPCA da RMC variou 2,00% no trimestre encerrado em dezembro (1,13% no finalizado em setembro), resultado de aumentos nas variações dos preços livres, de 1,21% para 1,77%, e dos monitorados, de 0,86% para 2,85%. Nesse grupo, destacaram-se os aumentos nos itens gasolina (12,18%), responsável por 0,50 p.p. da variação trimestral do indicador, ônibus interestadual (6,01%) e plano de saúde (2,21%).

A trajetória dos preços livres refletiu os aumentos, de 1,53% para 1,87%, na variação dos preços dos bens comercializáveis (etanol, 12,72%; alcatra, 12,16%; e automóvel novo, 1,66%) e de 0,91% para 1,68%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis (passagem aérea, 19,79%; refeição, 3,41%; e empregado doméstico, 2,59%). O índice de difusão atingiu média de 54,6% no trimestre encerrado em dezembro (54,9% no trimestre finalizado em setembro).

O IPCA da RMC variou 5,67% em 2013 (5,73% em 2012), resultado de aceleração nos preços livres, de 6,32% para 6,61%, e de desaceleração nos monitorados, de 3,79% para 2,42%. A elevação nos preços de serviços atingiu 7,72% (9,66% em 2012), destacando-se os aumentos nos itens refeição, empregado doméstico, aluguel residencial e lanche.

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres seguem positivas, ancoradas nas projeções para os resultados do setor primário e nos impactos esperados, sobre o mercado de trabalho e o comércio varejista, dos investimentos industriais e governamentais programados no estado.

Rio Grande do Sul

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Setembro de 2013

Discriminação	III trim. 2013/III trim. 2013 ^{1/}	Var. %	
		Acum. ano	
PIB	-1,6	6,6	
Impostos	-1,0	4,6	
VAB	-1,8	6,9	
Agropecuária	-5,6	48,0	
Indústria	0,0	2,9	
Serviços	1,0	3,1	

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.16 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

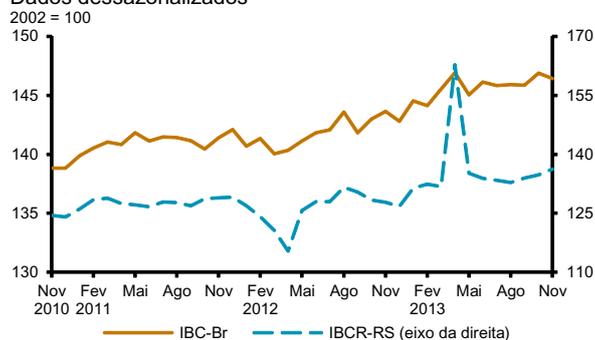
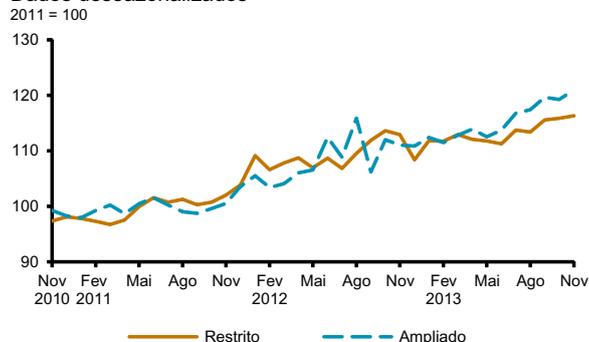


Gráfico 5.17 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2012	2013		
		Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}
Comércio varejista	9,0	0,5	2,8	3,5
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	4,2	-1,7	8,9
Hiper e supermercados	14,0	0,0	6,6	-0,1
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	-12,4	6,0	8,4
Comércio varejista ampliado	8,8	2,6	3,4	6,2
Automóveis e motocicletas	7,1	4,0	3,3	8,2
Material de construção	12,9	7,4	3,0	14,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Rio Grande do Sul recuou 1,6% na margem, no terceiro trimestre de 2013, após expandir 6,4% no trimestre anterior, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Esse resultado refletiu o recuo de 5,6% da agropecuária, provocado, sobretudo, pela elevada base estatística, a estabilidade da indústria e o crescimento de 1% do setor de serviços. A expansão do PIB gaúcho nos três primeiros trimestres do ano, estimada em 6,6%, reflete, em especial, o crescimento de 48% da agropecuária, destacando-se os aumentos nas produções de soja e milho.

A economia do estado manteve desempenho favorável nos meses mais recentes, sustentada pelo comércio varejista e pela produção industrial. Nesse sentido, o IBCR-RS aumentou 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 6,9%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. O indicador cresceu 7,6% no período de doze meses até novembro.

As vendas do varejo aumentaram 2,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando expandiram 0,5% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as elevações nos segmentos hipermercados e supermercados (6,6%), tecidos, vestuário e calçados (6%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,7%). Incorporadas as variações nas vendas de material de construção (3,0%) e de veículos (3,3%), o comércio ampliado cresceu 3,4% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista cresceu 3,5% em novembro (5,6% em agosto), ressaltando-se o aumento de 8,9% no segmento combustíveis e lubrificantes. O comércio ampliado, evidenciando as variações nas vendas de material de construção (14,3%) e de automóveis (8,2%), cresceu 6,2% no período (6,4% em agosto).

As vendas de automóveis e veículos comerciais leves no Rio Grande do Sul totalizaram, segundo a Fenabreve, 71,8 mil unidades no trimestre encerrado em dezembro (aumentos respectivos de 12% e 8,8% em relação aos trimestres terminados em setembro de 2013 e em dezembro de 2012). A evolução na margem constituiu o terceiro aumento trimestral sucessivo, favorecido pelo crescimento da atividade da economia gaúcha e pelo estímulo da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Tabela 5.27 – Receita nominal de serviços – RS

Segmentos	Var. %			
	2012		2013	
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	8,7	4,3	5,7	5,1
Serviços prestados às famílias	11,1	6,5	12,1	7,9
Serviços de informação e comunicação	8,1	6,7	4,8	4,9
Serviços profissionais e administrativos	9,2	-11,4	-5,5	-5,5
Transportes e correios	8,8	10,5	12,3	11,7
Outros serviços	7,7	17,4	13,2	10,6

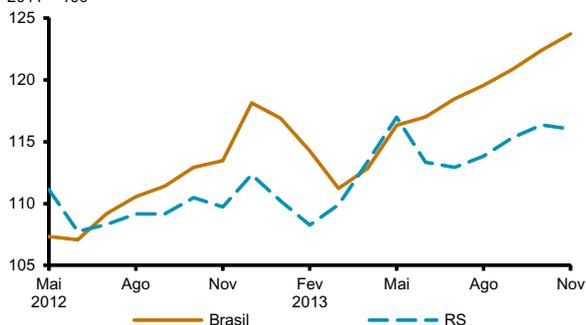
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.18 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.19 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul

Em pontos

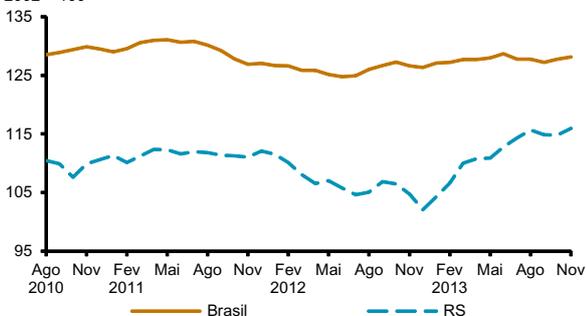


Fontes: Fiergs e Fecomércio

Gráfico 5.20 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

A receita nominal do setor de serviços do estado cresceu 5,7% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2012 (4,3% em agosto), ante expansão de 9,0% no país, segundo a PMS do IBGE. Destacaram-se os aumentos nos segmentos outros serviços (13,2%) e transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios (12,3%). O indicador cresceu 5,1% no período de doze meses finalizado em novembro, reflexo de expansões em todos os segmentos, exceto serviços profissionais, administrativos e complementares (-5,5%).

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado para Porto Alegre pela CNC e divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), atingiu 125,6 pontos em dezembro (118 pontos em setembro e 136,7 pontos em dezembro de 2012), mantendo-se na zona de otimismo.

A parcela de famílias endividadas⁸ atingiu 54,4% em dezembro (68,4% em setembro e 57,6% em dezembro de 2012), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da CNC.

O Icec, divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 125,3 pontos em dezembro (115,5 pontos em setembro e 124,5 pontos em dezembro de 2012). A evolução no trimestre decorreu de aumentos respectivos de 17,9 pontos e 3,9 pontos nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas para os próximos seis meses.

O Índice de Confiança dos Pequenos Negócios (ICPN)⁹, medido mensalmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em quatro setores (indústria, comércio, serviços e construção), atingiu 116 pontos em dezembro (122 pontos no mês anterior e 111 pontos em dezembro de 2012). A evolução mensal decorreu de elevação de 6 pontos no Indicador da Situação Atual e recuo de 17 pontos no Indicador da Situação Esperada.

A produção da indústria gaúcha cresceu 0,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando expandira 3,9%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas atividades celulose, papel e produtos de papel (6,0%), veículos

8/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

9/ O ICPN é medido em uma escala que varia de 0 a 200. Acima de 100, o indicador aponta tendência de expansão das atividades, enquanto abaixo desse patamar sugere possível retração.

Tabela 5.28 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

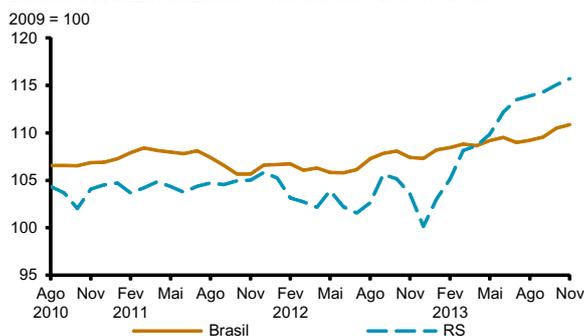
Setores	Pesos ^{1/} 2013	Variação % no período		
		2013		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	3,9	0,3	4,8
Alimentos	15,5	-4,4	-1,0	-2,8
Máquinas e equipamentos	13,7	6,2	2,6	8,5
Refino de petróleo e álcool	11,5	8,2	-8,0	26,1
Outros produtos químicos	11,5	1,1	1,6	-2,2
Veículos automotores	9,9	5,3	5,0	15,6
Calçados e artigos de couro	7,1	-0,8	-4,0	-4,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de novembro.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.21 – Produtividade da indústria
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 5.29 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2013		
	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
IDI	1,1	0,7	4,3
Compras industriais	2,0	1,6	11,5
Faturamento	4,0	2,0	9,2
Emprego industrial	0,6	0,2	0,7
Horas trabalhadas	0,1	0,3	1,0
Nuci ^{1/}	82,9	83,1	82,7

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

10/ Valores superiores a 50 pontos indicam estoques acima do planejado.

11/ Corresponde à relação entre as vendas e as ofertas de imóveis novos.

automotores (5,0%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (2,5%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria do estado cresceu 4,8% em novembro (0,8% até agosto), com destaque para os aumentos nos segmentos refino de petróleo e álcool (26,1%), veículos automotores (15,6%) e borracha e plástico (10,3%) e para os recuos nas produções de calçados e artigos de couro (4,2%) e celulose, papel e produtos de papel (5,2%).

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) aumentou, na margem, 0,7% no trimestre encerrado em novembro (1,1% em agosto), de acordo com dados dessazonalizados da Fiergs, destacando-se as elevações do faturamento, 2%, e das compras industriais, 1,6%. O IDI cresceu 4,3% no intervalo de doze meses até novembro, refletindo, em parte, elevações das compras industriais, 11,5%, e do faturamento, 9,2%.

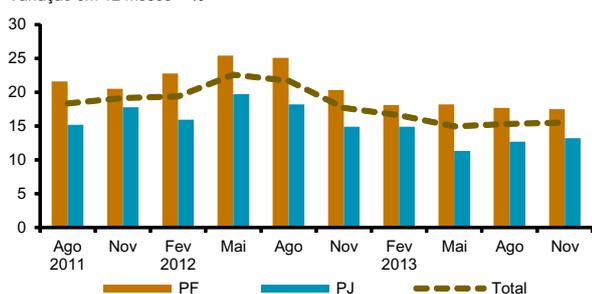
A produtividade da mão de obra da indústria gaúcha, definida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas, divulgados pelo IBGE, cresceu, na margem, 1,6% no trimestre encerrado em novembro (3,7% no trimestre terminado em agosto), dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador variou 7,7% em novembro (4,3% em agosto).

O Ipei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), atingiu 52,1 pontos em dezembro (53,0 pontos em setembro e 55,9 pontos em dezembro de 2012), mantendo-se na área de confiança (acima de 50 pontos). Os componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas para os próximos seis meses totalizaram 46,9 pontos e 54,8 pontos, respectivamente.

O indicador da percepção do nível de estoques de produtos finais da indústria gaúcha situou-se em 53,8 pontos em novembro (52,7 pontos em igual mês de 2012), acima do nível planejado¹⁰, conforme Sondagem Industrial da Fiergs.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre¹¹ atingiu 4,9% em novembro (12,7% em agosto e 8,4% em igual mês de 2012), segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre realizada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS). O total de imóveis novos comercializados no trimestre encerrado em novembro recuou 39,9% e 29,5%, respectivamente, em relação aos trimestres finalizados em agosto e em novembro de 2012.

Gráfico 5.22 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado atingiu R\$172,1 bilhões em novembro, elevando-se 4% no trimestre e 15,5% em doze meses. As operações com pessoas físicas totalizaram R\$93,8 bilhões, crescendo 5,2% e 17,5%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, ressaltando-se, no trimestre, a evolução dos financiamentos imobiliários (SFH) e dos financiamentos rurais e agroindustriais. A carteira das pessoas jurídicas somou R\$78,2 bilhões, elevando-se 2,5% no trimestre e 13,2% em doze meses, com destaque para as contratações do comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas, do comércio de outros produtos e da indústria de máquinas e equipamentos.

A inadimplência destas operações de crédito atingiu 2,7% em novembro. A estabilidade em relação a agosto decorreu de variações respectivas de -0,2 p.p. e 0,1 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos quais a taxa situou-se, na ordem, em 2,9% e 2,3%.

Tabela 5.30 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2012	2013	2012	2013
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do R. G. do Sul	-1 066	-1 865	4 530	3 541
Governo estadual	-1 827	-1 877	4 502	3 494
Capital	456	-7	8	27
Demais municípios	305	19	21	20

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.31 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2012	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
Est. R. G. do Sul	50 650	-1 865	3 541	1 676	-98	52 228
Governo estadual	50 203	-1 877	3 494	1 617	-130	51 690
Capital	181	-7	27	21	10	212
Demais municípios	265	19	20	38	22	326

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul totalizou R\$1,9 bilhão nos nove primeiros meses do ano. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$3,5 bilhões e o *deficit* nominal somou R\$1,7 bilhão (R\$3,5 bilhões em igual período de 2012).

A dívida líquida totalizou R\$52,2 bilhões em setembro, aumentando 3,1% em relação a dezembro de 2012.

Dados preliminares até dezembro de 2013 para os governos estadual, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul, considerados conjuntamente, apontam *superavit* primário de R\$2,4 bilhões no ano, crescimento de 167,9% em relação ao registrado em 2012. Os juros nominais alcançaram R\$5,3 bilhões em 2013, reduzindo-se 4,5% em relação ao ano anterior. O endividamento líquido alcançou R\$53,7 bilhões em dezembro, segundo os dados preliminares, crescendo 6% em relação a 2012.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$23,5 bilhões em 2013, segundo o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, elevando-se, em termos reais¹², 4,2% em relação a 2012. De acordo com a STN, as transferências da União totalizaram R\$5,7 bilhões nos dez primeiros meses de 2013, acréscimo real de 2,1% em relação a igual período do ano anterior.

12/ Considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 5.32 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

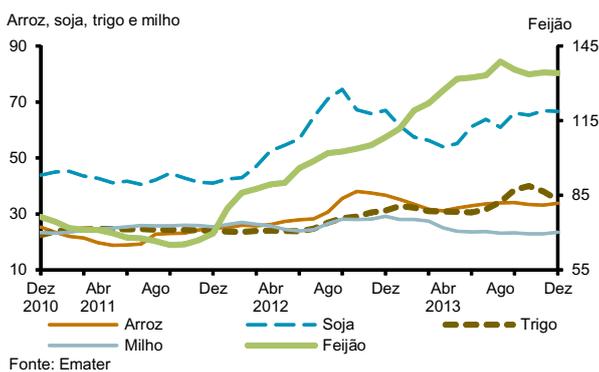
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2013/2012
		2012	2013	
Grãos	67,0	19.105	30.239	58,3
Soja	29,6	5.945	12.757	114,6
Arroz	22,9	7.692	8.098	5,3
Milho	7,7	3.155	5.350	69,6
Trigo	5,1	1.866	3.352	79,6
Feijão	0,8	86	94	10,3
Outras lavouras				
Fumo	12,8	397	431	8,6
Mandioca	4,9	1.191	1.166	-2,1
Uva	3,4	840	808	-3,8
Maçã	2,6	621	643	3,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2012.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2013.

Gráfico 5.23 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

Tabela 5.33 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Dezembro de 2013

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	-0,3	-0,2	3,9
Suínos	2,2	-7,2	16,3
Aves ^{2/}	1,8	-2,8	15,9
Leite ^{3/}	-6,0	-	14,2

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até setembro.

A safra de grãos do estado totalizou 30,2 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE (16,3% da produção nacional). O acréscimo anual de 58,3% refletiu, principalmente, os aumentos nas colheitas de soja (114,6%), milho (69,6%) e trigo (79,6%), cuja produção recorde refletiu elevações de 7% da área plantada e de 63% do rendimento médio. Dentre as demais culturas, ressaltam-se os aumentos nas produções de fumo (8,6%) e de maçã (3,6%).

As cotações médias do feijão, trigo, arroz, soja e milho variaram, na ordem, 35,2%, 29,3%, 9,2%, 4,1% e -7,1% em 2013, de acordo com a Emater/RS. Na margem, essas cotações variaram, respectivamente, -1,3%, 8,1%, -1,2%, 4,2% e -1,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro.

O VBP dos principais produtos agrícolas do estado deverá somar R\$32,2 bilhões em 2013, de acordo com estimativa de dezembro do Mapa. O aumento anual de 45,5% reflete, em especial, as elevações nos VBPs dos itens trigo, 172,7%; soja, 100,7%; e milho, 65,8%.

A safra de grãos do estado deverá aumentar 8,4% em 2014, de acordo com acompanhamento da Conab realizado em novembro, resultado de elevações de 5,8% na área plantada e de 2,3% na produtividade. Adicionalmente, o terceiro prognóstico do IBGE projeta variações anuais respectivas de 9,4%, 4,6% e 20,5% para as safras de soja, arroz e milho primeira safra.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 1,8%, 2,2% e 0,6%, respectivamente, em 2013, em relação a 2012, representando, na ordem, 14,6%, 23,1% e 2,8% dos abates realizados no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os preços médios recebidos pelos produtores de aves, suínos e bovinos no estado aumentaram, na ordem, 15,9%, 16,3% e 3,9%, de acordo com a Emater/RS e o Iepe/UFRGS. As quantidades exportadas desses itens decresceram, na ordem, 2,8%, 7,2% e 0,2%, no período, de acordo com o MDIC.

A produção gaúcha de leite (14,7% do total nacional) recuou 6% de janeiro a setembro de 2013, em relação a igual período de 2012, de acordo com o IBGE. A redução no volume ofertado decorreu, em parte, da escassez de alimento para os animais e da identificação de adulterações de leite em indústrias do estado pelo Ministério Público. Em cenário de menor oferta e maior demanda por produtos lácteos, o

Tabela 5.34 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	17 386	25 094	44,3	-0,2
Básicos	8 447	10 771	27,5	-0,4
Industrializados	8 939	14 323	60,2	0,0
Semimanufaturados	1 342	1 292	-3,7	-7,6
Manufaturados ^{1/}	7 597	13 031	71,5	2,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.35 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-dezembro

Discriminação	Valor (US\$milhões)		
	2012	2013	Var. %
Agricultura e pecuária	2 696	5 105	89,4
Indústria de transformação ^{1/}	14 115	19 284	36,6
Alimentos e bebidas	4 411	4 103	-7,0
Fumo	2 204	2 295	4,1
Produtos químicos	2 045	2 245	9,8
Outros equipamentos de transporte ^{2/}	5	4 783	95 560,0
Máquinas e equipamentos	1 628	1 557	-4,4
Veículos	914	1 125	23,1
Calçados e couros	881	991	12,5
Borracha e plástico	307	367	19,5
Móveis e indústrias diversas	311	331	6,4
Produtos de metal	330	286	-13,3
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	118	225	90,7
Metalurgia	93	169	81,7
Celulose, papel e produtos de papel	175	181	3,4
Máquinas de escritório e informática	150	137	-8,7
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	122	124	1,6
Madeira	145	131	-9,7

Fonte: Mdic/Secex

1/ Itens selecionados.

2/ Inclui plataforma de exploração/perfuração.

Tabela 5.36 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2012	2013	Var. %	Var. %
Total	15 370	16 763	9,1	7,4
Bens de capital	2 897	3 501	20,8	6,2
Matérias-primas	7 479	7 254	-3,0	6,7
Bens de consumo	2 198	2 240	1,9	4,0
Duráveis	1 765	1 753	-0,7	0,0
Não duráveis	433	487	12,3	9,2
Combustíveis e lubrificantes	2 796	3 768	34,8	14,7

Fonte: MDIC/Secex

preço do leite aumentou 14,2% em 2013 em relação a 2012, segundo a Emater/RS.

O *superavit* da balança comercial do estado atingiu US\$8,3 bilhões em 2013 (US\$2 bilhões em 2012), de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$25,1 bilhões e as importações, US\$16,8 bilhões, elevando-se 44,3% e 9,1%, respectivamente.

A trajetória das vendas externas, decorrente de crescimentos de 0,7% nos preços e de 43,3% no *quantum*, refletiu, especialmente, o aumento de 27,5% nos embarques de produtos básicos (42,9% da pauta), com destaque para as elevações nos itens soja, 73,5%, e milho, 660,3%. As exportações de produtos manufaturados (51,9% do total) aumentaram 71,5%, impactadas pela venda de três plataformas de perfuração/exploração às subsidiárias da Petrobrás; e as de semimanufaturados recuaram 3,7%, com ênfase nas reduções nos itens óleo de soja em bruto, borrachas e madeira. As exportações gaúchas direcionadas para a China (aumento de 59,1%), Panamá e Holanda representaram, em conjunto, 39,7% das vendas externas do estado no período.

A evolução das importações, decorrente de variações de 12,9% no *quantum* e de -3,4% nos preços, evidenciou, em especial, as elevações respectivas de 34,8% e 20,8% nas compras de combustíveis (22,5% da pauta) e de bens de capital (20,9% do total), com destaque para veículos de carga. As aquisições de bens de consumo cresceram 1,9%, enquanto as de bens intermediários caíram 3%. As compras originárias da Argentina, Nigéria e EUA representaram, em conjunto, 40,9% das importações no ano.

A economia gaúcha gerou 30,8 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (35,2 mil em igual período de 2012), de acordo com o Caged/MTE. Destacaram-se as contratações do comércio, 18,1 mil (14,8 mil em igual período de 2012); do setor de serviços, 9,6 mil; e da agropecuária, 5,6 mil. Em sentido oposto, houve eliminação de 3,3 mil empregos formais na indústria de transformação, especialmente nas indústrias de borracha, fumo e couro, de material de transporte e de calçados. O nível de emprego formal aumentou 0,7% no trimestre encerrado em novembro, considerados dados dessazonalizados, destacando-se as elevações no comércio, 1,3%, e no setor de serviços, 0,9%.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 3% no trimestre encerrado em novembro (3,7% em igual período de 2012), de acordo com a

Tabela 5.37 – Evolução do emprego formal**Rio Grande do Sul**

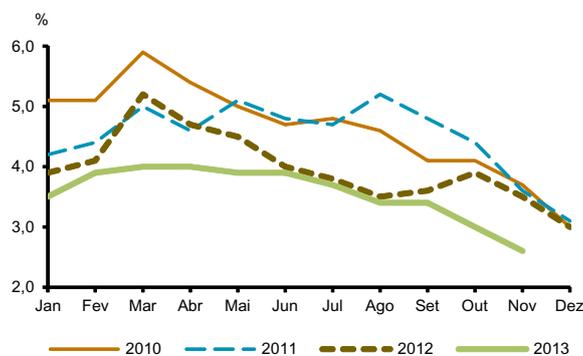
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	35,2	8,0	36,1	6,6	30,8
Indústria de transformação	2,9	4,5	17,5	-4,4	-3,3
Comércio	14,8	-4,1	5,4	2,7	18,1
Serviços	12,6	6,3	15,0	7,6	9,6
Construção civil	0,5	-0,3	3,3	0,8	0,8
Agropecuária	4,9	1,6	-6,1	-0,6	5,6
Serviços ind. de utilidade pública	-0,4	0,3	0,1	0,2	-0,1
Outros ^{2/}	-0,1	-0,4	0,8	0,2	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.24 – Taxa de desocupação – RMPA

Fonte: IBGE

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2013			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	1,70	0,99	1,13	1,84
Livres	76,9	2,66	1,26	1,16	1,79
Comercializáveis	38,3	2,35	1,68	1,14	0,93
Não comercializáveis	38,6	2,97	0,85	1,19	2,65
Monitorados	23,1	-1,38	0,11	1,03	2,01
Principais itens					
Alimentação	25,5	3,76	0,93	1,91	2,45
Habitação	13,4	-3,55	1,15	2,13	2,90
Artigos de residência	4,9	0,73	2,42	1,86	0,57
Vestuário	7,0	-1,03	3,75	-1,08	1,18
Transportes	18,5	2,60	-0,46	-0,14	1,72
Saúde	11,3	1,66	2,36	1,36	1,47
Despesas pessoais	10,5	3,21	0,48	1,75	1,51
Educação	4,4	5,91	0,30	1,14	0,01
Comunicação	4,4	0,52	-0,13	0,10	1,65

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2013.

PME do IBGE. O recuo interanual decorreu de elevações de 1% na população ocupada e de 0,4% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 3,2% (3,6% no trimestre finalizado em agosto). O rendimento médio real habitual e a massa salarial real aumentaram 0,4% e 1,1%, respectivamente, no trimestre encerrado em novembro.

O salário mínimo regional foi reajustado em 12,7%, determinando que as cinco faixas salariais de grupamentos de trabalhadores sem acordo coletivo oscilem de R\$868,00 a R\$1.100,00, a partir de 1º de fevereiro de 2014. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) do Rio Grande do Sul, 1,2 milhão de trabalhadores serão beneficiados com o reajuste.

O IPCA da RMPA variou 1,84% no quarto trimestre do ano (1,13% no terceiro), reflexo de acelerações nos preços livres, de 1,16% para 1,79%, e nos monitorados, de 1,03% para 2,01%. Neste segmento, destacaram-se os reajustes nos itens energia elétrica residencial, 7,23%, e gasolina, 4,03%.

O comportamento dos preços livres evidenciou o aumento na variação dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,19% para 2,65%, impactado pelas expansões nos itens frutas e alimentação fora do domicílio; e desaceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 1,14% para 0,93%, favorecida pela menor variação dos preços dos alimentos.

O índice de difusão atingiu 57,3% no trimestre encerrado em dezembro (53,7% no finalizado em setembro e 56,7% no terminado em dezembro de 2012).

A variação do IPCA da RMPA atingiu 5,79% no ano (5,56% em 2012). Os preços monitorados desaceleraram, de 2,87% para 1,75%, e os preços livres aceleraram, de 6,47% para 7,05%, reflexo de aumento, de 4,87% para 6,24%, na variação dos preços dos bens comercializáveis, e de recuo, de 8,11% para 7,87%, na dos não comercializáveis.

A atividade econômica no estado deverá ser estimulada, no decorrer do ano, pelos investimentos anunciados e em curso, com destaque para o fortalecimento do polo naval e para a ampliação do parque industrial, principalmente, nas atividades de máquinas e equipamentos e produção de etanol. No mesmo sentido, deverão contribuir os impactos do aumento da renda agrícola, ocorrido em 2013, sobre o consumo e a cadeia produtiva.

6

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	0,2	0,7	1,4	0,1	0,3
Norte	0,1	1,0	-1,7	2,9	0,5
Nordeste	0,9	2,1	0,6	0,3	-0,3
Sudeste	-0,7	1,5	-0,3	0,0	0,7
Sul	-0,4	1,3	6,1	-3,0	0,5
Centro-Oeste	-0,8	1,1	0,9	0,2	0,9

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Comércio varejista					
Brasil	1,1	0,1	0,6	2,4	2,2
Norte	0,3	0,3	2,3	1,3	2,3
Nordeste	1,0	-0,2	1,4	2,9	2,4
Sudeste	0,8	-0,2	0,1	3,0	2,2
Sul	2,0	0,3	0,2	2,2	2,2
Centro-Oeste	1,2	-0,7	1,6	3,4	1,9
Comércio ampliado					
Brasil	-3,3	2,0	0,6	1,0	1,5
Norte	-1,1	0,7	1,4	-1,5	2,2
Nordeste	-4,6	0,3	1,2	2,8	1,4
Sudeste	-2,5	1,4	0,4	0,3	2,1
Sul	-2,9	2,2	1,3	1,8	2,6
Centro-Oeste	-3,1	0,3	2,2	0,4	1,2

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN^{1/}
Novembro de 2013

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 367	1 192	2 559	3,1	3,7	3,4	14,0	16,6	15,2
Norte	46	56	102	5,9	3,6	4,6	17,1	17,5	17,3
Nordeste	164	181	345	3,9	4,0	3,9	16,5	18,4	17,5
Sudeste	814	574	1 389	3,0	2,8	2,9	12,4	14,7	13,4
Sul	234	238	471	2,3	5,0	3,6	12,8	18,1	15,4
Centro-Oeste	109	143	253	3,4	4,6	4,1	23,8	19,4	21,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) cresceu 0,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando variou 0,1%, no mesmo tipo de análise, considerados dados dessazonalizados (Tabela 6.1). O maior dinamismo da atividade sinalizado pelo índice reflete, fundamentalmente, reversões na taxa de crescimento do indicador do Sul, de -3,0% para 0,5%; e na maior expansão do Sudeste, de 0,0% para 0,7%; e Centro-Oeste, de 0,2% para 0,9%. Especificamente sobre o Sul, a mudança repercute elevações das vendas do comércio, da produção industrial e das exportações, entre outros fatores.

O comércio varejista (comércio restrito) manteve desempenho favorável no trimestre encerrado em novembro (Tabela 6.2), com crescimento das vendas em todas as regiões, de acordo com dados dessazonalizados. Destacaram-se aumentos no Nordeste (artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 4,7%), Sul (móveis e eletrodomésticos, 1,8%) e Sudeste (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 13,6%).

As vendas do comércio ampliado no país seguiram em expansão no trimestre, menos intensa do que a das vendas varejistas, ressaltando-se o arrefecimento no Nordeste, determinado, fundamentalmente, pela moderação nas vendas de veículos, motocicletas e partes.

Em nível nacional, as operações de crédito superiores a R\$1 mil aumentaram 3,4% no trimestre finalizado em novembro, com variações regionais de 4,6%, no Norte, a 2,9%, no Sudeste. Ocorreram crescimentos de 3,7% no segmento de pessoas físicas e de 3,1% no de pessoas jurídicas, com destaque, no primeiro, para as expansões no Sul (5%) e Centro-Oeste, (4,6%); e, no segundo, para as elevações no Norte (5,9%) e Nordeste (3,9%). Considerados intervalos de doze meses, o estoque das operações de crédito em nível nacional variou 15,2% em novembro, em

Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Novembro de 2013

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1,9	4,2	2,9	-0,1	-0,2	-0,1	-0,3	-0,9	-0,6
Norte	2,8	5,5	4,3	-0,1	-0,1	-0,1	-0,4	-0,2	-0,3
Nordeste	2,3	5,4	3,8	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,8	-0,4
Sudeste	1,8	4,4	2,8	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-1,0	-0,5
Sul	2,0	3,1	2,5	-0,0	-0,2	-0,1	-0,7	-0,8	-0,8
Centro-Oeste	1,8	3,3	2,6	-0,0	-0,1	-0,1	-0,5	-1,1	-0,8

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.5 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%					
		2012		2013			
		Nov	Fev	Mai	Ago	Nov	
Brasil	100,0	0,5	0,5	0,6	-0,2	0,3	
Norte	5,9	1,1	0,0	-1,7	0,4	0,4	
Nordeste	9,5	-0,2	2,7	-0,3	0,7	-4,1	
Sudeste	62,7	1,6	-0,1	0,1	-1,8	1,1	
Sul	18,5	-0,4	0,8	6,0	1,4	1,2	
Centro-Oeste	3,5	4,1	4,0	-1,9	0,8	4,1	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2007.

Tabela 6.6 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	263,4	-344,6	381,4	292,9	353,4
Norte	3,1	-32,1	2,6	18,3	18,9
Nordeste	102,1	-95,8	-35,2	63,7	151,0
Sudeste	87,0	-202,7	265,1	137,4	91,4
Sul	81,1	-5,6	102,8	41,5	92,9
Centro-Oeste	-9,9	-8,3	46,0	32,0	-0,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.7 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	%				
	2012		2013		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	5,2	5,2	5,8	5,6	5,1
Nordeste	6,3	6,1	7,1	8,1	7,6
Sudeste	5,1	5,2	5,7	5,3	4,8
Sul	3,7	3,5	3,9	3,7	3,0

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

relação a igual intervalo de 2011, com elevações de 16,6% no segmento de pessoas físicas e de 14,0% no de pessoas jurídicas. Em termos regionais, cabe destacar o aumento de 21,3% das operações de crédito do Centro-Oeste.

O desempenho trimestral das operações no segmento de pessoas físicas refletiu o dinamismo, em todas as regiões, das modalidades financiamento imobiliário e, exceto no Sul, do crédito consignado. Destacaram-se, ainda, as modalidades crédito rural, no Sul e Centro-Oeste; financiamentos a veículos, no Nordeste e no Norte; e cartão de crédito, no Sudeste.

Na mesma base de comparação, a evolução das operações de crédito no segmento de pessoas jurídicas foi impulsionada, em grande parte, pelas contratações do comércio varejista. Destacaram-se, adicionalmente, as contratações dos segmentos construção civil, no Norte e Centro-Oeste; transporte rodoviário de carga, no Sul; refino de petróleo, no Nordeste; e comércio atacadista, no Sudeste.

A expansão do crédito ocorre em cenário de redução da inadimplência em todas as regiões, tanto no segmento de pessoas jurídicas quanto no de pessoas físicas (Tabela 6.4). Note-se que a taxa de inadimplência do crédito no Sistema Financeiro Nacional atingiu 2,9% em novembro (3% em agosto e 3,5% em novembro de 2012). Ressaltem-se os recuos expressivos, na comparação interanual, no segmento de pessoas físicas, no Centro-Oeste, 1,1 p.p., e Sudeste, 1 p.p.; e no de pessoas jurídicas, no Sul, 0,7 p.p., e Centro-Oeste, 0,5 p.p.

A produção industrial do país cresceu 0,3%, na margem, no trimestre encerrado em novembro. Destacaram-se as expansões no Centro-Oeste, 4,1%, e Sul, 1,2%, e o recuo de 4,1% no Nordeste, concentrado em Pernambuco, reflexo de efeitos da seca sobre a produção da indústria sucroalcooleira (Tabela 6.5). A evolução favorável no Centro-Oeste foi sustentada, em especial, pelas indústrias extrativa e de minerais não metálicos.

O mercado de trabalho do país gerou 353,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (292,9 mil no finalizado em agosto e 263,4 mil em igual período de 2012), de acordo com dados dessazonalizados do Caged/MTE. A melhora na margem evidenciou, em grande parte, o aumento na criação de postos de trabalho no Nordeste e Sul, responsáveis, em conjunto, por 243,9 mil novas vagas, no trimestre (Tabela 6.6). O resultado negativo

Tabela 6.8 – Balança comercial regional – FOB

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Total	242,6	242,2	223,2	239,6	19,4	2,6
Norte	17,7	19,1	15,7	16,1	2,0	2,9
Nordeste	18,8	17,3	26,0	27,8	-7,2	-10,5
Sudeste	133,5	121,9	119,0	131,1	14,5	-9,2
Sul	44,0	52,0	49,3	50,9	-5,3	1,1
Centro-Oeste	25,5	28,2	13,0	13,6	12,5	14,7
Outros ^{1/}	3,1	3,6	0,2	0,2	2,9	3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.9 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

UF	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2012	2013
	Jan-dez	Jan-dez
Região Norte	-1 672	608
Região Nordeste	-2 973	-2 630
Região Sudeste	-13 168	-12 605
Região Sul	-3 354	-4 144
Região Centro-Oeste	-2 714	-1 485
Total	-23 881	-20 256

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit***Tabela 6.10 – IPCA**Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%				
		2012	2013			
		Dez	Mar	Jun	Set	Dez
IPCA						
Brasil	100,0	1,99	1,94	1,18	0,62	2,04
Norte	4,2	3,36	2,45	0,41	0,64	1,74
Nordeste	14,8	2,36	2,19	1,33	0,28	1,99
Sudeste	57,6	1,79	1,96	1,29	0,56	2,11
Sul	16,3	1,93	1,60	0,95	1,13	1,92
Centro-Oeste	7,1	2,19	1,74	1,03	0,74	2,14
Livres						
Brasil		2,28	2,89	1,20	0,82	2,20
Norte		3,90	3,90	0,24	0,23	1,87
Nordeste		2,66	3,02	1,57	0,26	2,15
Sudeste		2,07	2,93	1,20	0,92	2,37
Sul		2,12	2,51	1,20	1,20	1,75
Centro-Oeste		2,37	2,50	1,11	0,92	2,28
Monitorados						
Brasil		1,12	-1,07	1,10	-0,02	1,54
Norte		1,36	-3,01	1,10	2,32	1,24
Nordeste		1,28	-0,78	0,42	0,36	1,39
Sudeste		0,97	-0,98	1,59	-0,57	1,34
Sul		1,32	-1,38	0,09	0,93	2,51
Centro-Oeste		1,63	-0,63	0,73	0,19	1,67

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

no Centro-Oeste refletiu, em especial, a eliminação de vagas na indústria de transformação (9,3 mil) e na agropecuária (7,5 mil).

A taxa média de desemprego no país seguiu em trajetória declinante no decorrer de 2013 (Tabela 6.7), atingindo 5,1% no trimestre encerrado em novembro (5,6% no finalizado em agosto e 5,2% em igual intervalo de 2012). Ocorreram recuos, na margem, nas três regiões pesquisadas, com destaque para a retração de 0,7 p.p. no Sul.

O *superavit* da balança comercial do país (Tabela 6.8) atingiu US\$2,6 bilhões em 2013 (US\$19,4 bilhões em 2012). Essa redução foi determinada principalmente pela reversão de *superavit*, de US\$14,5 bilhões, para *deficit*, de US\$9,2 bilhões, no resultado do Sudeste, condicionado, em parte, pela retração de 33,2% nas exportações de óleos brutos de petróleo. Em sentido inverso, ocorreram melhoras nos resultados do Norte, Centro-Oeste e Sul, favorecidos pela recuperação nos embarques de produtos básicos.

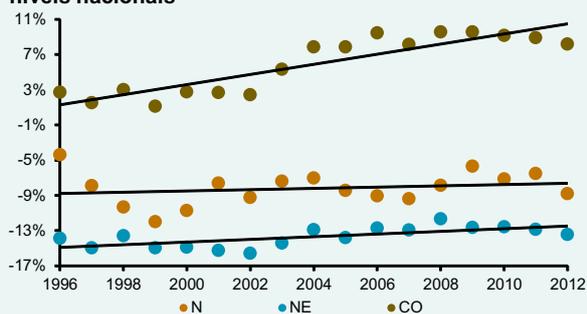
O *superavit* primário dos estados, das capitais e dos principais municípios totalizou R\$20,3 bilhões em 2013, segundo dados preliminares (R\$23,9 bilhões em 2012), conforme a Tabela 6.9. Na comparação interanual, ocorreu redução do resultado em todas as regiões do país, exceto no Sul, onde houve crescimento de 23,5% no *superavit*.

A variação do IPCA atingiu 2,04% no quarto trimestre de 2013 (0,62% no terceiro), acumulando 5,91% no ano (Tabela 6.10). Na margem, ocorreu aceleração do índice de preços em todas as regiões, destacando-se as observadas no Nordeste, 1,71 p.p.; Sudeste, 1,55 p.p.; e Centro-Oeste, 1,40 p.p.

Em linhas gerais, a atividade econômica mostrou recuperação, na margem, no trimestre finalizado em novembro. Nesse sentido, ressaltam-se as trajetórias do IBC-Br e do IBCR regionais, da indústria e da geração de empregos formais. As estimativas de continuidade da expansão do setor primário e o cenário de melhora gradual no ambiente externo delineiam, para os próximos trimestres, perspectivas de continuidade do crescimento da atividade econômica.

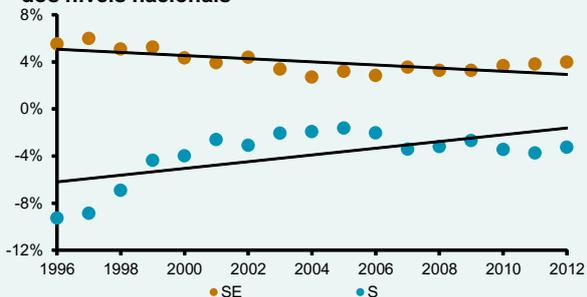
Diferenciais Regionais de Níveis de Preço e de Bem Estar no Brasil

Gráfico 1 – Níveis de preços regionais – Diferença dos níveis nacionais



Fontes: estimativas para as regiões metropolitanas e municípios, disponibilizadas pelos autores do texto para discussão citado; para agregação, estruturas de pesos regionais do IPCA adotadas pelo IBGE

Gráfico 2 – Níveis de preços regionais – Diferença dos níveis nacionais



Fontes: estimativas para as regiões metropolitanas e municípios, disponibilizadas pelos autores do texto para discussão citado; para agregação, estruturas de pesos regionais do IPCA adotadas pelo IBGE

A evolução do bem estar nas distintas regiões geográficas do país pode ser avaliada pela trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) regional *per capita*. Esse indicador, contudo, não considera fatores como:

- remessas de renda gerada em uma região para proprietários de fatores residentes em outras regiões;
- lucros retidos pelas empresas, não elevando a capacidade de consumo das famílias;
- transferências assistenciais;
- diferentes padrões de distribuição de renda interregionais; e
- custos de vida regionais distintos.

Essas limitações são minimizadas, no entanto, quando se adota a renda domiciliar *per capita* mediana¹, ajustada pelas diferenças entre os níveis de preços das regiões², que possibilita melhor comparação dos níveis de bem estar.

As estimativas dos níveis de preços para cada região consideraram os pesos regionais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicando-se os de 1996, 2003 e de 2009 para os períodos 1996/1999, 2000/2005 e 2006/2012, respectivamente (Gráficos 1 e 2, e Tabela 1).

O Nordeste apresenta os menores níveis de preços do país (14% inferior à média nacional,

1/ Considerou-se a renda domiciliar divulgada na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). A mediana, como medida de tendência central, atenua a influência dos valores extremos da distribuição.

2/ A base de dados utilizada para o cálculo dos níveis de preços das 5 grandes regiões do país consta no trabalho Custo de Vida Comparativo das Regiões Metropolitanas Brasileiras: 1996-2012 (Alexandre N. Almeida e Carlos Roberto Azzoni) – Trabalho para Discussão número 11/2013 do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (TD Nereus).

Tabela 1 – Indicadores do comportamento dos níveis de preços

	Diferença média	Coefficiente de variação	Convergência ^{1/} (anos)
Norte	-8%	0,22	119
Nordeste	-14%	0,08	89
Fortaleza	-18%	0,08	-
Recife	-14%	0,12	62
Salvador	-11%	0,15	39
Sudeste	4%	0,23	30
Belo Horizonte	-7%	0,37	8
Rio de Janeiro	1%	1,28	-
São Paulo	9%	0,22	25
Sul	-4%	0,57	11
Curitiba	-6%	0,29	36
Porto Alegre	-2%	1,38	4
Centro Oeste	6%	0,54	-
Brasília	15%	0,20	-
Goiânia	-2%	2,51	-

Fontes: as mesmas dos Gráficos 1 e 2

1/ As regiões sem número não apresentaram tendência convergente.

no período em análise) e a menor volatilidade (coeficiente de variação – CV de 0,08), e as evidências sugerem lenta convergência para a média nacional (89 anos). Salvador e Recife detêm os níveis de preços mais altos da região e tendência de convergência para a média nacional; e Fortaleza, o nível mais baixo e tendência divergente.

Para o Norte, representado apenas pela região metropolitana de Belém, as evidências indicam o segundo menor nível de preços (8% inferior à média nacional) e convergência lenta para o nível de preços nacional (119 anos). O Centro Oeste registra o nível de preços mais elevado do país (6% superior à média nacional) e tendência divergente da média nacional. Na região, que apresenta considerável volatilidade no período (CV = 0,54), destaca-se o nível de preços de Brasília.

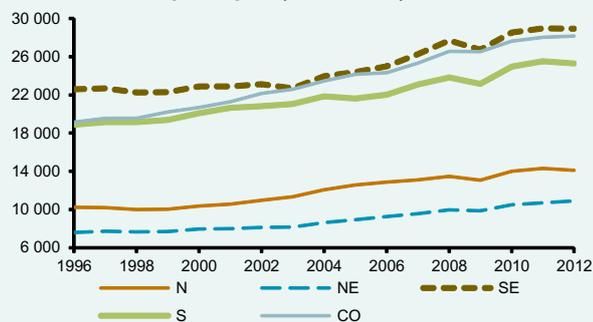
O Sudeste apresenta o segundo maior nível de preços (4% superior ao do país) e tendência de convergência para a média nacional (30 anos). Ressalte-se que os níveis de preços mais elevados do que a média nacional e a tendência convergente que prevalecem na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) condicionam os resultados da região.

Os níveis de preço no Sul situaram-se 4% abaixo da média nacional no período, com elevada volatilidade (CV = 0,57) e tendência convergente (11 anos). Tais resultados decorreram, principalmente, do comportamento dos preços na região metropolitana de Porto Alegre, tanto em termos de volatilidade quanto de convergência.

O exame dos PIB *per capita* regionais (Gráfico 3) indica diferença acentuada entre os indicadores do Sudeste, Centro-Oeste e Sul e os das demais regiões. Note-se, ainda, a relativa estagnação do PIB *per capita* do Sudeste até 2003; o crescimento acentuado do PIB *per capita* da região Centro-Oeste em todo período analisado; e a aproximação entre os PIBs *per capita* do Norte e Nordeste e o PIB *per capita* do Sudeste (50% e 38% em 2012, ante 45% e 34% respectivamente, em 1996).

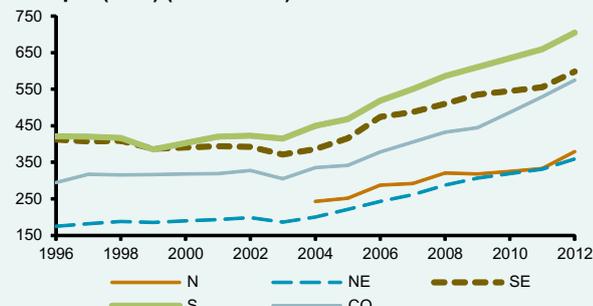
O Gráfico 4 apresenta a mediana da renda domiciliar *per capita* ajustada por Paridade do Poder

Gráfico 3 – PIB per capita (R\$ de 2012)



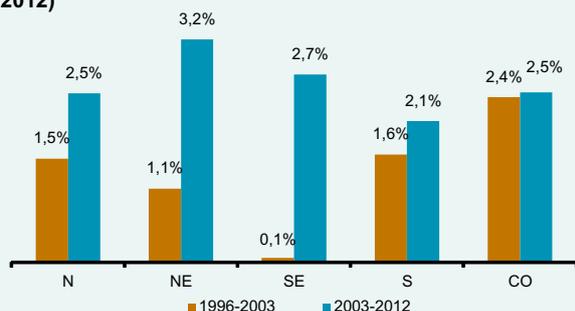
Fontes: Contas Nacionais e Contas Regionais, do IBGE. Para 2011 e 2012, IBCR, do Banco Central, e deflator nacional, do IBGE. Dados de população revisados em 2013 pelo IBGE

Gráfico 4 – Renda pessoal Paridade de Poder de Compra (PPC) (R\$ de 2012)



Fontes: microdados das PNADs, atualização monetária pelo INPC e ajuste Paridade de Poder de Compra (PPC) pelas estimativas das diferenças de preços regionais. Até 2003 as PNADs não eram realizadas em toda região Norte.

Gráfico 5 – Variação anual do PIB *per capita* (R\$ de 2012)



Fontes: Contas Nacionais e Contas Regionais, do IBGE. Para 2011 e 2012, IBCR, do Banco Central, e deflator nacional, do IBGE. Dados de população revisados em 2013 pelo IBGE

Gráfico 6 – Variação anual da RP_{PPC} (R\$ de 2012)



Fontes: microdados das PNADs, atualização monetária pelo INPC e ajuste Paridade de Poder de Compra (PPC) pelas estimativas das diferenças nos níveis de preços regionais. Para o Norte, apenas a variação anual de 2004 a 2012.

de Compra (PPC), denominada Renda Pessoal PPC (RP_{PPC}), que, de modo geral, mostra forte crescimento na última década. Note-se que, nesse conceito, a região com maior bem estar passa a ser o Sul, com tendência de distanciamento do Sudeste a partir de 2000. Os níveis de bem estar do Norte e do Nordeste seguem os menores, mas se aproximam dos níveis medidos para as demais regiões (as RP_{PPC} do Norte e Nordeste representavam 54% e 51%, respectivamente, da RP_{PPC} da região Sul em 2012).

A análise dos dois indicadores (PIB *per capita* e RP_{PPC}) nos períodos 1996-2003 e 2003-2012 (Gráficos 5 e 6) revela que:

- o PIB *per capita* e a RP_{PPC} expandiram-se em ritmo moderado no período 1996-2003. A variação média anual do PIB *per capita* variou de 0,1%, no Sudeste, a 2,4%, no Centro-Oeste; e a da RP_{PPC} de -1,5%, no Sudeste, a 0,9%, no Nordeste. Note-se que, nesse período, o PIB *per capita* cresce mais rápido do que a RP_{PPC} em todas as regiões; e
- no período 2003-2012, o PIB *per capita* cresce em ritmo moderado e a RP_{PPC} aumenta acentuadamente, com destaque para os aumentos médios anuais respectivos de 7,6% e 7,3% no Nordeste e no Centro Oeste.

Em linhas gerais, o boxe revela que o Nordeste e Norte detêm os níveis de preços mais reduzidos no país, ambos sem perspectivas de convergência rápida para os níveis nacionais; que o Centro Oeste apresenta o nível de preços mais elevado e com tendência divergente da média nacional; que o Sudeste, com níveis de preços acima da média nacional, registra tendência moderada de convergência; e que o Sul, com nível de preços inferior à média do país, apresenta tendência de convergência mais acentuada. A análise do bem estar, considerado o PIB *per capita* regional, indica a existência de disparidades regionais relevantes, que se tornam menores a partir da introdução do indicador RP_{PPC}.

Economia Paranaense

O objetivo deste boxe é analisar a evolução da economia paranaense nos anos recentes¹ e suas perspectivas para os próximos trimestres.

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado (Gráfico 1) cresceu 1,8% em 2012, comparativamente a 5,7% em 2011, de acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). Essa moderação refletiu, em grande parte, os impactos diretos e indiretos da estiagem sobre o desempenho da agropecuária e da indústria, respectivamente. Nesse contexto, a participação do PIB paranaense no PIB brasileiro, em 2012, situou-se em 5,8%.

Ainda de acordo com o IparDES, o PIB estadual aumentou 4,7% nos dez primeiros meses de 2013², em relação a igual período do ano anterior (expansão de 2,3% no país). Esse desempenho refletiu, em parte, a recuperação da produção de grãos, em cenário favorável para os preços das *commodities* agrícolas nos mercados internacionais.

O Índice de Atividade Econômica Regional do Paraná (IBCR-PR) cresceu 4,2% ao ano no quinquênio encerrado em 2012, resultado 1 p.p. e 1,2 p.p. superior aos da região Sul e do país (Gráfico 2). A variação acumulada no período de doze meses encerrado em novembro de 2013 atingiu 4,4% (5,4% no Sul e 2,4% no país), explicada, em especial, pela atividade agrícola, pela produção industrial e pelo mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Real

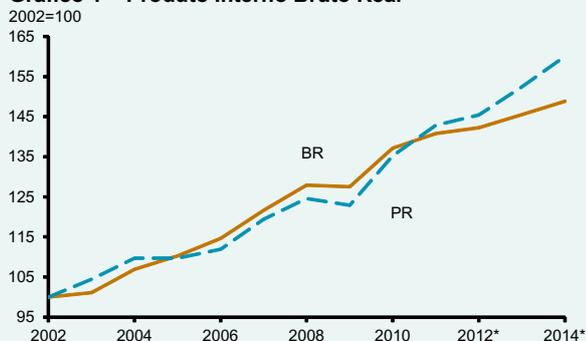
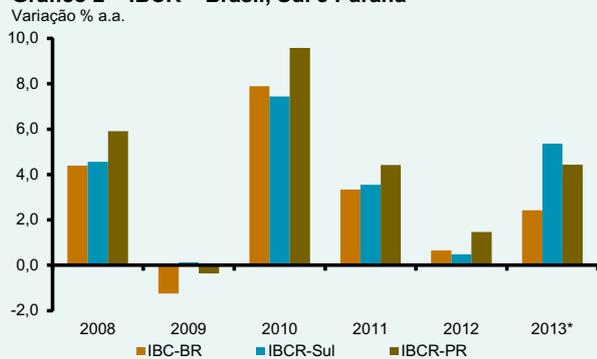


Gráfico 2 – IBCR – Brasil, Sul e Paraná



1/ Ver o boxe 'Economia Paranaense: estrutura produtiva e desempenho recente', no Boletim Regional de abril de 2012.

2/ IparDES, Análise Conjuntural, v.35, n.11-12/nov./dez. 2013; Balanço da Economia Paranaense, Curitiba, 19 de dezembro de 2013.

O Valor da Transformação Industrial (VTI) do Paraná aumentou 28,3% no quadriênio encerrado em 2011 (29,3% em nível nacional), de acordo com a Pesquisa Industrial Anual – Empresa, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com participação de 7,3% no VTI do país. Ressalte-se que a participação do VTI da indústria de transformação estadual no VTI da nacional elevou-se de 8,1% para 8,4%, no período, com aumentos das participações dos segmentos veículos, notadamente automóveis, camionetas e utilitários, de 11,2% para 15,5%, e móveis, de 14% para 15,2% (Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura da produção industrial 2011 – Paraná

Seções e atividades	VTI ^{1/}	Participação dos segmentos ^{2/}	2011/2007 ^{2/}	Participação VTI _{BR} ^{2/}
Total	67 414 017	100	28,3	7,3
Indústrias extrativas	357 672	0,5	59,7	0,3
Extração de minerais não-metálicos	335 868	0,5	78,7	4,4
Indústrias de transformação	67 056 346	99,5	28,2	8,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	14 065 818	20,9	79,3	15,5
Produtos alimentícios	13 228 870	19,6	40,0	10,0
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	11 718 957	17,4	1,0	12,4
Produtos químicos	2 944 516	4,4	2,5	4,7
Celulose, papel e produtos de papel	2 861 634	4,2	9,1	10,8
Máquinas e equipamentos	2 795 439	4,1	-1,0	6,3
Produtos de minerais não-metálicos	1 946 953	2,9	27,7	6,1
Produtos de madeira	1 938 657	2,9	-10,0	23,1
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1 795 593	2,7	23,4	5,2
Móveis	1 685 466	2,5	70,5	15,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos	1 660 062	2,5	9,3	7,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1 600 448	2,4	40,3	6,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1 556 001	2,3	122,4	7,5
Produtos de borracha e de material plástico	1 393 937	2,1	40,5	4,4
Bebidas	1 205 349	1,8	19,2	4,1
Metalurgia	750 475	1,1	-27,9	1,8
Produtos têxteis	741 261	1,1	44,3	5,0
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	725 951	1,1	89,8	6,5
Produtos diversos	716 135	1,1	33,9	7,8
Impressão e reprodução de gravações	544 774	0,8	127,3	5,9
Produtos do fumo	439 539	0,7	24,0	8,0
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	409 013	0,6	29,7	2,1
Preparação de couros e fabric. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	301 405	0,4	51,9	2,1
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos	30 092	0,0	-13,5	0,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa

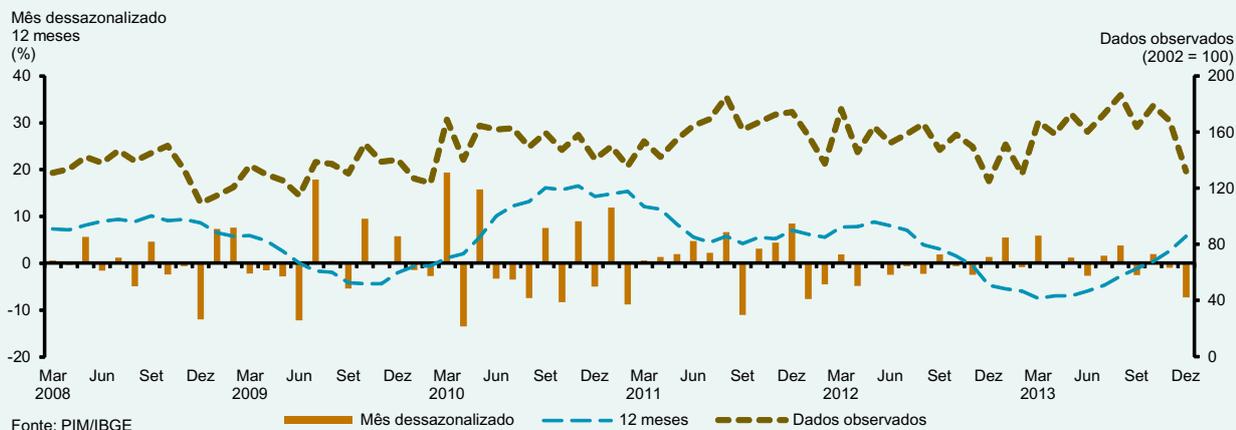
1/ Em mil reais.

2/ Em percentual.

A produção industrial do estado cresceu 4,8% (0,8% no país) de 2008 a 2013 (Gráfico 3), segundo maior aumento dentre os estados considerados na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Destacaram-se as expansões nos segmentos edição, impressão e reprodução de

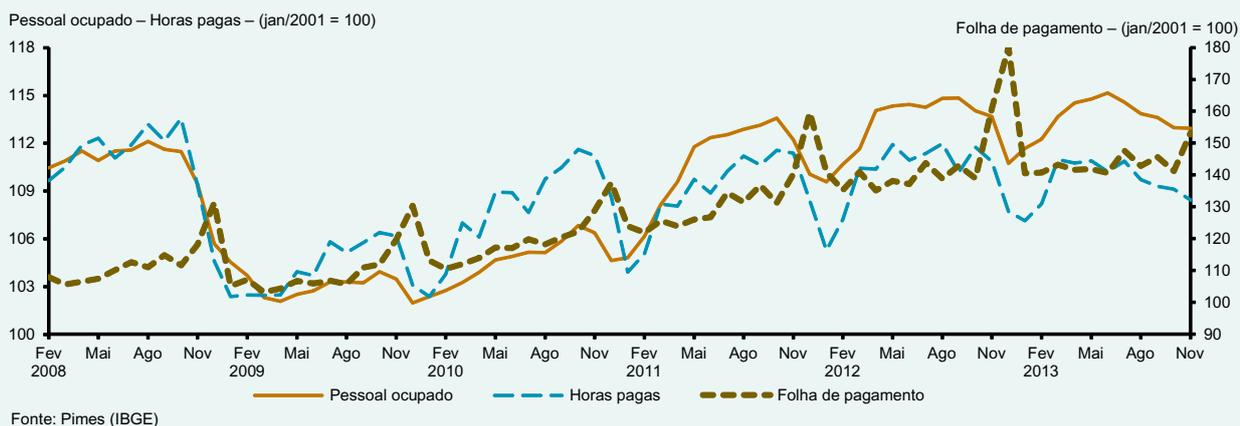
gravações (15,3%) e veículos automotores (14,3%), e o recuo de 3,1% na produção de outros produtos químicos.

Gráfico 3 – Produção da indústria geral – Paraná



O pessoal ocupado na indústria do Paraná aumentou 0,6% a.a. (reuiu 0,4% a.a. no país) de janeiro de 2008 a novembro de 2013, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE (Gráfico 4). Destacaram-se as elevações nos segmentos máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (10,2%) e metalurgia básica (4,3%) e os recuos nas indústrias de vestuário (8,9%) e madeira (8,7%). O número de horas pagas manteve-se estável e a folha de pagamento real aumentou 6% a.a., no período.

Gráfico 4 – Emprego na indústria de transformação – Paraná



A evolução das exportações paranaenses nos últimos anos pode ser segmentada em três momentos distintos. No primeiro, de 2005 a 2008, as exportações foram impulsionadas pela expansão da economia mundial; no segundo, em 2009, foram negativamente impactadas pela crise internacional; e

no terceiro, a partir de 2010, refletem a recuperação, ainda que lenta, da economia mundial (Tabela 2).

Tabela 2 – Exportações segundo intensidade tecnológica – Paraná – 2005-2013

	Crescimento médio anual no período (%)			Participação no total das exportações (%)		
	2005/2008	2009	2010/2013	2005/2008	2009	2010/2013
Intensidade tecnológica:						
Alta (I)	-1,4	-24,4	-4,8	1,4	1,1	0,9
Média-alta (II)	5,1	-32,2	4,4	28,6	20,6	20,7
Média-baixa (III)	18,2	-12,1	0,6	5,9	5,5	4,7
Baixa (IV)	16,8	-2,4	21,6	50,0	51,8	58,6
Produtos industrializados	12,5	-13,3	15,5	85,8	78,9	84,9
Produtos não industrializados	31,6	39,7	-28,1	14,2	21,1	15,1
Total	15,0	-5,8	8,8	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex/ALICEWEB. Elaboração: Bacen com base na classificação da OCDE

O crescimento das exportações estaduais atingiu 15% a.a. (18,6% a.a. no país), de 2005 a 2008, com destaque para o dinamismo das vendas de produtos não industrializados (31,6% a.a.). Após recuarem 5,8% em 2009, em relação à média do período anterior, o aumento das exportações paranaenses atingiu 8,8% a.a. a partir de 2010 (15,5% na categoria de produtos industrializados).

A análise do grau de intensidade tecnológica das exportações revela recuo, de 2005 a 2008, nos embarques de produtos de alta intensidade, especialmente, de equipamentos de rádio, TV e comunicação. Por outro lado, houve aumento das exportações de produtos industriais de média-baixa tecnologia (18,2% a.a.), com destaque para produtos derivados de petróleo refinado e outros combustíveis (39,9% a.a.); e de baixa tecnologia (16,8% a.a.), particularmente alimentos, bebidas e tabaco (23% a.a.).

A recuperação das exportações a partir de 2010 tem sido sustentada, principalmente, pelo aumento de 21,6% a.a. das vendas de produtos de baixa intensidade tecnológica (alimentos e bebidas, 25,2% a.a.). As exportações de bens de média-alta intensidade tecnológica cresceram 4,4% a.a. no período, assim como as vendas dos segmentos de maior importância no grupo, veículos automotores, reboques e semirreboques (participação de 59%) e máquinas e equipamentos mecânicos não

especificados (participação de 22,4%) aumentaram, na ordem, 2,4% e 0,8%.

No âmbito do setor agrícola, a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, indica que 94% do valor da produção do estado em 2012 originaram-se de lavouras temporárias, com destaque para soja, milho, cana-de-açúcar, trigo, mandioca, feijão e fumo. Essas culturas foram responsáveis, em conjunto, por 89% do valor da produção agrícola do estado no ano, com participações significativas nas safras do país. (Tabela 3).

As vendas do comércio varejista paranaense aumentaram, em média, 7,4% a.a. (7,5% no país) de 2008 a novembro de 2013, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE (Tabela 4). Destacaram-se aumentos das vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (31% a.a.), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (17,4% a.a.) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (13,9% a.a.). O comércio ampliado, refletindo o aumento de 12,1% a.a. nas vendas de veículos, segmento com maior peso no indicador, cresceu 8,9% a.a. no período.

Tabela 3 – Principais produtos agrícolas

Descrição	%	
	No VPA do Paraná ^{1/}	Na produção nacional ^{2/}
Soja	35,3	19,5
Milho	26,7	21,7
Cana-de-açúcar	9,7	6,7
Feijão	5,4	23,5
Trigo	4,7	32,8
Mandioca	3,9	18,2
Fumo	3,3	18,9
Café	2,4	4,2

Fonte: IBGE

1/ Considerando a PAM de 2012.

2/ Considerando o LSPA de dezembro de 2013.

Tabela 4 – Evolução das vendas no comércio entre janeiro de 2008 e novembro de 2013 (média no período em %)

	Paraná		Brasil	
	Peso ^{1/}	Vendas	Peso ^{1/}	Vendas
Comércio varejista	100,0	7,4	100,0	7,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	49,3	5,9	49,1	6,1
Combustíveis e lubrificantes	15,9	2,8	10,6	5,2
Móveis e eletrodomésticos	11,0	9,1	12,4	11,6
Tecidos, vestuário e calçados	8,0	2,1	7,6	3,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,5	13,9	10,9	9,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,5	17,4	6,9	11,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,2	31,0	1,7	16,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,6	7,1	0,8	7,8
Comércio varejista ampliado^{2/}	100,0	8,9	100,0	7,8
Veículos, motocicletas	37,0	12,1	32,0	8,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	24,8	5,9	28,8	6,1
Material de construção	12,7	4,9	9,2	6,9

Fonte: PMC (IBGE)

1/ Referente a outubro de 2013.

2/ Exibidos apenas os segmentos de maior peso nessa abrangência do comércio.

A evolução das vendas de comerciais leves e de automóveis reflete em parte a expansão das operações de crédito. De acordo com a Federação

Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) (Tabela 5), os novos licenciamentos desses veículos no Paraná vêm aumentando desde 2008, contrastando com o recuo, a partir de 2012, no segmento de motos. Ressalte-se que, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), o menor dinamismo dessas vendas refletiu, em especial, a maior restrição na concessão de crédito para modelos de baixa cilindrada, decorrente da elevada inadimplência no setor.

Tabela 5 – Licenciamentos de novos veículos no Paraná

	Automóveis	Comerciais leves	Caminhões	Ônibus	Motos	Total
2008	176 654	39 561	12 342	1 339	119 172	357 185
2009	184 471	40 214	10 196	2 441	79 028	336 997
2010	194 488	51 230	15 028	1 522	79 801	354 428
2011	201 863	61 231	16 789	2 203	78 620	367 411
2012	211 807	66 877	13 858	1 448	62 301	356 291
2013	212 459	72 447	17 028	1 712	50 936	349 953

Fonte: Fenabrave

Tabela 6 – Admissões líquidas no Paraná (setores selecionados)

	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Total
2008	21 797	13 713	33 067	35 686	110 903
2009	12 829	8 271	22 755	27 377	69 084
2010	40 119	17 597	36 111	49 791	142 483
2011	21 645	9 059	30 521	47 793	112 369
2012	11 310	3 177	25 935	31 959	74 173
2013	12 434	376	25 873	36 368	78 507

Fonte: Caged/MTE.

Tabela 7 – Admissões líquidas na RMC (setores selecionados)

	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Total
2008	6 096	6 996	10 560	20 531	44 226
2009	2 353	5 673	7 536	12 516	27 620
2010	14 475	10 348	11 690	25 464	63 073
2011	8 257	4 680	9 426	21 903	46 260
2012	314	-3 654	7 606	13 014	17 164
2013	-2 317	-3 681	7 041	13 144	13 822

Fonte: Caged/MTE.

As contratações líquidas no mercado de trabalho formal do Paraná concentraram-se no setor de serviços, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE) (Tabela 6), destacando-se comércio, administração de imóveis e valores mobiliários, e alojamento e alimentação, responsáveis, em conjunto, por 60,1% das vagas criadas no setor de 2008 a 2013. As contratações da indústria concentraram-se no segmento produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, responsável por 5,9 mil das 12,4 mil vagas criadas pelo setor em 2013.

A região metropolitana de Curitiba (RMC), após contribuir com cerca de 40% das vagas geradas no estado de 2008 a 2011, criou 23,1% dos postos de trabalho em 2012 e 17,6% em 2013 (Tabela 7). A moderação das contratações na RMC ocorreu, em especial, na construção civil e na indústria de transformação. Note-se ainda que, essencialmente, em 2012 houve demissões líquidas nas indústrias de material de transporte, de papel, papelão, editorial e gráfica, e de produtos alimentícios, bebidas e álcool, e, em 2013, nas indústrias de material elétrico e de comunicações.

A análise pelo porte da empresa³ revela a importância das microempresas para a geração de postos de trabalho no Paraná. Conforme a Tabela 8, as contratações líquidas pelas microempresas superaram as realizadas pelo conjunto das demais empresas em todos os anos considerados. Destaque-se que, em 2013, as microempresas geraram 82 mil empregos formais, enquanto o conjunto das demais empresas demitiu 3,4 mil novos empregados.

Tabela 8 – Admissões líquidas no Paraná por porte de empresa (setores selecionados)

	Micros				Total	Pequenas Total	Médias Total	Grandes		
	Indústria de transformação ^{1/}	Construção civil ^{1/}	Comércio ^{2/}	Serviços ^{2/}				Indústria de transformação ^{1/}	Serviços ^{2/}	Total
2008	18 805	7 936	29 981	28 118	88 022	5 580	3 597	5 254	1 673	13 704
2009	15 610	6 034	24 482	28 538	79 666	-12 472	1 951	4 149	801	-61
2010	21 666	13 468	30 803	31 298	100 948	10 659	13 888	5 718	11 886	16 988
2011	18 192	10 784	30 831	31 629	94 830	-2 266	2 896	8 354	9 572	16 909
2012	15 038	11 026	26 965	26 483	82 962	-12 248	-1 985	1 675	4 546	5 444
2013	12 445	8 867	25 944	31 282	82 045	-7 531	-1 113	1 503	3 691	5 106

Fontes: Caged/MTE e Sebrae

1/ Micros – Até 19 funcionários; Grandes – A partir de 500.

2/ Micros – Até 9 funcionários; Grandes – A partir de 100.

A taxa média de desemprego da RMC recuou de 5,7%, em 2008, para 3,8%, nos dez primeiros meses de 2013 (1,8 p.p. inferior à média das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE), de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego divulgada pelo Iparde em parceria com o IBGE (Tabela 9)⁴. Nesse contexto, de 2008 a 2013, houve aumentos de 144 mil pessoas no contingente de ocupados e de 112 mil na População Economicamente Ativa (PEA), e diminuição de 21 mil no de desocupados.

Tabela 9 – Pesquisa Mensal de Emprego RMC (dados médios do período)

	Taxa de desemprego (%)	PEA (mil)	Ocupados			Desocupados (mil)	Rendimento médio real habitual (R\$)
			Com carteira (mil)	Sem carteira (mil)	Total (mil)		
2008	5,7	1 577	748	248	1 492	85	1 658,83
2009	5,7	1 558	776	215	1 474	83	1 755,26
2010	4,9	1 590	825	204	1 519	71	1 865,77
2011	3,8	1 634	884	202	1 573	60	1 907,89
2012	3,9	1 667	891	200	1 604	63	2 020,92
2013 (*)	3,8	1 699	915	178	1 636	64	2 062,05

Fonte: PME (Iparde/IBGE)

(*) Janeiro a outubro.

3/ Considerada a classificação por número de funcionários adotada pelo Sebrae; Análise do Emprego Brasil – set/2013 do Núcleo de Estudos e Pesquisas – Sebrae.

4/ A pesquisa foi descontinuada em outubro de 2013.

O mercado de trabalho da RMC experimentou aumento da formalização no período, expresso em variações de 167,6 mil ocupados com carteira assinada e -70,4 mil sem carteira. Os rendimentos médios reais habituais expandiram-se 24,3% no período (média nacional, 16%).

Levantamento do Cadastro Central de Empresas, do IBGE, realizado em 2011, verificou o grau de concentração de salários e outras remunerações nos municípios do Paraná (Gráfico 5). Apenas sete municípios detiveram 65,3% da renda gerada no ano: Curitiba (43,8%), Londrina, Maringá, São José dos Pinhais, Araucária, Cascavel e Ponta Grossa. Dos 399 municípios paranaenses, 347 apresentaram total de salários e outras remunerações inferior a R\$100 milhões. Ressalte-se que o município de Araucária, com a 13ª população residente do estado e o oitavo contingente de pessoal ocupado assalariado, ocupava a quinta posição na lista de salários e outras remunerações, o que se explica, em parte, pela presença da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, da Petrobrás, no município.

As concessões de financiamentos imobiliários para aquisição de unidades residenciais

Gráfico 5 – Renda nos municípios paranaenses – 2011

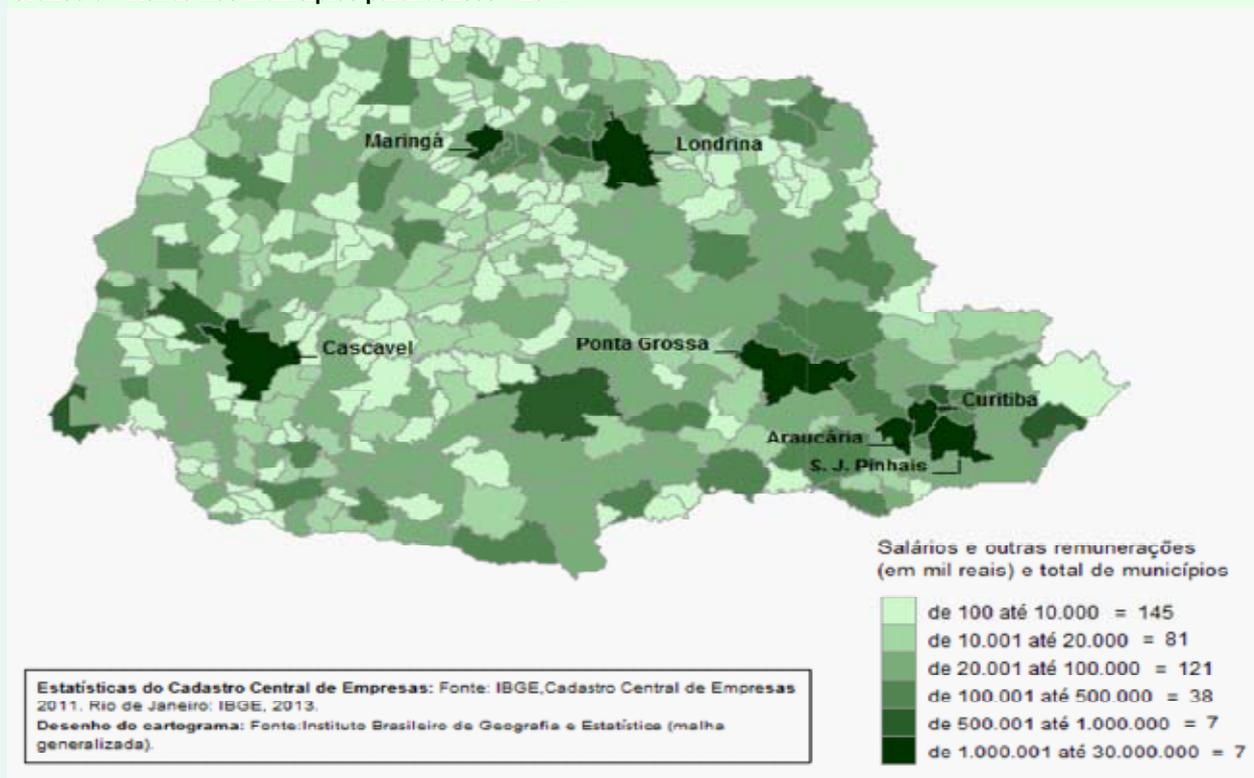
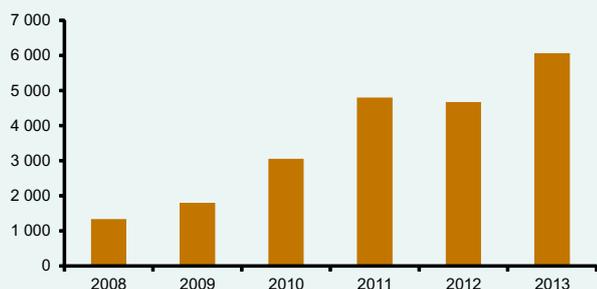
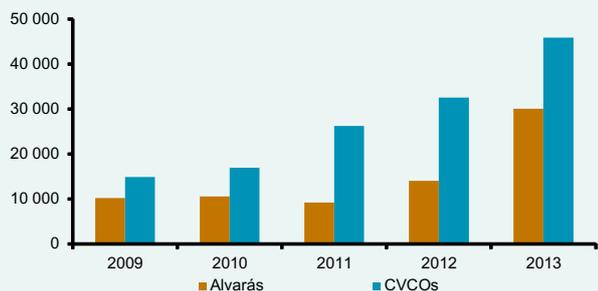


Gráfico 6 – Financiamento SFH – Paraná
em R\$ milhões



Fonte: BACEN/Desig

Gráfico 7 – Número de Alvarás de Construção e Certificados de Conclusão de Obra (CVCO)



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba

e comerciais no Paraná lastreados com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo do Sistema Financeiro de Habitação (SBPE/SFH) somaram R\$6,1 bilhões em 2013 (aumento anual de 29,6%), conforme o Gráfico 6.

A Prefeitura Municipal de Curitiba certificou, em 2013, a conclusão de 45,9 mil unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, e concedeu 30,0 mil alvarás de construção referentes a lançamentos imobiliários (aumentos respectivos de 113,9% e 40,8% em relação a 2012, Gráfico 7).

Em relação aos investimentos governamentais programados, ressaltam-se a construção da primeira linha de trem subterrâneo em Curitiba, além da ampliação da rede de linhas de transporte, adequação de vias expressas e construção de novos terminais, que contribuirão para aumentar a integração entre a capital e a região metropolitana. Existem, ainda, projetos envolvendo R\$3,4 bilhões (1,3% do PIB estadual estimado para 2012), com financiamento negociado junto a organismos internacionais, Banco do Brasil e BNDES, em análise da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (Tabela 10).

Relativamente aos investimentos privados, além dos anúncios efetuados anteriormente⁵, concentrados nos segmentos fabricação de veículos e celulose e papel, ocorreu, no período recente, a divulgação de projetos de investimentos no setor logístico e na produção de veículos. (Tabela 10)

As perspectivas para a economia paranaense seguem favoráveis, em linha com a recuperação da renda do agronegócio, o mercado de trabalho robusto e os investimentos programados, que sinalizam a diversificação da estrutura industrial no estado.

5/ Ver boxe 'Economia Paranaense: estrutura produtiva e desempenho recente', no Boletim Regional de abril de 2012.

Tabela 10 – Principais investimentos no Paraná

Empresa/Tipo de Operação de Crédito	Finalidade/Instituição Financeira	Localização/Conclusão da Análise – Data do Ofício	Valor (R\$ milhões)
Volkswagen	Instalação de nova plataforma para a produção, a partir de 2015, da 7ª geração do Golf	São José dos Pinhais	670,0
Ambev*	Construção da terceira fábrica no estado, para a fabricação de refrigerantes e cervejas	Ponta Grossa	580,0
CVR – Companhia Vale do Ribeira	Construção de fábrica de cimento	Adrianópolis	518,0
Audi	Retomada da produção no Paraná: modelos A3 Sedan (2015) e Q3 SUV (2016)	São José dos Pinhais	504,0
Iguaçu Papel e Celulose	Ampliação da unidade e implantação de novas linhas de produção	Piraí do Sul	457,0
WHB Fundições	Expansão e modernização da unidade produtora de autopeças	Curitiba	350,0
Evonik Industries	Instalação de unidade para a fabricação de produto biotecnológico	Castro	250,0
Cooperativa Agrária*	Ampliação da produção e industrialização de cevada (malte cervejeiro)	Entre Rios/Guarapuava	210,0
Cooperativas Batavo, Capal e Castrolanda*	Implantação de frigorífico para abate e industrialização de carne suína	Castro	180,0
Avio International Group	Implantação de unidade para a produção de aviões e helicópteros de pequeno porte	Maringá	174,0
Mars	Instalação de unidade produtora de ração animal	Campos Gerais	140,0
MD Papéis	Construção de unidade para a produção de papel-cartão de múltiplas camadas.	Lapa	100,0
Prati-Donaduzzi	Construção de uma nova planta para produção de medicamentos	Toledo	100,0
Contratual Interna – Infraestrutura	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Análise Finalizada – 4/9/2012	131,2
Contratual Externa (com garantia) – Multissetorial ^{1/}	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – US\$350.000.000	Autorizado – 8.11.2013	822,5
Contratual Externa (com garantia) – Profisco ^{2/}	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – US\$8.500.000	Autorizado – 6.12.2013	20,0
Contratual Externa (com garantia) – Multissetorial ^{3/}	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – US\$60.000.000	Autorizado – 9.12.2013	141,0
Contratual Externa (com garantia) – Segurança Pública	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – US\$67.200.000	Autorizado – 17.12.2013	157,9
Contratual Interna (com garantia) – Infraestrutura	Banco do Brasil – Proinveste	Autorizado – 18.12.2013	816,8
Contratual Externa (com garantia) – Regularização de Dívidas	Credit Suisse AG – US\$556.973.952	Análise Concluída – 25.11.2013	1 308,9

Fontes: Secretaria Estadual da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (Seim-PR), Secretaria do Tesouro Nacional

* Citados no box mencionado na nota de rodapé número 1. Os investimentos constantes nesta Tabela fazem parte do **Programa Paraná Competitivo**, do Governo Estadual, que contempla medidas de dilação de prazo para recolhimento do ICMS, investimentos em infraestrutura, desburocratização e capacitação profissional. Os critérios consideram o tipo do investimento, o número de empregos gerados, os impactos econômico e ambiental, e o grau de inovação tecnológica. Foram considerados valores superiores a R\$100 milhões.

1/ Agricultura, educação, saúde, meio ambiente.

2/ Profisco – Execução de programas de gestão tributária e financeira.

3/ Família Paranaense (assistência social).

Obs.: Valores em dólares foram convertidos à taxa de R\$2,35/US\$1,00.

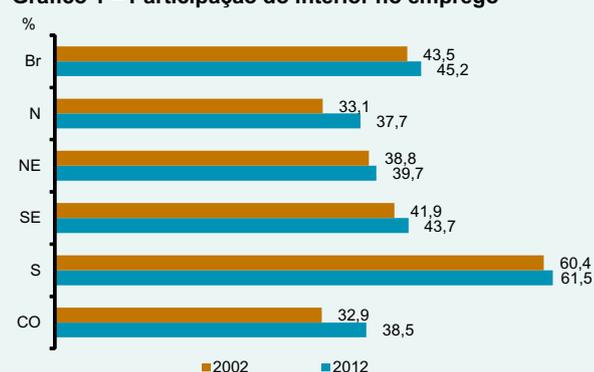
Evolução do Emprego Formal: uma análise regional

Tabela 1 – Evolução do emprego entre 2002 e 2012

Discriminação	Var. % média anual					
	N	NE	SE	S	CO	Br
Total	7,3	5,9	4,8	4,8	5,6	5,2
Extrativa mineral	17,7	6,5	7,4	4,7	10,1	7,8
Indústria de transformação	5,5	5,3	4,3	4,0	7,3	4,6
Siup	4,7	2,1	3,0	4,6	2,3	3,2
Construção civil	13,4	11,8	8,9	8,5	10,7	9,9
Comércio	9,0	8,2	6,0	6,5	7,4	6,7
Serviços	8,1	6,7	5,5	5,5	6,4	5,8
Administração pública	5,4	3,7	1,8	2,7	2,3	2,8
Agropecuária	10,5	1,9	1,3	1,9	5,9	2,6

Fonte: Rais/MTE

Gráfico 1 – Participação do interior no emprego



Fonte: Rais/MTE

A evolução recente do mercado de trabalho no Brasil caracterizou-se pelo recuo do desemprego e ampliação da formalização¹. Este boxe busca identificar, nesse contexto, mudanças na localização do emprego por setor de atividade econômica² no país e nas grandes regiões geográficas.

O emprego formal cresceu, em média, 5,2% a.a. de 2002 a 2012 (Tabela 1). Por atividade, destacou-se o aumento da ocupação na construção civil (9,9% a.a.), que superou o crescimento do emprego nas demais atividades em todas as regiões, exceto no Norte, onde predominou o aumento nas contratações da indústria extrativa (17,7% a.a.).

Regionalmente, ressaltam-se os crescimentos médios anuais do emprego formal no Norte (7,3%) e no Nordeste (5,9%), região esta onde a concessão de benefícios fiscais atraiu empresas, em especial dos segmentos calçadista e automotivo. Em contrapartida, a expansão média no Sudeste e Sul foi inferior à média nacional. Cabe notar, ainda, que o aumento do emprego formal foi mais intenso no interior (versus regiões metropolitanas), que detinha 45,2% dos postos de trabalho do país em 2012, ante 43,5% em 2002 (Gráfico 1). Esse movimento sugere desconcentração da atividade econômica no país e foi mais intenso no Norte e Centro-Oeste, onde a participação do interior cresceu, na ordem, 4,6 p.p. e 5,5 p.p. no período.

1/ A esse respeito, o boxe Geração de Empregos Formais no País e sua Distribuição Regional, publicado no Boletim Regional de outubro de 2007, trata da distribuição dos postos de trabalho entre 1996 e 2007.

2/ A análise se baseia nos painéis de 2002 e de 2012 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram consideradas as regiões metropolitanas das capitais disponibilizadas pelo MTE. Utilizaram-se as informações referentes às capitais para estados sem informação de região metropolitana no MTE, quais sejam: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Tocantins, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Centro-Oeste, foram ainda considerados os dados de Brasília.

A distribuição espacial do emprego formal em 2002 e 2012 (Tabela 2) indica que sua evolução no interior dos estados refletiu, em especial, o aumento de 5,2 p.p. na participação da administração pública. A interiorização do emprego nessa atividade pode ser atribuída, ao menos em parte, à maior presença do setor público em atividades como educação e saúde.

Ainda de acordo com a Tabela 2, a análise por grandes regiões geográficas mostra que, no Norte, a participação dos empregos no interior aumentou 9,1 p.p. na administração pública, maior aumento na atividade nas cinco regiões. Ressalte-se, ainda, que o recuo da participação do emprego formal na indústria de transformação no interior do Norte sugere maior concentração do segmento nas regiões metropolitanas das capitais da região (RMC). No setor de serviços e no comércio, segundo e terceiro maiores empregadores na região, ocorreu elevação da participação do emprego formal no interior.

Tabela 2 – Participação do interior dos estados no emprego regional

Discriminação	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Total		
	2002	2012	2012/ 2002	2002	2012	2012/ 2002	2002	2012	2012/ 2002									
	(em p.p.)			(em p.p.)			(em p.p.)			(em p.p.)			(em p.p.)			(em p.p.)		
Total	33,1	37,7	4,6	38,8	39,7	0,9	41,9	43,7	1,7	60,4	61,5	1,1	32,9	38,5	5,5	43,5	45,2	1,7
Extrativa mineral	92,3	91,3	-1,0	78,3	74,7	-3,6	73,7	69,6	-4,2	77,5	78,9	1,3	82,7	89,7	7,0	76,3	74,7	-1,6
Indústria transformação	45,7	39,2	-6,5	47,3	49,4	2,2	53,0	57,4	4,4	71,9	74,4	2,5	60,5	64,5	4,1	57,4	60,4	3,0
Siup	26,8	24,0	-2,9	23,8	26,4	2,6	37,6	38,3	0,7	40,2	43,5	3,3	13,4	23,2	9,8	32,9	35,2	2,3
Construção civil	34,2	36,5	2,2	22,5	22,5	-0,1	37,1	38,0	0,9	56,1	56,4	0,3	21,6	27,5	6,0	36,0	36,0	0,1
Comércio	37,0	41,8	4,8	39,0	43,8	4,8	46,0	47,8	1,8	65,5	67,3	1,8	40,6	45,5	4,9	47,8	50,2	2,4
Serviços	21,0	23,2	2,2	23,3	23,1	-0,2	33,8	34,4	0,6	52,1	52,1	0,0	22,3	24,9	2,6	34,0	34,2	0,2
Administração pública	30,8	39,9	9,1	44,8	49,9	5,1	32,6	37,6	5,0	45,8	46,9	1,1	21,3	25,8	4,5	35,9	41,0	5,2
Agropecuária	81,9	85,1	3,2	81,0	87,4	6,4	95,3	95,3	0,0	93,7	93,6	-0,1	89,7	92,1	2,4	91,5	92,6	1,1

Fonte: Rais/MTE

No Nordeste, houve aumento da participação do interior no emprego formal na maioria dos setores considerados. Destacaram-se as elevações na agropecuária (maior aumento no período); administração pública; comércio; e indústria de transformação, principalmente nos segmentos indústrias químicas, têxteis e de calçados, responsáveis, em conjunto, por 36,9% do emprego setorial em 2012.

No interior do Sudeste, destacaram-se os aumentos das participações do emprego formal na administração pública e na indústria de transformação. Ressalte-se, nesse segmento, a redução de 8,7 p.p. na participação das RMC no total de postos de trabalho na indústria química, responsável por 13,3% dos empregos industriais na região.

Diferentemente do verificado nas demais regiões, o emprego formal no Sul localiza-se majoritariamente no interior dos estados. Essa característica se intensificou na maioria das atividades de 2002 a 2012, exceto na construção civil e na agropecuária. A participação do emprego formal na indústria de transformação do interior da região atingiu 74,4% em 2012 (média nacional de 60,4%), resultado que reflete, em parte, a forte presença da indústria têxtil e de alimentos em Santa Catarina.

O crescimento do emprego formal no Centro-Oeste, no período analisado, se concentrou no interior da região e decorreu de elevações em todas as atividades, em especial nos Siup (9,8 p.p.), na indústria extrativa (7,4 p.p.), na construção civil (6,0 p.p.), na administração pública (4,5 p.p.), e na indústria de transformação (4,1 p.p.). Neste setor, destaquem-se os acréscimos respectivos de 29,9 p.p. e 10,3 p.p. na interiorização da mão de obra nas indústrias química e de alimentos e bebidas, responsáveis, na ordem, por 15,3% e 41,4% do emprego industrial na região. Ressalte-se que, a despeito do crescimento das contratações no interior, os empregos formais no Centro-Oeste persistem concentrados nas RMC, com destaque para a influência do Distrito Federal.

Em linhas gerais, as evidências apresentadas neste boxe sugerem desconcentração espacial do emprego formal nas cinco regiões geográficas do país, de 2002 a 2012. Nesse contexto, a participação do interior no total de empregos formais ocorreu com maior intensidade, em termos regionais, no Centro-Oeste e no Norte, e em termos setoriais, na administração pública e no comércio, evolução compatível com o processo de desconcentração espacial na geração de renda³.

3/ A esse respeito ver boxe: Distribuição Geográfica do PIB *per Capita*, publicado no Boletim Regional do Banco Central em janeiro de 2011.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Irene Guedes Paiva

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe de Equipe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
Abraciclo	Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Cepa/SC	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fenabrave-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icec-PR	Índice de Confiança do Empresário da Construção – Paraná
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
Icet-PR	Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Transformação – Paraná
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICPN	Índice de Confiança dos Pequenos Negócios
IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INC	Índice Nacional de Confiança
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IVV-Curitiba	Índice de Velocidade das Vendas de Imóveis em Curitiba
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PET	Politereftalato de etileno
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Paridade do Poder de Compra
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMC	Regiões Metropolitanas das Capitais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná

Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-PR	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
SIUP	Serviços industriais de utilidade pública
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VBP	Valor bruto da produção